

UNIVERSIDADE NOVE DE JULHO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIDADES INTELIGENTES E
SUSTENTÁVEIS

DENILSON ARAUJO DE OLIVEIRA

REINSERÇÃO DOS JOVENS AUTORES DE ATOS INFRACIONAIS À
SOCIEDADE: UMA ANÁLISE PELO OLHAR DOS AGENTES
TRANSFORMADORES DA FUNDAÇÃO CASA

São Paulo
2023

Denilson Araujo de Oliveira

REINSERÇÃO DOS JOVENS AUTORES DE ATOS INFRACIONAIS À

SOCIEDADE: UMA ANÁLISE PELO OLHAR DOS AGENTES

TRANSFORMADORES DA FUNDAÇÃO CASA

REINSERTION OF YOUNG PERSONS OF INFRINGEMENTAL ACTS

INTO SOCIETY: AN ANALYSIS THROUGH THE LOOK OF

TRANSFORMATIONAL AGENTS FROM CASA FOUNDATION

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Cidades Inteligentes e Sustentáveis da Universidade Nove de Julho – UNINOVE, como requisito para obtenção do grau de **Mestre em Cidades Inteligentes e Sustentáveis**

Orientadora: Profa. Dra. Tatiana Tucunduva
Philippi Cortese

São Paulo

2023

FICHA CATALOGRÁFICA

Oliveira, Denilson Araujo de.

Reinserção dos jovens autores de atos infracionais à sociedade: uma análise pelo olhar dos agentes transformadores da fundação CASA. /

Denilson Araujo de Oliveira. 2023.

130 f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Nove de Julho - UNINOVE, São Paulo, 2023.

Orientador (a): Prof^a. Dr^a. Tatiana Tucunduva Philippi Cortese.

1. Medidas socioeducativas. 2. Adolescentes. 3. Ressocialização. 4. Fundação CASA. 5. Cidade inteligente e sustentável.

I. Cortese, Tatiana Tucunduva Philippi. II. Título.

CDU 711.4

**REINSERÇÃO DOS JOVENS AUTORES DE ATOS INFRACIONAIS À
SOCIEDADE: UMA ANÁLISE PELO OLHAR DOS AGENTES
TRANSFORMADORES DA FUNDAÇÃO CASA**

Por

Denilson Araujo de Oliveira

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Cidades Inteligentes e Sustentáveis da Universidade Nove de Julho – UNINOVE, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Cidades Inteligentes e Sustentáveis, sendo a banca examinadora formada por:

Prof. Dr. Diego Conti – Pontifícia Universidade Católica de Campinas – PUC-Campinas

Profa. Dra. Tatiana Tucunduva Philippi Cortese – Universidade Nove de Julho - UNINOVE

Profa. Dra. Cíntia Marino – Universidade Nove de Julho – UNINOVE

Prof. Dr. Leonardo Vils – Universidade Nove de Julho – UNINOVE

São Paulo, 19 de dezembro de 2023.

Esta dissertação de mestrado é dedicada aos adolescentes que, apesar de terem cometido atos infracionais, buscam redenção, transformação e uma nova oportunidade na sociedade. Aos jovens que, apesar das circunstâncias adversas, mantêm a chama da esperança acesa dentro de si.

Às famílias que acreditam na capacidade de mudança de seus filhos, oferecendo amor, apoio e compreensão ao longo do difícil caminho da ressocialização. Que este trabalho seja um pequeno contributo para a compreensão e construção de um sistema socioeducativo mais justo e eficaz no Estado de São Paulo, onde cada adolescente tenha a chance de se reinventar e construir um futuro digno.

“Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou construção”.

Paulo Freire

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Professora Doutora Tatiana Tucunduva Philippi Cortese, do Programa de Pós-graduação em Cidades Inteligentes e Sustentáveis, da Universidade Nove de Julho, pela orientação cuidadosa, pelos insights valiosos e pelo apoio inabalável ao longo deste percurso acadêmico. Ao Professor Doutor Leonardo Vils, por compartilhar seu conhecimento e sua experiência valiosa.

À minha família Adriana (esposa), Matheus, Talitha, Heloisa, Leticia e Raquel (filhos e nora), cujo amor e apoio incondicionais foram a âncora que sustentou este projeto. Agradeço por compreenderem as longas horas dedicadas à pesquisa e por serem minha fonte de inspiração. E aos meus queridos amigos, Luiz, Cosme, Robles e Jadir, que desde o início me incentivaram para continuar com o meu estudo. Sem vocês tudo isso não aconteceria.

Aos amigos e colegas de curso, pela troca de ideias, discussões estimulantes e pelo suporte emocional em momentos desafiadores.

À Universidade Nove de Julho – UNINOVE, pelo suporte logístico e acesso aos recursos necessários para a realização desta pesquisa. Agradeço também a Suely Iafrate, que em seu nome agradeço também a todos os profissionais da UNINOVE, cujo trabalho facilitou significativamente o desenvolvimento deste estudo.

A todos os entrevistados e participantes da pesquisa, servidores e servidoras da Fundação CASA, cuja disposição e contribuições foram fundamentais para a qualidade deste trabalho.

Ao presidente da Fundação CASA, doutor João Verissimo Fernandes, à chefe de gabinete, doutora Ana Paula Ribeiro, que, desde o início quando souberam do meu estudo, em seus nomes aqui agradeço a todos os servidores da Instituição, que apoiaram e incentivaram a seguir em frente com esta pesquisa.

Agradeço a todos que, de alguma forma, contribuíram para este trabalho. Esta conquista é de todos nós.

RESUMO

A presente dissertação analisa a contribuição da Fundação CASA para a reinserção de adolescente autor de ato infracional à sociedade, em cumprimento ou com medida socioeducativa cumprida na instituição, considerando os aspectos positivos e negativos da privação de liberdade. O estudo adota uma perspectiva realista e examina o potencial de recuperação desses jovens na sociedade, especialmente quando retornam para suas cidades, sob a perspectiva contemporânea do conceito de Cidades Inteligentes e Sustentáveis (CIS). A pesquisa utiliza uma abordagem qualitativa e documental, investigando os efeitos do trabalho socioeducativo nos centros de atendimento da Fundação CASA, com apresentação de dados sobre o perfil da população de adolescentes que cometeram infrações no período de 2019 a 2023, nos municípios que compreendem o ABCD Paulista e aplicação de um questionário aos servidores da instituição. O estudo dialoga com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) na correlação principal com: Erradicação da Pobreza (ODS 1); Saúde e Bem-Estar (ODS 3); Educação de Qualidade (ODS 4); Redução das Desigualdades (ODS 10); e Cidades e Comunidades Sustentáveis (ODS 11), com foco na população juvenil privada de liberdade no estado de São Paulo. Os resultados demonstram que, no Brasil, o papel da família, da sociedade e do estado é atuar na implementação e fiscalização das políticas voltadas para essa parcela da população, na gestão de um sistema socioeducativo de abordagem mais humanizada e efetiva baseada na proteção integral e no desenvolvimento dos adolescentes. Desta forma, é importante evidenciar que a invisibilidade social dos jovens que cometeram ato infracional e da Fundação CASA, como executora da medida socioeducativa, é um problema que afeta toda a sociedade e sua abordagem varia de uma cidade para outra. Com isso, o objetivo dessa pesquisa é analisar como as medidas socioeducativas aplicadas pela Fundação CASA contribuem para a recuperação desses jovens.

Palavras-chave: Medidas socioeducativas, Adolescentes, Ressocialização, Fundação CASA, Cidade inteligente e sustentável.

ABSTRACT

This dissertation analyzes the contribution of the CASA Foundation to the reintegration of adolescents who committed an infraction into society, in compliance with or with a socio-educational measure carried out at the Institution, considering the positive and negative aspects of deprivation of liberty. The study adopts a realistic perspective and examines the potential for these young people to recover in society, especially when they return to their cities, from the contemporary perspective of the concept of Smart and Sustainable Cities (CIS). The research uses a qualitative and documentary approach, investigating the effects of socio-educational work in CASA Foundation service centers, with data presentation on the profile of the population of adolescents who committed infractions in the period from 2019 to 2023, in the municipalities that comprise the ABCD Paulista and application of a questionnaire to the Institution's employees. The study dialogues with the Sustainable Development Goals (SDGs) in the main correlation with: Eradication of Poverty (SDG 1); Health and Well-Being (SDG 3); Quality Education (SDG 4); Reduction of Inequalities (SDG 10); and Sustainable Cities and Communities (SDG 11), focusing on the juvenile population deprived of liberty in the state of São Paulo. The results demonstrate that in Brazil, the role of the family, society and the state is to act in the implementation and supervision of policies aimed at this part of the population, in the management of a socio-educational system with a more humanized and effective approach based on integral protection and adolescent development. Therefore, it is important to highlight that the social invisibility of young people who committed an infraction and of the CASA Foundation, as the executor of the socio-educational measure, is a problem that affects the entire society and its approach varies from one city to another. Therefore, the objective of this research is to analyze how the socio-educational measures applied by CASA Foundation contribute to the recovery of these young people.

Keywords: Socio-educational measures, Adolescents, Rehabilitation, CASA Foundation, Smart and sustainable city.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Média de vagas oferecidas na Fundação CASA de Jan/2019 a Jun/2023	59
Figura 2 – Taxa média de ocupação de vagas nas unidades da Fundação CASA de Jan/2019 a Jun/2023	59
Figura 3 – Servidores por cargos e unidades do ABCD Paulista da Fundação CASA de 2019 a 2022	85

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – População total, de 10 a 14 anos, de 15 a 19 anos e de 10 a 19 anos dos municípios do Grande ABCD Paulista (2022/2021)	61
Tabela 2 – População total, de 10 a 14 anos, de 15 a 19 anos e de 10 a 19 anos dos municípios do Grande ABCD Paulista (2022/2021)	63
Tabela 3 – Taxa de ocupação média nas Unidades do ABCD Paulista da Fundação CASA de Jan/2019 a Jun/2023	64
Tabela 4 – Faixa etária dos atendidos por unidade do ABCD Paulista da Fundação CASA de 2019 a Jun/2023	65
Tabela 5 – Faixa etária dos atendidos nas unidades do ABCD Paulista da Fundação CASA de Jan/2019 a Jun/2023	67
Tabela 6 – Escolaridade dos atendidos por unidades do ABCD Paulista da Fundação CASA de Jan/2019 a Jun/2023	68
Tabela 7 – Escolaridade dos atendidos nas unidades do ABCD Paulista da Fundação CASA de Jan/2019 a Jun/2023	70
Tabela 8 – Cor da pele dos atendidos por unidades do ABCD Paulista da Fundação CASA de Jan/2019 a Jun/2023	71
Tabela 9 – Cor da pele dos atendidos nas unidades do ABCD Paulista da Fundação CASA de Jan/2019 a Jun/2023	73
Tabela 10 – Município de residência dos atendidos por unidades do ABCD Paulista da Fundação CASA de Jan/2019 a Jun/2023	74
Tabela 11 – Ato infracional cometido pelos atendidos por unidades do ABCD Paulista da Fundação CASA de Jan/2019 a Jun/2023	79
Tabela 12 – Reincidência dos adolescentes na internação da Fundação CASA segundo município de residência (Região do Grande ABCD) de 2019 a 2020	84
Tabela 13 – Reincidência dos adolescentes na internação da Fundação CASA segundo município de residência (Região do Grande ABCD) de 2021 a 2023	84
Tabela 14 – População total, de 10 a 14 anos, de 15 a 19 anos e de 10 a 19 anos dos municípios do Grande ABCD Paulista (2022/2021)	89
Tabela 15 – Demanda de saúde mental na Fundação CASA, segundo hipótese de saúde mental, por centros de atendimento localizados no grande ABCD entre Jan/2019 e Jun/2023	92

LISTA DE SIGLAS

AIO - Assessoria de Inteligência Organizacional
AVA - Ambiente Virtual de Aprendizagem
CADA - Comissão de Avaliação de Documentos e Acesso
CAPS - Centros de Atenção Psicossocial
CBO - Classificação Brasileira de Ocupações
CEP - Comitê de Ética em Pesquisa
CESE - Coordenadoria dos Estabelecimentos Sociais do Estado
CI - Cidades Inteligentes
CIS – Cidades Inteligentes e Sustentáveis
CNJ - Conselho Nacional de Justiça
CNMP - Conselho Nacional do Ministério Público
Conanda - Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
Condepe - Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana
CONEP - Comissão Nacional de Ética em Pesquisa
CRFB – Constituição da República Federativa do Brasil de 1988
DRH - Divisão de Recursos Humanos
DRL - Divisão Regional Litoral
DTI - Divisão de Tecnologia e Informação
DUBC - Desenvolvimento Urbano Baseado no Conhecimento
ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente
Enem - Exame Nacional do Ensino Médio
Febem - Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor
FUNABEM - Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor
Fundação CASA - Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente
GIZ - *Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit*
IMESC - Instituto de Medicina Social e de Criminologia de São Paulo
Inep - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INFODrogas - Centro de Informações sobre Drogas
IPEM - Instituto de Pesos e Medidas do Estado de São Paulo
MEC - Ministério da Educação
MDR - Ministério do Desenvolvimento Regional
NAID - Núcleo de Acervo Institucional Documental

ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

OIT - Organização Internacional do Trabalho

ONU - Organização das Nações Unidas

ONU-HABITAT - Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos

PIA - Plano Individual de Atendimento

PNBEM - Política Nacional do Bem-Estar do Menor

Pró-Menor - Fundação Paulista de Promoção Social do Menor

Prouni - Programa Universidade Para Todos

SEE S. Paulo - Secretaria de Estado da Educação

SJC - Secretaria da Justiça e da Cidadania

SMDRU - Secretaria de Mobilidade, Desenvolvimento Regional e Urbano

Sinase - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo

Sisu - Sistema de Seleção Unificada

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TICs - Tecnologias da Informação e Comunicação

UNICASA - Universidade Corporativa da Fundação CASA

UNINOVE – Universidade Nove de Julho

USP - Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
1.1	OBJETIVOS	21
1.1.1	Objetivo Geral	21
1.1.2	Objetivos Específicos	21
1.2	JUSTIFICATIVA	21
1.3	ESTRUTURA DO TRABALHO	23
2	METODOLOGIA	24
2.1	REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	24
2.2	PESQUISA EXPLORATÓRIA	29
3	REFERENCIAL TEÓRICO	35
3.1	SOCIEDADE E ADOLESCENTE INFRATOR EM PROCESSO DE RESSOCIALIZAÇÃO	35
3.2	ASPECTOS PEDAGÓGICOS PARA RECUPERAÇÃO DOS JOVENS	37
3.3	OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E O ACESSO DOS JOVENS INFRADORES A DIREITOS NAS CIDADES INTELIGENTES E SUSTENTÁVEIS	39
4	RESULTADOS	45
4.1	FUNDAÇÃO CASA	46
4.1.1	Histórico de atuação	46
4.1.1.1	A antiga Febem.....	46
4.1.1.2	Histórico da criação do Complexo do Tatuapé	48
4.1.2	Modelo atual de atuação da Fundação CASA	50
4.1.2.1	O início de uma nova era: a nova Fundação CASA	51
4.1.2.2	Secretaria da Justiça e Cidadania: guardiã da Fundação CASA	52
4.1.2.3	A Fundação CASA	53

4.1.2.4	Atendimento aos adolescentes nos centros da Fundação CASA.....	54
4.2	CENTROS DA FUNDAÇÃO CASA NA REGIÃO DO ABCD PAULISTA	60
4.2.1	Caracterização da população de adolescentes do ABCD Paulista	61
4.2.2	Caracterização do atendimento realizado nos centros do ABCD Paulista	63
4.3	DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	93
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	114
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	119
	APÊNDICE A – ROTEIRO PARA ENTREVISTA	125
	APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA PARTICIPAÇÃO EM PESQUISA HUMANA (TCLE)	127

1 INTRODUÇÃO

A visão popular e comumente expressa sobre adolescentes autores de atos infracionais persiste permeada de reducionismos e preconceitos, ainda que a infração juvenil represente “um fenômeno cuja natureza multifatorial impede a adoção de modelos explicativos e propostas de intervenção de cunho reducionista, linear e determinista” (Costa & Assis, 2006, p.74). Considerando o trato do tema no Brasil, alguns elementos legais, além de preceitos fundamentais na doutrina de direitos humanos, sustentam a atuação desse conjunto da população.

A complexidade dos fatores que contribuem para o comportamento delituoso dos adolescentes requer uma abordagem abrangente sobre o tema, que leve em consideração a interação de diversos elementos. As ações direcionadas a este grupo devem considerar a interconexão e a influência mútua entre fatores individuais, familiares, sociais, econômicos e culturais em seu desenvolvimento. Além disso, é fundamental reconhecer que cada adolescente é um ser individual e suas experiências e circunstâncias podem variar significativamente, o que torna impraticável a aplicação de uma solução única para todos os casos.

Segundo Uhlein (2020), a formação étnica do Brasil influencia a exclusão social de certos grupos, bem como as situações de risco para a criminalidade. Como não há um amparo legal oferecido, há necessidade de políticas públicas voltadas para a mitigação das diferenças e preconceitos sociais, assim como do respeito aos direitos dos adolescentes infratores e a aplicação adequada das medidas socioeducativas.

Como tema desta dissertação, a denominação de adolescente infrator invisível foi utilizada para qualificar os jovens que cometeram atos infracionais e são negligenciados ou marginalizados pela sociedade e pelas autoridades. Tal processo se dá devido a uma série de fatores, o estigma e discriminação associados aos atos cometidos, racismo, fatores econômicos, a falta de apoio e oportunidades, dificuldades sociais e ausência de políticas públicas adequadas.

A invisibilidade é um problema social, político e econômico que atinge todas as sociedades, não importando em que parte do mundo elas estejam. Até mesmo em países antigos, como os do continente europeu em que não houve colonização, existem indivíduos

que se isolam dos demais devido a sua condição social, cultura, ou pela forma como foram criados (Uhlein, 2020).

A Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente (Fundação CASA) é uma instituição brasileira, do estado de São Paulo, que trabalha com jovens autores de atos infracionais oferecendo medidas socioeducativas para ajudá-los na reintegração social. A visibilidade de sua atuação pode ser limitada devido à complexidade e sensibilidade dos casos e baixo interesse da sociedade em conhecer os trabalhos realizados com os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, que são frequentemente estigmatizados pelas questões levantadas anteriormente.

Dada a complexidade e a diversidade dos fatores envolvidos no cometimento de ato infracional, a abordagem mais adequada é aquela que integra conhecimentos de diversas disciplinas, considera as peculiaridades individuais e aborda as causas subjacentes de maneira abrangente. Essa abordagem holística é fundamental para o desenvolvimento de intervenções mais eficazes que visem reduzir a delinquência juvenil e promover a reintegração bem-sucedida desses jovens na sociedade.

A Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB) de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), instituído pela Lei n.º 8.069 de 13 de julho de 1990, são as principais legislações de trato sobre o tema. Estas definiram crianças e adolescentes como sujeitos de direitos a partir de uma doutrina específica chamada de Proteção Integral, que garante a esse grupo da sociedade os direitos estendidos a todos os cidadãos brasileiros e, um conjunto específico de direitos a partir da compreensão de que são pessoas em processo de desenvolvimento e formação das suas capacidades (Moraes, 1994).

Assim sendo, não estão garantidos a eles apenas os direitos amplos como saúde, educação, lazer, convivência familiar e comunitária, entre outros, mas a defesa contra maus tratos e violência, mesmo quando entrarem em conflito com a lei tornando-se foco de medidas de restrição e de privação de liberdade.

Os avanços proporcionados pelas citadas leis, em relação aos jovens internados na Fundação CASA no estado de São Paulo e nas instituições dos outros 25 estados e do Distrito Federal, são significativos. Eles estão relacionados à garantia e proteção dos direitos fundamentais desses adolescentes, como a aplicação de medidas socioeducativas, proibição de prisão em estabelecimentos penais, duração máxima da internação de até três

anos e enfoque na educação e ressocialização. A Carta Magna, em seu artigo 227º, versa que,

[...] é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (Constituição, 1988, p.129).

As inovações trazidas pela CRFB e pelo ECA buscam promover uma abordagem humanizada e efetiva no trato com a delinquência juvenil, priorizando a recuperação, a ressocialização e a proteção dos direitos dos adolescentes, visando a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. Nesse sentido, o artigo 5º do ECA preconiza que “a aplicação desta lei, sem prejuízo dos princípios estabelecidos nas demais normas nacionais e internacionais de proteção dos direitos da criança e do adolescente, terá como base, entre outros, os direitos e garantias fundamentais da criança e do adolescente” (Lei n. 8.069, 1990, p. 221).

No entanto, é importante destacar que, apesar dos avanços legais destacados, ainda existem desafios no funcionamento do sistema socioeducativo brasileiro. A efetivação plena dessas garantias depende da atuação qualificada da família, da sociedade e do estado na implementação e fiscalização das políticas públicas voltadas para os jovens em conflito com a lei em todo o território nacional.

O artigo 103 do ECA, dispõe o ato infracional como “a conduta descrita como crime ou contravenção penal”, ou seja, aquele ato cometido por criança ou adolescente que se associe a um crime previsto em lei, conforme Código de Processo Penal (Lei n. 8.069, 1990, p. 108).

Como apontado por Bandeira (2006), a construção do conceito do ato infracional se caracteriza: primeiro, pela identificação do adolescente como um indivíduo em formação que não possui a mesma capacidade do adulto de construir o caráter por meio de suas ações e; segundo, no caso do conflito com a lei, pelas práticas criminosas cabendo assim a aplicação de medidas socioeducativas que poderão auxiliá-lo em seu processo de desenvolvimento e resguardá-lo da recorrência em crimes na sua maioridade.

Para fins de definição, o ECA distingue crianças e adolescentes, sendo os primeiros aqueles indivíduos com até 12 anos incompletos – isto é, pessoas de zero a 11 anos, 11

meses e 29 dias – e os adolescentes, o grupo de pessoas entre 12 anos completos e 18 anos de idade. Às crianças, na ocorrência de um ato infracional, cabem as medidas protetivas e preventivas, elencadas no artigo 101 do ECA. Aos adolescentes é possível a aplicação de medidas mais severas, expostas no artigo 112 do ECA: advertência, obrigação de reparar danos, prestação de serviços à comunidade e liberdade assistida, podendo envolver até restrição ou privação de liberdade, semiliberdade e internação, respectivamente (Lei n. 8.069, 1990).

No espectro dessas medidas a semiliberdade é considerada intermediária, enquanto a internação é considerada a mais rigorosa e associada à ameaça ou materialização concreta de violência contra as pessoas, ainda que a imposição de restrição de liberdade se baseie no pressuposto de reinserção social por meio de ferramentas e processos educativos e de fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários (Francisco & Martins, 2014). A internação deve contemplar escolarização, processos de profissionalização e a assistência integral ao adolescente (Freitas, 2011).

No estado de São Paulo essas duas medidas socioeducativas, semiliberdade e internação, estão sob a responsabilidade de execução da Fundação CASA, vinculada à Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania. Em junho de 2023 eram atendidos por volta de 4.900 jovens em 111 centros socioeducativos espalhados por 45 cidades no estado de São Paulo, os quais desenvolvem um trabalho com base nos artigos 227 e 228 da CRFB, no ECA, no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) e no Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo de São Paulo com vigência até 2024, além das normativas internacionais correlatas (Assessoria de Inteligência Organizacional [AIO], 2023).

No ABCD Paulista, existem seis centros socioeducativos destinados à privação de liberdade, sendo o CASA Diadema, na cidade de Diadema; CASA Mauá, na cidade de Mauá; CASAs Santo André I e Santo André II, localizados em Santo André; e CASAs São Bernardo I e São Bernardo II, localizados na cidade de São Bernardo do Campo, locais que são objetos deste estudo. Nesses seis centros socioeducativos se encontravam, em junho de 2023, 190 adolescentes em atendimento, sendo a maioria composta por aqueles que cometeram roubo qualificado (108 indivíduos) e tráfico de drogas (57 indivíduos). Em São Bernardo do Campo há um centro socioeducativo destinado a semiliberdade, medida

socioeducativa de restrição de liberdade, que não faz parte do objeto de estudo da presente dissertação.

Mesmo que crianças e adolescentes sejam prioridade absoluta para ações de proteção e garantia de direitos, como sustentado na CRFB e no ECA, observa-se certa negligência em relação à produção de conhecimento e informação sobre adolescentes em medidas socioeducativas, principalmente nas mais rigorosas, como a internação. Adolescentes que passam pelo sistema de medidas socioeducativas são continuamente estigmatizados, durante e depois da aplicação das medidas, em um cenário de pouca informação e, muitas vezes, de reprodução de estereótipos em relação ao grupo.

Tendo em vista essa perspectiva, o presente trabalho se propõe a explorar e apresentar as características da população de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, no período de 2019 a 2023, especificamente aqueles dos centros socioeducativos do Grande ABCD, no estado de São Paulo. Além disso, discutir de que forma as Cidades Inteligentes e Sustentáveis (CIS) podem desempenhar um importante papel na redução da criminalidade e na promoção de comunidades mais seguras.

A implementação de soluções tecnológicas e práticas sustentáveis podem contribuir para a prevenção e o combate à criminalidade, criando ambientes urbanos mais seguros e resilientes e partindo da premissa de que esses jovens e/ou adolescentes representam um grupo da sociedade historicamente excluído, sofrendo os efeitos da desigualdade do mundo contemporâneo. Ademais, por meio de um questionário que foi aplicado aos servidores, procurou-se entender de que forma a Fundação CASA ajuda na recuperação desses jovens.

É importante ressaltar que a abordagem da criminalidade em CIS deve ser integrada e multidisciplinar, envolvendo não apenas a tecnologia, mas políticas públicas efetivas, cooperação entre diferentes setores e uma perspectiva de justiça social, com isso, busca-se entre as comunidades ambientes urbanos seguros, inclusivos e sustentáveis para todos os cidadãos. Conforme apontam Cortese et al. (2019, p. 138)

Inserem-se também na perspectiva da sustentabilidade os princípios humanistas, que pretendem nortear os pressupostos de cidades inclusivas, englobando a possibilidade de que as pessoas tenham pertencimento nos níveis local ou supralocal e possam exercer a liberdade individual, com qualidade de vida e acesso às oportunidades. (...) Para um futuro sustentável das cidades é necessário que haja oportunidades para todos, bem como o acesso universal aos serviços básicos, energia, moradia, mobilidade, transporte e saúde.

Para tornar possível esta reflexão, definiu-se uma pergunta central para a investigação que foi realizada “Como a execução de medidas socioeducativas aplicadas pela Fundação CASA contribuem para a recuperação dos jovens em conflito com a lei no estado de São Paulo?”

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo Geral

Apresentar o cenário de ressocialização dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação no âmbito da Fundação CASA, no período de 2019 a 2023, especificamente dos atendidos nos centros socioeducativos da região do ABCD Paulista.

1.1.2 Objetivos Específicos

- a) Identificar os conceitos e pressupostos envolvidos no processo de ressocialização de adolescentes em medida socioeducativa de internação.
- b) Caracterizar a população de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa na Fundação CASA da região do ABCD Paulista, no período de 2019 a 2023.
- c) Descrever o modelo atual de atendimento praticado pela Fundação CASA.
- d) Apresentar o histórico da instituição desde o início de sua criação.

1.2 JUSTIFICATIVA

Como apontado por Silva (2003), existe uma vasta literatura que associa a criminalidade a condições sociais estruturais ligadas à pobreza, desigualdade na distribuição de renda e condições de vida inadequadas, porém, não é adequado fazer uma associação direta entre pobreza e criminalidade.

Nas análises sobre o tema, entende-se o papel da exclusão social, da miséria e da pobreza extrema como fatores que tornam o crime um caminho para a subsistência em situações críticas. Julgamentos fornecidos pela AIO da instituição, evidenciam que entre

estas situações excludentes prevalecem o roubo e o tráfico de drogas como sendo os atos infracionais mais cometidos pelos adolescentes.

Considerando o caráter estruturalmente excludente e desigual da sociedade brasileira, verifica-se a instalação de um processo de estigmatização social do grupo de adolescentes que cumprem as medidas socioeducativas, principalmente as de semiliberdade e internação, associado a uma visão de desajuste social que reforça a condição de desigualdade perante à sociedade. Para Vicente (1998), o trato com o adolescente em conflito com a lei demanda ações direcionadas ao desenvolvimento dos jovens, pensadas em uma perspectiva que considere as adversidades às quais foram expostos.

Romper com esses estigmas e garantir um modelo de sociedade mais inclusiva e justa são pressupostos dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), presentes na agenda estabelecida pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) para serem alcançados mundialmente até 2030. Todos os 17 objetivos não apenas preconizam um modelo de desenvolvimento mais equilibrado, como também são pautados pela máxima de “não deixar ninguém para trás”, independentemente de seu histórico ou contexto social (Organização das Nações Unidas [ONU], 2015).

Tendo em vista o exposto, ao se debruçar sobre o presente tema, este trabalho pretende aprofundar e disseminar conhecimentos sobre as possibilidades de inclusão social efetiva de uma camada significativa da população, aparando-se nas prerrogativas de mecanismos legais brasileiros como a CRFB, o ECA, as metas e indicadores estabelecidos pelos ODS da ONU. Para tal, a presente dissertação abordou questões que envolvem as relações entre os adolescentes em conflito com a lei e a sociedade, além dos conceitos envolvidos no processo de ressocialização, buscando analisar de maneira crítica o trabalho da Fundação CASA.

1.3 ESTRUTURA DO TRABALHO

Esta dissertação está estruturada em cinco capítulos. Na introdução são apresentadas a delimitação do tema, a questão de pesquisa, os objetivos, a justificativa e a relevância do estudo. O segundo capítulo descreve os aspectos metodológicos utilizados, detalhando seus procedimentos, como a revisão bibliográfica e a pesquisa exploratória, já o terceiro capítulo traz a fundamentação teórica com os principais conceitos abordados. O quarto capítulo

retrata os resultados, apresentando a Fundação CASA e o histórico de sua existência, detalha o objeto de pesquisa, promove a discussão das descobertas integrando os relatos dos entrevistados e a articulação teórica com os autores citados. O quinto capítulo traz as considerações finais e na sequência são apresentadas as referências bibliográficas, além dos apêndices que contemplam o roteiro e o termo de consentimento para as entrevistas.

2 METODOLOGIA

Para a execução da pesquisa científica, os métodos utilizados estão descritos neste capítulo, detalhando seus procedimentos.

2.1 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

I. Primeiro Estágio

A revisão bibliográfica é fundamental para uma pesquisa bem-sucedida, garantindo coerência, lógica e embasamento teórico. Segundo Pádua (2011), uma abordagem multidimensional da revisão de literatura considera não apenas a lista de autores e textos, mas inclui a análise contextualizada e ampliada do tema. “Nesse sentido, a própria Revisão de Literatura pode ser importante para se estabelecer um marco teórico de referência, à medida que auxilia na identificação das diferentes abordagens teóricas ou práticas já existentes” (Pádua, 2011, p.57).

Ainda segundo Pádua (2011), a revisão de literatura é importante para estabelecer um referencial teórico, identificar abordagens existentes sobre o tema e contextualizá-lo em relação à área do conhecimento. Por fim, a revisão de literatura pode ser apresentada de várias formas, como um trabalho acadêmico, um artigo de revisão ou parte de uma pesquisa e a elaboração de um roteiro pode auxiliar na sua apresentação.

Neste trabalho, realizou-se uma revisão bibliográfica na base de dados do Portal Periódico CAPES, com refinamento pelo Acesso CAFe acessado pelo portal da Universidade Nove de Julho (UNINOVE), em três estágios. Em suma, a revisão bibliográfica é essencial para o planejamento da pesquisa, especialmente para a contextualização e a articulação teórica com os resultados. Ela permite evitar repetições, contribuir para o conhecimento científico e embasar o trabalho com referências importantes. Segundo Barros (2009), é importante incluir tanto obras que apoiam a pesquisa quanto aquelas com as quais o pesquisador pretende se contrapor. Além disso, é necessário mencionar tanto obras clássicas quanto as mais recentes, e também incluir artigos de periódicos especializados.

No primeiro estágio, personalizando de forma a expandir os resultados por meio do filtro de busca avançada e usando as palavras-chave: adolescentes em conflito com a lei; medidas socioeducativas; ressocialização; cidade inteligente; e cidade sustentável, determinando o período entre 2014 e 2023, foram encontrados 1.304 documentos na plataforma CAPES. Dentre eles artigos, atas de congressos, dissertações, conjuntos de dados, relatórios, magazine, artigos, resenhas e livros.

O número de vezes e os respectivos assuntos encontrados, em português e inglês, foram: 81 *smart cities*, 63 *teenagers*, 54 *science & technology*, 47 adolescentes em conflito com lei, 46 *adolescents*, 45 *technology*, 45 *analysis*, 42 *cities*, 40 *social sciences*, 39 *law*, 34 *psychology*, 33 medidas socioeducativas, 33 *internet*, 32 *life sciences & biomedicine*, 32 *human rights*, 30 *education*, 29 *urban areas*, 29 *sustainable development*, 27 *juvenile*.

Em relação às coleções apareceram: 1.098 DOAJ Directory of Open Access Journals, 304 SciELO Brazil, 52 SciELO Public Health, 46 SciELO Colombia, 26 SciELO Portugal, 22 PUCRS Institutional Repository, 19 ACM Digital Library, 17 PubMed, 17 DataCite, 15 ScienceDirect, 12 Social Sciences Citation Index (Web of Science), 12 OpenEdition Open access Journals, 11 Science Citation Index Expanded (Web of Science), 10 PubMed Central, 9 SpringerNature Complete Journals, 5 SciELO Chile, 4 SciELO Argentina, 3 SciELO Mexico, 3 Revistas PUCP3 e 3 Emerald eJournal. Com relação aos idiomas, surgiram 882 Portugêses, 869 Inglêses, 229 Espanhol, 1 Alemão e 1 Italiano.

II. Segundo Estágio

Empregando as mesmas palavras pesquisadas no primeiro estágio (adolescentes em conflito com a lei, medidas socioeducativas, ressocialização, cidade Inteligente e cidade sustentável), usando critério de aprimoramento com o filtro entre os anos de 2019 e 2023, encontrou-se uma grande variedade de documentos sobre o tema pesquisado. Desta vez, apareceram 703 resultados. Os recursos disponibilizados foram 678 artigos, 9 conjuntos de dados, 5 dissertações, 4 relatórios, 2 resenhas, 2 atas de congressos, 1 *magazine articles* e 1 livro.

Os assuntos que emergiram sobre os temas foram: 56 *smart cities*, 39 *teenagers*, 35 cidades inteligentes, 31 *cities*, 31 *adolescents*, 29 *science & technology*, 25 *analysis*, 20

urban areas, 20 *social sciences*, 20 *literature reviews*, 19 *sustainable development*, 19 *quality of life*, 19 *life sciences & biomedicine*, 19 *adolescente em conflito com a lei*, 17 *smart city*, 17 *sociology*, 16 *innovations*, 16 *management*, 15 *sustainability* e 14 *juvenile offenders*.

Das coleções disponibilizadas pela CAPES, surgiram: 597 DOAJ Directory of Open Access Journals, 171 SciELO Brazil, 30 SciELO Colombia, 23 SciELO Portugal e 21 SciELO Public Health. Os idiomas foram: 469 Português, 469 Inglês, 101 Espanhol, 1 Alemão e 1 Italiano. Os títulos de periódicos foram: 15 *Ciência & Saude Coletiva*, 5 *Gesec: Revista de Gestão e Secretariado*, 8 *Revista da Spagesp*, 15 *Revista de Administração Pública*, 45 *Revista de Direito da Cidade*, 19 *Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade*, 9 *Revista Direito e Práxis*, 14 *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*. 17 *Risti: Revista Ibérica de Sistemas e Tecnologias de Informação* e 17 *Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana*.

Uma revisão bibliográfica não se trata apenas de listar citações, mas de fornecer uma análise crítica e uma visão panorâmica do conhecimento disponível sobre o assunto. Portanto, é importante abordar as fontes de maneira crítica e destacar as relações entre as diferentes perspectivas apresentadas na literatura. Para Dorsa (2020), a revisão da literatura é fundamental na escrita de artigos científicos, permitindo conhecer o estado atual do conhecimento em determinada área. Ela identifica lacunas, contribui para o desenvolvimento de novas ideias e contextualiza o trabalho dentro do conhecimento existente. A consulta deve incluir artigos, teses, dissertações e resumos recentes.

Ao propiciar encontro de pesquisas com similaridades, assim como análise da metodologia utilizada, a revisão oportuniza aos pesquisadores a elaboração de textos a partir de uma perspectiva histórica sobre determinado tema, tanto em nível nacional quanto internacional, dependendo da abrangência, exigindo assim expertise como condição básica para o crescimento de pesquisas sobre a área de estudo (Dorsa, 2020, p. 681).

III. Terceiro Estágio

A revisão bibliográfica da literatura usada nesta pesquisa seguiu uma abordagem rigorosa e metodológica para identificar, analisar e sintetizar as evidências disponíveis em

relação a uma pergunta de pesquisa específica. Essa metodologia é frequentemente utilizada em pesquisa científica, especialmente em campos como medicina, psicologia, educação e outras áreas em que a análise objetiva das evidências é crucial para embasar decisões ou desenvolver novas teorias.

De acordo com Moreira (2004), a revisão de literatura desempenha um papel fundamental no avanço e progresso da ciência. Ela fornece um panorama do estado atual do conhecimento em uma determinada área e auxilia na contextualização do problema a ser investigado. Além disso, a revisão de literatura permite aos pesquisadores conhecerem o que está sendo publicado em seu campo de estudo, substituindo a consulta a vários trabalhos. Ela também funciona como um filtro, ajudando na seleção de publicações de qualidade.

Serve para posicionar o leitor do trabalho e o próprio pesquisador acerca dos avanços, retrocessos ou áreas envoltas em penumbra. Fornece informações para contextualizar a extensão e significância do problema que se maneja. Aponta e discute possíveis soluções para problemas similares e oferece alternativas de metodologias que têm sido utilizadas para a solução do problema (Moreira, 2004, p.23).

Para chegar neste ajuste fino da pesquisa, personalizou-se a busca dos resultados usando os filtros ativos do Portal CAPES com as terminologias recurso online, periódicos revisados por pares, artigos, dissertações, conjuntos de dados, adolescente em conflito com a lei, *smart cities*, *psychology*, medidas socioeducativas, adolescentes em conflito com a lei, adolescentes, *juvenile delinquency*, *adolescente são conflictsãoon la ley*, violência, cidade inteligente, cidades inteligentes, *adolescent in conflict with the law*, DOAJ Directory of Open Access Journals, SciELO Brazil FREE, PUCRS Institutional Repository, SciELO Colombia, Inglês, Português, Espanhol, Social Sciences, SciELO Brazil, Ano 2019, Ano 2023.

Os periódicos ficaram livres para todos os filtros usados, para as publicações nas revistas Estudos Interdisciplinares em Psicologia, Paidéia Cadernos de Psicologia E Educação, Psico Usf, Rac: Revista De Administração Contemporânea, Revista Brasileira de Segurança Pública, Revista de Administração Contemporânea, Revista de Administração Pública, Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade, Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez Y Juventud, Trends In Psycholog.

Durante esta revisão bibliográfica, decidiu-se usar o critério de exclusão para as terminologias Management, Psychology, Multidisciplinary, Smart City, Adolescents, Medida Socioeducativa, Information Technology, Case Studies, Big Data, SciELO Portugal, SpringerLink Journals, Social Sciences Citation Index (Web of Science), Elsevier ScienceDirect Journals, SciELO Ecuador, que apareceram desde o início da análise.

Como resultado desta revisão bibliográfica sobre a ressocialização dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, a reinserção à sociedade e CIS, após uma análise documental criteriosa em três estágios foram encontrados 75 documentos disponíveis em recurso online, periódicos revisados por pares, artigos, dissertações e conjuntos de dados sobre o assunto.

A abordagem de leitura de todos esses documentos científicos foi realizada em dois estágios, uma estratégia eficaz para extrair informações relevantes e compreender os principais pontos de cada artigo sobre o tema escolhido. O primeiro estágio de leitura aconteceu de forma rápida (*skimming*), com o objetivo de obter uma visão geral do conteúdo de cada documento sem se aprofundar nos detalhes. Já o segundo estágio, com uma leitura detalhada (*deep reading*), buscou-se uma compreensão geral dos artigos científicos envolvendo leitura mais aprofundada para capturar detalhes e *insights* específicos.

Para Moreira (2004), a revisão de literatura deve ser realizada por especialistas na área de estudo, que analisem e contribuam com seu conhecimento. A pesquisa bibliográfica é uma etapa essencial na revisão de literatura e em diferentes tipos de pesquisa. Ela consiste no levantamento e coleta de dados relevantes para a revisão, por meio de busca em publicações existentes sobre o assunto em estudo. É importante conhecer as bibliotecas e bases de dados disponíveis, além de eliminar barreiras linguísticas, geográficas e de compreensão.

O primeiro passo em direção a uma boa revisão de literatura, é uma pesquisa bibliográfica o mais abrangente possível. Por isso é imprescindível conhecer, nesta fase, as bibliotecas disponíveis, suas bases de dados e os serviços que oferecem empréstimo entre bibliotecas, bibliotecas digitais ou virtuais e os atores que possam auxiliar (Moreira, 2004).

Com a leitura dos documentos científicos, espera-se uma série de benefícios valiosos na busca por expandir o conhecimento e a compreensão sobre a área de estudo e a reinserção dos jovens em cumprimento de medida socioeducativa na Fundação CASA. Moreira (2004), ainda orienta que revisões de literatura possuem diferentes funções e podem ser classificadas de acordo com critérios como propósito, abrangência, função, tratamento e abordagem. Para realizar revisões de qualidade, é necessário ter conhecimento amplo da área estudada, contato com colegas, habilidades de escrita e prestígio no campo.

2.2 PESQUISA EXPLORATÓRIA

Na intenção de atingir os resultados propostos no trabalho foi realizada uma pesquisa do tipo exploratória, com intenção causal, pensando a causalidade como os efeitos da atuação do trabalho socioeducativo nos centros de atendimentos da Fundação CASA sobre o conjunto de adolescentes mantidos na medida de internação. Segundo Gil (2008, p. 27), o método exploratório é indicado para “[...] proporcionar uma visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato”. Quanto à tipificação da pesquisa, ela se enquadra como documental com a realização de entrevistas, pois “vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa” (GIL, 2008, p. 51).

O projeto de pesquisa foi submetido e aprovado pela Plataforma Brasil e pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UNINOVE sob o número de parecer 6.325.025, seguindo todas as recomendações para início da coleta de dados. De acordo com o protocolo aprovado, qualquer modificação deveria ser submetida ao CEP para aprovação. O pesquisador se comprometeu a manter arquivados os dados da pesquisa por cinco anos e enviar relatórios semestrais ao CEP. Após conclusão e aprovação, será enviada uma cópia digital do trabalho à instância que autorizou a pesquisa.

A análise foi baseada nas respostas de um roteiro de entrevista (APÊNDICE A) enviado para um conjunto de profissionais que possuem relação direta com a aplicação das medidas socioeducativas e detêm a capacidade de analisar de maneira prática os resultados no acompanhamento e no desenvolvimento do conjunto de adolescentes. Foi aplicado um questionário com 15 perguntas específicas e ao final disponibilizado um espaço para comentários adicionais, por meio do Google Forms, de maneira a garantir o total anonimato

dos respondentes e com tempo médio de uma hora para resposta. O questionário foi enviado aos servidores dos centros socioeducativos São Bernardo I e II, Santo André I e II, Mauá e Diadema, totalizando seis locais de atendimentos aos jovens em conflito com a lei, para entender como é realizado o trabalho da Fundação CASA em ressocializar os jovens atendidos pela instituição.

Para essa análise foram estabelecidos os seguintes critérios dos jovens do ABCD Paulista: população total de 10 a 14 anos, de 15 a 19 anos e de 10 a 19 anos dos municípios do Grande ABCD Paulista; número de adolescentes atendidos; taxa de ocupação média nas unidades; faixa etária dos atendidos por unidade; escolaridade dos atendidos; cor da pele dos atendidos; município de residência; ato infracional cometido pelos atendidos; reincidência dos adolescentes; número de adolescentes que realizaram cursos de educação profissional básica; demanda de saúde mental na Fundação CASA; vagas oferecidas no estado; taxa média de ocupação no estado; servidores por cargos e unidades do ABCD Paulista da Fundação CASA de 2019 a 2022.

Segundo dados fornecidos pela Divisão Regional Litoral (DRL)/ABCD da Fundação CASA, responsável em alinhar as diretrizes da execução da medida socioeducativa nos centros socioeducativos do ABCD, na data do dia 30 de julho de 2023 e nos seis locais citados anteriormente, haviam 258 servidores atuando diretamente no atendimento aos adolescentes. Um e-mail com o roteiro de entrevista (APÊNDICE A) foi disparado para os e-mails dos possíveis respondentes, a partir dos endereços fornecidos pela Divisão de Tecnologia e Informação (DTI) e pela Divisão de Recursos Humanos (DRH) da Fundação CASA.

A aplicação do questionário buscou informações detalhadas sobre as práticas e abordagens utilizadas pela Fundação CASA no processo de ressocialização dos adolescentes atendidos, na faixa etária de 12 a 21 anos incompletos. Durante a aplicação do questionário, por meio da plataforma Google Forms, garantiu-se que as informações coletadas fossem tratadas com confidencialidade e que a participação dos profissionais da Fundação CASA fosse opcional e voluntária. As respostas foram anônimas para que os servidores pudessem se expressar de forma mais livre e aberta possível. No total foram recebidos 51 questionários respondidos, dos profissionais de diferentes áreas de atuação dentro das unidades, totalizando 816 respostas.

O roteiro de entrevista semiestruturado tem uma abordagem versátil para que o questionário aplicado ofereça uma combinação de estrutura pré-definida e flexibilidade, o que possibilita que as respostas sejam mais abrangentes e detalhadas, ao mesmo tempo que permite acesso ao contexto da execução de medida socioeducativa na Fundação CASA. A aplicação do roteiro de entrevista semiestruturado tem a vantagem de trazer uma lista de perguntas que ajuda a garantir que os tópicos-chave sejam abordados de maneira consistente pelos respondentes. Sendo assim, os respondentes não precisam fornecer informações pessoais identificáveis para preencher o formulário. Todos os participantes da pesquisa assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para participação em Pesquisa Humana (APÊNDICE B), autorizando a utilização dos dados informados para fins desta pesquisa.

O Google Forms, ferramenta desenvolvida pela empresa Google, tem uma reputação de fornecer serviços confiáveis e seguros, além de possuir uma infraestrutura robusta e medidas de segurança para proteger os dados dos usuários.

Seguindo as orientações contidas no item 1.2.1 da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa [CONEP] (2021), foi informado ao respondente as limitações de pesquisadores para assegurar total confidencialidade e o potencial risco de violação de dados que podem variar dependendo da natureza da pesquisa, da tecnologia utilizada e das medidas de segurança implementadas. As limitações podem ser por conta das vulnerabilidades tecnológicas, acesso não autorizado, erro humano, compartilhamento impróprio, armazenamento inseguro, desenvolvimento de software inseguro, armazenamento em nuvem e falta de conhecimento em segurança.

Para mitigar essas limitações e minimizar o risco de violação de confidencialidade, os dados coletados pelo Google Forms foram armazenados nos servidores da Google, que são considerados seguros e sujeitos a padrões rigorosos de segurança e privacidade e, também, oferecem a opção de criptografar os dados coletados aumentando a segurança das informações transmitidas (CONEP, 2021). Além disso, o autor desta dissertação se comprometeu em seguir os todos os critérios da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) nº13.709/2018.

Após concluída a coleta de dados, que foram salvos na nuvem e seguindo as orientações para procedimentos de pesquisas em qualquer etapa via ambiente virtual, foi

feito o download dos dados para um dispositivo eletrônico local (HD Externo), apagando todo e qualquer registro de plataforma virtual, ambiente compartilhado ou nuvem.

Os dados coletados foram tabulados e organizados de forma a garantir uma identificação geral, com a numeração dos servidores pela ordem de envio das respostas e, na sequência uma identificação sobre a área de atuação dos respondentes (setor administrativo, área técnica, gestão e segurança), a partir das respostas à pergunta 1, sobre seus papéis na aplicação das medidas. Tal classificação manteve o perfil anônimo das respostas e permitiu uma análise elaborada das informações coletadas. Por fim, foram feitas avaliações do conteúdo das respostas em relação ao trabalho desenvolvido na Fundação CASA (positivo, negativo e neutro) tornando possível o destaque de algumas delas na discussão de resultados.

Com isso, para garantir a confiabilidade da pesquisa, um processo metodológico claro e transparente foi implementado, adotando critérios consistentes para a codificação e categorização dos dados, com registro detalhado de todas as etapas do processo de análise. Segundo Silva e Leão (2018, p.727),

[...] o software Atlas.ti é uma importante ferramenta para pesquisadores de diversas áreas, pois possui uma gama de recursos que permite seu uso em inúmeras áreas do conhecimento, além de possuir uma interface que propicia a análise de diversos tipos de dados para garantir o cumprimento de toda sorte de objetivos”.

O Atlas.ti é foi escolhido por ser uma ferramenta poderosa e amplamente utilizada para a análise de conteúdo qualitativo. O software oferece uma variedade de recursos e funcionalidades que facilitam a organização, codificação e interpretação de dados do questionário aplicado aos respondentes.

As regras seguidas nesta pesquisa foram estipuladas pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) nº13.709/2018, Capítulo II do Tratamento de Dados Pessoais, Seção I - Dos Requisitos para o Tratamento de Dados Pessoais, no inciso IV. Neste caso, como foram entrevistados servidores da Fundação CASA que trabalham diretamente com os jovens em conflito com a lei no estado de São Paulo, em hipótese alguma foi revelada a identidade e fornecimento de dados das pessoas entrevistadas.

A pesquisa documental sobre aspectos históricos da antiga Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (Febem) foi feita no Núcleo de Acervo Institucional Documental

(NAID). Já os dados de perfil dos adolescentes, foram disponibilizados pela AIO e pela Comissão de Avaliação de Documentos e Acesso (CADA) da Fundação CASA.

Para chegar à etapa de pesquisa de campo nos seis centros socioeducativos, foi necessário percorrer todo um caminho interno na instituição na intenção de conseguir autorização para a aplicação dos questionários aos entrevistados. Esse processo se iniciou com o envio de toda a documentação necessária, seguindo o rito da Portaria Normativa n.º 373/2021, para a Universidade Corporativa da Fundação CASA (UNICASA). Foi necessário apresentar documentos do pesquisador; carta de apresentação da instituição de ensino; currículo da orientadora; declaração de matrícula do pesquisador; projeto de pesquisa; e Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) aos servidores.

De acordo com o artigo 1º da referida portaria (n.º 373, 2021), as pesquisas poderiam ser realizadas somente nos setores e Centros de Atendimento Socioeducativo da Fundação CASA-SP, mediante autorização do Gabinete da Presidência sem prejuízo das autorizações e com o consentimento dos demais atores envolvidos (PN n.º 373, 2021).

Com relação a cronograma de pesquisa, seguiu-se as orientações da Carta Circular nº 061/2012/CONEP/CNS/GB/MS, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) do Conselho Nacional de Saúde do Brasil, que descreve como devem ser elaborados e organizados os cronogramas em protocolos de pesquisa. A carta recomenda que as etapas da pesquisa sejam identificadas apenas com indicações de semanas, quinzenas, meses ou outros intervalos de tempo, sem a identificação específicas de meses e anos. De tal modo, assegura-se que o cronograma desta pesquisa foi executado após a aprovação do Sistema CEP/CONEP e os respondentes não tiveram benefícios diretos e/ou pessoais.

Após essa primeira etapa, o segundo passo foi enviar os documentos para as três superintendências da Fundação CASA, por meio do Programa Sem Papel do Governo do Estado de São Paulo, para que pudessem dar seus pareceres favoráveis ou não: Superintendência Pedagógica, Superintendência de Saúde e Superintendência de Segurança. Após os pareceres favoráveis, a documentação passou para a terceira etapa que foi a validação da Assessoria Especial de Política Socioeducativa. Seguindo o rito, passou-se para o quarto passo, a validação da Diretoria de Gestão e Articulação Regional. O quinto passo envolveu o parecer de validação da Assessoria de Comunicação Social. Validado, seguiu para o último passo, autorização da Presidência da Fundação CASA. Todas as

etapas foram validadas com total cuidado pelos servidores das respectivas áreas da Instituição.

O passo seguinte foi a submissão para apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UNINOVE, o qual seguiu as orientações das resoluções 466/2012 e 5010/2016. Somente após passar por todas as etapas descritas e com o aval final do CEP, aplicou-se o roteiro de entrevista aos servidores da Fundação CASA.

Sendo assim, esta pesquisa se comprometeu com o cuidado em relação a proteção de dados e informações das pessoas, de acordo com o Art. 1 da Lei nº13.709, 2018, p.1,

[...] dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.

A partir de todo o material coletado, realizou-se uma análise crítica sobre o processo de ressocialização na Fundação CASA, tendo como referências os pressupostos indicados na bibliografia destacada sobre o tema.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

O presente capítulo tem como finalidade apresentar o referencial teórico que serviu como estrutura conceitual de análise das informações sobre os adolescentes, objeto da aplicação das medidas socioeducativas levantadas junto à Fundação CASA, além de tratar o conceito de Cidades Inteligentes e Sustentáveis (CIS) buscando aproximá-lo da análise da ressocialização de jovens infratores no estado de São Paulo.

Dada a importância do assunto e a diversidade de fontes sobre a matéria de ressocialização, dentro do contexto de CIS, foram escolhidos os subtópicos elencados a seguir.

3.1 SOCIEDADE E ADOLESCENTE INFRATOR EM PROCESSO DE RESSOCIALIZAÇÃO

Conforme descrito por Santos e Rodrigues (2010), o processo de ressocialização de pessoas privadas de liberdade tem em seu cerne o pressuposto de reintegração desses indivíduos à vida em sociedade considerando as limitações impostas pela dessocialização, processo pelo qual alguém deixa de ter convívio social, e a expectativa de se evitar a prática de novos delitos por parte desses indivíduos.

No que concerne aos adolescentes em conflito com a lei, Hoffmann (2020) pontua que as medidas socioeducativas devem servir como ferramenta de sanção contra uma conduta inadequada dos adolescentes, considerando a internação como a medida mais severa possível e um meio pelo qual se espera trabalhar suas condições de ressocialização a partir de uma perspectiva de formação, desenvolvimento educativo e social. Volpi (2008) reforça que os regimes de socioeducação necessitam incutir valores que incentivem a participação social desses adolescentes e que oportunizem a possibilidade de superarem condições de exclusão.

Além da garantia de direitos básicos, como saúde, educação, convivência familiar e comunitária para todas as crianças e adolescentes, o ECA indica em seu artigo 124, um conjunto de direitos específicos ao adolescente privado de liberdade, reforçando o princípio da igualdade em relação à proteção e destacando questões que podem comprometer seu

desenvolvimento na situação peculiar de cumprimento de medidas restritivas (Lei n. 8.069, 1990).

Ainda que seja compartilhada a percepção sobre os desafios da garantia de direitos amplos às crianças e adolescentes no Brasil, é relevante destacar a previsão legal de acesso à cultura; educação; ao convívio familiar e comunitário; e o respeito à dignidade dos adolescentes privados de liberdade. Pensando em um projeto de emancipação e formação ideal, o processo de ressocialização iniciado no âmbito do centro socioeducativo de internação deveria compor um sistema mais amplo de defesa, proteção e garantia de direitos, em que o adolescente possa efetivamente ser incluído na sociedade e usufruir dos benefícios da interação em comunidade, a partir de políticas públicas mais eficazes e que reflitam, sobretudo, as volumosas garantias legais instituídas no país que suportam a efetivação destes direitos.

É sabido, entretanto, que a realidade ainda vivenciada no país não dialoga inteiramente com esse pressuposto, ao identificar um contingente significativo de jovens afetados sobremaneira pelas condições estruturais de desigualdade, como as recorrentes violações de direitos e ausência de um conjunto estável e contínuo de políticas públicas eficazes para a garantia desses direitos. Nesse sentido, uma plena ressocialização de adolescentes privados de liberdade passa pela qualificação e ampliação de políticas públicas de defesa e garantia de direitos, além de uma atuação inclusiva por parte da sociedade como um todo.

A família e a comunidade, por meio de seu envolvimento, desempenham um papel estratégico na operacionalização das medidas socioeducativas, como aponta Volpi (2008). A família, especialmente, tende a representar as primeiras relações interpessoais dos adolescentes e tem um papel preponderante em seu desenvolvimento e na formação de sua identidade.

A projeção de uma ressocialização dos adolescentes privados de liberdade mais adequada diz respeito a um processo amplo de iniciativas que reflita não apenas o possível desenvolvimento pessoal desses indivíduos durante o processo de internação, mas também um desenvolvimento conjunto da sociedade e do estado como garantidores e fomentadores dos direitos que lhe são assegurados, visando uma ressocialização inteligente e sustentável

e que possa livrar os adolescentes de possíveis estigmatizações por terem cometido os atos infracionais.

3.2 ASPECTOS PEDAGÓGICOS PARA RECUPERAÇÃO DOS JOVENS

As entidades que desenvolvem os programas de internação devem se ocupar, no exercício do atendimento, de uma série de obrigações que dão conta da garantia de direitos básicos e uma perspectiva de desenvolvimento saudável para os adolescentes. O desenvolvimento de atividades de caráter pedagógico é um pressuposto da aplicação da medida de internação, como um indicativo da garantia de seus direitos fundamentais e expectativa de sua ressocialização no período posterior à privação de liberdade.

Nesse sentido, o material de orientação para o trabalho com medidas socioeducativas de internação, organizado pela Secretaria Especial de Direitos Humanos, traz grandes contribuições sobre o conteúdo da socioeducação como modelo de intervenção propício para esse fim, a definindo como uma “modalidade de ação educativa destinada a preparar os adolescentes para o convívio social no marco da legalidade e da moralidade socialmente aceitas, como forma de assegurar sua efetiva e plena socialização” (Brasil, 2006b, p.10).

Mauricio (2014) indica a ação social de ressocialização como uma iniciativa que busca em seu sentido, ressocializar, passar valores culturais mais humanos e cidadãos aos adolescentes infratores por meio de um processo educativo. A intenção é que eles mudem seus pensamentos e, com base em tais valores culturais novos durante suas ações sociais futuras, não mais ajam no sentido de cometer atos infracionais, em especial violentos.

Esse recorte auxilia na reflexão de que a ação no âmbito das medidas socioeducativas incita um pressuposto que sobrepõe uma perspectiva punitiva e almeja um processo de emancipação e formação social dos adolescentes. Hoffman (2020) destaca, de maneira contundente, o papel da educação no processo de ressocialização como ferramenta de neutralização de potenciais efeitos nocivos da privação de liberdade e fundamental para um retorno adequado à vida em sociedade. Isso se dá a partir da articulação de conhecimentos que permitam a localização do adolescente em sua vida social e seu amadurecimento para o desenvolvimento das mais diversas habilidades, visando um potencial de inclusão em um mercado de trabalho, lhe garantindo autonomia.

A educação a partir de cursos técnicos e profissionalizantes assume um papel estratégico e essencial ao colaborar com a formação de caráter e com a ampliação do escopo de possíveis espaços de atuação desses adolescentes após a internação, aumentando as perspectivas futuras e garantindo ferramentas para a inclusão efetiva no mercado de trabalho, passo importante para a independência. Além disso, como apontado por Santos e Rodrigues (2010), a readaptação de um indivíduo privado de liberdade passa, sobremaneira, pela permanência do convívio social durante o seu período de internação, para que possa projetar uma passagem menos agressiva entre a liberdade e sua privação, e para que se mantenha consciente sobre as dinâmicas da vida não institucionalizada.

A aplicação de medidas socioeducativas é organizada e direcionada no Brasil pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), apresentado em 2006 pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda). No documento, Lei n. 12.594 (2012), elencam-se as diretrizes pedagógicas para a realização do trabalho com medidas socioeducativas nas entidades de atendimentos, incluindo aquelas que trabalham com a internação:

1. Prevalência da ação socioeducativa sobre os aspectos meramente sancionatórios.
2. Projeto pedagógico como ordenador de ação e gestão do atendimento socioeducativo.
3. Participação dos adolescentes na construção, no monitoramento e na avaliação das ações socioeducativas.
4. Respeito à singularidade do adolescente, presença educativa e exemplaridade como condições necessárias na ação socioeducativa.
5. Exigência e compreensão como elementos primordiais de reconhecimento e respeito ao adolescente durante o atendimento socioeducativo.
6. Diretividade no processo socioeducativo.
7. Disciplina como meio para a realização da ação socioeducativa.
8. Dinâmica institucional garantindo a horizontalidade na socialização das informações e dos saberes em equipe multiprofissional.
9. Organização espacial e funcional dos centros de atendimento socioeducativo que garantam possibilidades de desenvolvimento pessoal e social para o adolescente.

10. Diversidade étnico-racial, de gênero e de orientação sexual norteadora da prática pedagógica.
11. Família e comunidade participando ativamente da experiência socioeducativa;
12. Formação continuada dos atores sociais.

Tais diretrizes explicitam uma expectativa em relação ao trabalho com medidas socioeducativas em que se sobreponha o caráter pedagógico e social e a formação cidadã dos adolescentes em relação ao seu caráter sancionatório, instituindo o projeto pedagógico como o eixo principal de orientação da ação. Além disso, a partir das diretrizes, configura-se uma expectativa de participação ativa dos adolescentes na construção e no acompanhamento das ações, bem como de suas famílias, comunidades e organizações sociais, de maneira a sustentar um processo que dialogue com sua realidade, potências e potenciais de sociabilidade a partir do fortalecimento dos vínculos, sempre tendo em vista o respeito à diversidade e às suas singularidades.

O conjunto de diretrizes, que destaca elementos como a presença educativa, exemplaridade, a importância do Plano Individual de Atendimento (PIA), diretividade, disciplina, dinâmica institucional, organização espacial e funcional, entre outros, é uma referência crítica e de análise dos diferentes modelos de aplicação de medidas socioeducativas e pode servir para avaliar o potencial de ressocialização dos adolescentes atendidos.

3.3 OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E O ACESSO DOS JOVENS INFRATORES A DIREITOS NAS CIDADES INTELIGENTES E SUSTENTÁVEIS

Em setembro de 2015, em uma sessão especial na Assembleia Geral das Nações Unidas, chefes de Estado e representantes de governos de mais de 190 países aprovaram um documento que estabeleceu uma agenda compartilhada de desenvolvimento sustentável para todo o mundo até 2030, buscando refletir um plano de ação que garanta a prosperidade em um modelo pautado pela garantia de direitos e atendimento das necessidades das pessoas, o cuidado com o planeta, a promoção da paz e a mobilização de parcerias como viabilizadoras de meios para sua implementação (ONU, 2015).

De acordo com ONU (2015), essa agenda se consolidou em 17 ODS, associados a 169 metas, nas quais os governos dos países signatários se comprometeram a concretizar a agenda, no período de 2015 a 2030, efetivando direitos humanos de maneira sustentável e resiliente, com o pressuposto de “não deixar ninguém para trás”. Tal ambição se estrutura no pressuposto da indivisibilidade e integração dos objetivos e metas e seu equilíbrio em uma visão do desenvolvimento sustentável que contemple as três dimensões: econômica, social e ambiental.

A importância e a centralidade das cidades nas reflexões e debates sobre o desenvolvimento são destacadas pela própria ONU, em relatório produzido pelo Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-HABITAT) que apontou uma projeção até 2050, em que mais de 60% da população mundial viverá em um contexto urbano (Organização das Nações Unidas [ONU], 2012). Nesse sentido, ao analisar os limites e possibilidades em relação ao potencial de atingimento dos ODS, mostra-se evidente a necessidade da reflexão sobre cidades e suas características.

No documento *Nova Agenda Urbana*, produto dos debates realizados na Conferência das Nações Unidas sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável (Habitat III) na cidade de Quito em outubro de 2016 e aprovada na Assembleia Geral da ONU em dezembro do mesmo ano, expressou-se uma visão compartilhada de cidade:

Para todos e todas, aludindo ao uso e ao gozo igualitários de cidades e assentamentos humanos, com vistas a promover a inclusão e a assegurar que todos os habitantes, das gerações presentes e futuras, sem discriminação de qualquer ordem, possam habitar e produzir cidades e assentamentos humanos justos, seguros, saudáveis, acessíveis física e economicamente, resilientes e sustentáveis para fomentar a prosperidade e a qualidade de vida para todos e todas (Organização das Nações Unidas [ONU], 2017, p. 5).

A utilização do termo Cidades Inteligentes (CI) ganha projeção quando associada às mudanças e transformações ocasionadas com a evolução constante e a ampla utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), por parte da sociedade. Kanter e Litow (2009) definem como CI aquelas que integram as TICs e estruturas físicas de forma eficiente, de maneira a gerar melhorias na qualidade de vida da população e condições de sustentabilidade, com a convergência de aspectos tecnológicos, sociais, normativos e organizacionais.

Já na construção apresentada no trabalho de Giffinger e Gudrun (2010), as CI concretizam uma visão de futuro multifacetada, nos aspectos de pessoas, governança, mobilidade, meio ambiente, economia e qualidade de vida, e se constroem a partir das atitudes conscientes, independentes e decisivas dos diferentes atores que nelas atuam.

A Carta Brasileira para Cidades Inteligentes, uma construção coletiva coordenada pela Secretaria Nacional de Mobilidade e Desenvolvimento Regional e Urbano (SMDRU) do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), em colaboração com uma série de parceiros governamentais e não-governamentais e apoio da Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ), em tradução livre Agência Alemã de Cooperação Internacional, institui uma visão de cidades inteligentes diversas e justas; vivas e para as pessoas; conectadas e inovadoras; inclusivas e acolhedoras; seguras, resilientes e autorregenerativas e; por fim, economicamente férteis (Secretaria de Mobilidade e Desenvolvimento Regional e Urbano [SMDRU], 2017).

O exercício de retomada dos conceitos tem por objetivo destacar que a discussão sobre cidades inteligentes está associada a um cenário amplo de desenvolvimento dos contextos urbanos que contempla não apenas o desenvolvimento urbano sustentável, a incorporação e o diálogo entre as diferentes TIC's, mas, de maneira central, a promoção do acesso a direitos sociais, de igualdade e dignidade para todos que as habitam.

Nesse sentido, a discussão sobre os grupos e setores excluídos ou mais afetados pela desigualdade estrutural no país e inseridos nos contextos urbanos é tão urgente quanto o desenvolvimento de discussões e ações em prol de favorecer o desenvolvimento das cidades inteligentes em seus potenciais a partir do uso das TICs ou de diferentes processos de melhoria da qualidade de vida e do meio ambiente em seus espaços, para que haja um avanço concreto nessa agenda.

Pessoas em conflito com a lei tendem a ser socialmente marginalizadas como resposta pelos seus atos e, especialmente no caso brasileiro, tendem a ser oriundas de extratos sociais já estigmatizados devido a uma série de questões estruturais.

Partindo do proposto pela ONU aos líderes mundiais, coletivamente, os 17 ODS buscam a dissociação do crescimento econômico da pobreza, da desigualdade e das mudanças climáticas no mundo. Eles percorrem desde a ideia de acabar com a fome até a

promoção de sociedades pacíficas e inclusivas, e cada ODS tem metas detalhadas para serem alcançadas nos próximos anos.

Segundo United Nations [UN] (2020), os ODS estão andando a passos lentos, e há relatos de que houve um aumento significativo na insegurança alimentar, nas instáveis e generalizadas desigualdades e na deterioração do meio ambiente natural. Diante desse cenário, a estigmatização social da população de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, partindo de um reforço de desigualdade social e do pressuposto de “não deixar ninguém para trás”, são os temas que chamam atenção para ampliar a discussão sobre o assunto da criminalização, mundialmente.

Ao se realizar a leitura dos ODS, é possível identificar que alguns possuem maior correlação e especificidade, como aqueles ligados ao combate à pobreza e desigualdades e aqueles que dizem respeito à conservação do meio ambiente e tecnologia. Outro conjunto de ODS tem uma proposta mais integrativa e abrangente, perpassando todos os outros objetivos, como os associados aos meios de implementação ou a cidades sustentáveis.

Considerando tal contexto, desde o início deste estudo, foram feitas várias conjecturas sobre os seguintes ODS:

- 1 - Erradicação da pobreza: acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.
- 3 - Saúde e Bem-Estar: assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.
- 4 - Educação de qualidade: assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.
- 8 - Trabalho decente e crescimento econômico: promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.
- 10 - Redução das desigualdades: reduzir as desigualdades dentro dos países e entre eles.
- 11 - Cidades e comunidades sustentáveis: tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.
- 16 - Paz, justiça e instituições eficazes: promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

Mas, como esses temas estão ligados uns aos outros, e os ODS abarcam assuntos amplos de discussão em vários campos de conhecimento, foi feito um recorte considerando temas relacionados a Erradicação da Pobreza (ODS 1), Saúde e Bem-Estar (ODS 3), Educação de Qualidade (ODS 4), Redução das Desigualdades (ODS 10) e Cidades e Comunidades Sustentáveis (ODS 11), pela aderência ao contexto da população juvenil privada de liberdade no estado de São Paulo.

Quando o adolescente desrespeita a lei, escancara uma realidade ainda maior, na qual direitos são negados e violências são vividas constantemente devido a aplicação pouco efetiva das políticas públicas por parte do estado. Tal negligência gera maior exclusão social dessa população, sem que ações adequadas sejam colocadas em prática nos espaços sociais e comunitários (Fundação CASA, 2022).

Sendo assim, para que eles saiam da vida do crime, entre tantas políticas públicas necessárias e negligenciadas, é preciso pensar que há a necessidade de eliminar a pobreza, oferecer educação de qualidade, possibilitar saúde e bem-estar, reduzir as desigualdades e dar oportunidades de moradia com iguais condições a todos. Nesse panorama, percebe-se que os jovens que cometeram atos infracionais e seus familiares necessitam que tais situações socialmente desestruturantes sejam extintas, de modo que possam alcançar uma melhor oportunidade de vida nas 645 cidades do estado de São Paulo, área de atuação em que a Fundação CASA está inserida.

Para Borba (2021), há uma relação do papel do território de moradia e o processo socioeducativo de adolescentes na Fundação CASA, que contribui para o processo legislativo local, buscando entender a importância da abordagem educativa na atenção aos adolescentes infratores e garantir os direitos deles em cumprimento de medidas socioeducativas.

Não obstante haver uma legislação bastante garantista e protetiva dos adolescentes, o que se viu e se vê na prática é uma refração dos diversos grupos envolvidos: sistema de garantias; sistema de justiça e sociedade organizada em atender integralmente os ditames legais. Mesmo privado de liberdade, ao adolescente é garantido o direito de cumprir a medida próximo ao seu local de moradia, consagrando a importância do território e da família no processo socioeducativo. (Borba, 2021, p.8)

Cabe destacar que, para além do cumprimento da medida socioeducativa pelo adolescente, este estudo colocou luz a uma discussão aberta para o entendimento de como

as cidades de origem dos adolescentes os recebem e quais oportunidades são oferecidas a eles e aos seus familiares, seguindo a lógica de CIS.

4 RESULTADOS

Neste capítulo de resultados, são apresentados o histórico da Fundação CASA, desde a sua antiga denominação como Febem, sua atual estruturação em um novo modelo de atuação em relação aos pressupostos de sua origem e o trabalho com vistas a reinserção dos adolescentes na sociedade realizado nos centros socioeducativos do ABCD Paulista. Por meio dos métodos empregados buscou-se apresentar o público de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas a partir de uma ótica menos estigmatizada e mais realista, em relação aos seus potenciais de reinserção e participação ativa na sociedade, levando em consideração, o contexto de CIS como um espaço efetivo de integração e inclusão de todas as representações dentro da sociedade.

A ressocialização de jovens em instituições como a Fundação CASA e o desenvolvimento de CIS são processos complexos e multifacetados que envolvem diversos atores e demandam o comprometimento de recursos e esforços. Ambos os temas são relevantes para o desenvolvimento social e urbano, com impactos significativos nas comunidades e na qualidade de vida das pessoas, sendo assim, nesse contexto a combinação de práticas de ressocialização efetivas com o desenvolvimento de CIS é fundamental para criar uma sociedade mais inclusiva, equitativa e ambientalmente consciente.

Segundo Michelam et al. (2020), o Desenvolvimento Urbano Baseado no Conhecimento (DUBC) é uma estratégia para promover CIS, integrando o conhecimento local, a tecnologia e a inovação. É importante considerar as características específicas de cada cidade, como os ativos de conhecimento existentes, e estabelecer parcerias e colaborações. O DUBC oferece uma abordagem multidimensional e integrada para o planejamento urbano estratégico, visando a promoção de cidades inteligentes e sustentáveis. No entanto, avanços tecnológicos por si só não são suficientes, é necessária uma abordagem holística e integrada considerando todos os aspectos relevantes da vida na cidade e processos de governança capazes de integrar todos os atores e dimensões da sustentabilidade. “Além disso, essencial para o sucesso de um processo de DUBC é a capacidade dos gestores e formuladores de políticas em estabelecer e cultivar a inovação por meio de modelos de colaboração e parceria” (Michelam et al., 2020, p. 10).

4.1 A FUNDAÇÃO CASA

Nesta seção apresenta-se de maneira abrangente a instituição responsável pela execução de medidas socioeducativas em meio fechado no estado de São Paulo, o contexto de seu surgimento, transformações e estrutura atual.

4.1.1 Histórico de atuação

A presente subseção descreve a história do atendimento de adolescentes e jovens em conflito com a lei no estado de São Paulo a partir do final do século XIX, passando pela Febem, e o surgimento da configuração atual da Fundação CASA.

4.1.1.1 A antiga Febem

O atendimento de crianças e adolescentes em território nacional se iniciou na época do Brasil Império, após a aprovação da Lei do Ventre Livre em 1871, que deu liberdade aos filhos de escravas nascidos sob determinadas condições, a partir daquela data. Foi quando se criou, na estrutura estatal paulista, o primeiro sistema de atendimento à criança e ao adolescente. Após a abolição da escravatura, em 1888, aumentou o número de crianças abandonadas e infratoras, chamadas de carentes e delinquentes, atendidos em prisões. Em 1894, criou-se uma instituição específica para atender esse público. Dois anos depois, a “Roda dos Expostos”, existente na Santa Casa de Misericórdia, transformou-se na “Casa dos Expostos”, a primeira estrutura da instituição (Fundação CASA, 2012).

Em 1897, a Casa dos Expostos foi transferida para a Chácara Wanderley no bairro do Pacaembu, sendo posteriormente ampliada na gestão de Sampaio Viana entre os anos de 1902 e 1935. O local recebeu diferentes nomes, Asilo Sampaio Viana, Educandário Sampaio Viana (momento em que ampliou o programa assistencial), Unidade de Triagem Sampaio Viana e Casa da Criança do Serviço Social de Menores (quando abrigou crianças de até 6 anos e 11 meses de idade). No mesmo período, crianças consideradas carentes recebiam atendimento na Chácara Morgado Mateus, no Tatuapé, onde depois foi construído o Complexo do Tatuapé destinado ao atendimento a adolescentes envolvidos com ato infracional (Fundação CASA, 2012).

Em 1964, de acordo com Fundação CASA (2012), o governo federal instituiu a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM) e a Política Nacional do Bem-Estar do Menor (PNBEM). A FUNABEM coordenou as ações das entidades estaduais de assistência a crianças e adolescentes qualificados em situação irregular (os denominados carentes e delinquentes). Em 1967, o governo paulista instituiu a Secretaria de Promoção Social do Estado de São Paulo, que recebeu, entre outras atribuições, a responsabilidade sobre o Serviço Social de Menores.

Mais tarde, em 1973, por meio da Lei n.º 185, de 12 de dezembro de 1973, entrou em funcionamento a Fundação Paulista de Promoção Social do Menor (Pró-Menor), sendo que essa se mantém como a norma jurídica base da Fundação CASA. Em 1976, a Fundação Pró-Menor recebeu o nome de Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (Febem/SP), além de modificar a composição do Conselho Estadual de Promoção Social do Menor (Fundação CASA, 2012).

Com a promulgação do ECA em 1990, separou-se a política de atendimento de crianças e adolescentes em vulnerabilidade social, os chamados carentes, dos adolescentes autores de ato infracional, os chamados delinquentes. No início da mesma década, a Febem/SP parou de atender a carentes permanecendo exclusivamente com o atendimento a adolescentes infratores em todos os meios (aberto, restritivo de liberdade e privativo de liberdade) e em 2010 as medidas socioeducativas de meio aberto foram totalmente municipalizadas (Fundação CASA, 2012).

Conforme exposto em Fundação CASA (2012), até 2005 a execução de medidas socioeducativas pela Febem/SP não estava adequada aos parâmetros exigidos pelo ECA, como por exemplo a descentralização da política de atendimento. A realização da política pública de execução de medidas socioeducativas concentrava-se na capital, no extinto Complexo do Tatuapé, onde houve diversas rebeliões, denúncias de torturas e má prestação de serviços noticiados frequentemente pela imprensa.

Para mudar esse panorama, em 2005 a Fundação iniciou um processo de modificação institucional, para adequar a execução da política pública às diretrizes do ECA e do Sinase – ainda uma resolução do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda). Em dezembro de 2006, o nome da Febem/SP foi modificado para Fundação CASA. O nome foi uma parte das mudanças propostas pela instituição, que então

estava sob a presidência da procuradora do Estado Berenice Giannella – que deixou o cargo em julho de 2017. A partir desta data até janeiro de 2023, o cargo de presidência da Fundação CASA foi ocupado pelo Secretário da Justiça e Cidadania, que acumulou as duas funções, a de Secretário de Estado da Justiça e Cidadania e a de Presidente da Fundação CASA. Este cenário mudou a partir de janeiro 2023, a Instituição tem um presidente exclusivo João Verissimo Fernandes.

4.1.1.2 Histórico da criação do Complexo do Tatuapé

A condição dos menores estava sendo delineada no final do século XIX e durante as primeiras décadas do século XX, visto que, desde 1890 estes vinham aparecendo em alguns textos legais e, antes de 1927 eram vistos de maneira diferenciada pelos legisladores, o que culminou no Código de Menores de 1927 (Fonseca, 2007).

As condições colocadas por essa mobilização em torno do problema dos menores são fundamentais para compreender o processo de surgimento dos Institutos Disciplinares, que na época esteve inserido nas políticas de controle social do governo paulista. Nesse contexto surgem descrições de situações envolvendo menores em que se empregam termos como moralmente abandonados, viciosos, delinquentes e materialmente abandonados. Em São Paulo, essa forma de ver o problema dos menores se reflete nos modelos de instituições que surgem ou são modificadas, sendo um exemplo o Instituto Disciplinar do Tatuapé, fundado em 1903 (Fundação CASA, 2012).

A História do Instituto Disciplinar do Tatuapé começou no início do século XX, quando a chácara de João Baptista de Oliveira Penteado foi desapropriada para dar lugar a primeira unidade do estado de São Paulo, destinada a crianças e adolescentes abandonados e delinquentes. Instituto Disciplinar do Tatuapé, Reformatório Modelo da Capital, Instituto Modelo de Menores, Complexo da Febem do Tatuapé, estes foram alguns dos nomes das instituições que ocuparam uma extensa área às margens do Rio Tietê. Essas instituições tinham objetivos semelhantes: prevenir e corrigir a criminalidade na infância e na adolescência (Celestino, 2011).

De acordo com Celestino (2011), o Instituto Disciplinar do Tatuapé tinha a função de abrigar não somente crianças e adolescentes infratores, mas também os abandonados. Antes mesmo da publicação da lei que cria o Instituto Disciplinar do Tatuapé, o Decreto n.º

1.034, de 13 de junho de 1902 desapropriou-se a Chácara do Belém, situada no bairro do Tatuapé ou Belenzinho às margens do Rio Tietê. Esta chácara pertenceu, em diferentes épocas, a Morgado de Mateus e a Tomaz Luis Alvarez.

A lei que deu origem à criação do Instituto Disciplinar do Tatuapé teve como base o projeto de lei apresentado à Câmara pelo deputado Candido Motta. O projeto sofreu várias alterações e transformou-se na Lei n.º 844, promulgada em 10 de outubro de 1902. Em 30 de dezembro de 1902, foi promulgado o Decreto n.º 1.079 que regulamentou a Lei n.º 844, estabelecendo as regras do Instituto Disciplinar.

O Decreto n.º 6.732, de 4 de outubro de 1934, alterou o nome de Instituto Disciplinar do Tatuapé para Reformatório Modelo da Capital. O Reformatório era composto de seções masculina e feminina, conforme previsto pela Lei n.º 2.496, de 24 de dezembro de 1935, que propunha a construção de pavilhões independentes com capacidade para 60 adolescentes. Em 1938, ocorreu uma reorganização do Serviço de Proteção aos Menores, que passou a ser denominado Serviço Social de Menores pelo Decreto n.º 9.744, de 19 de novembro do mesmo ano. O Reformatório Modelo da Capital passou a chamar-se Instituto Modelo de Menores.

Em dezembro de 1964, foi instituída a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), que foi delegada pelo Governo Federal a implantar a Política Nacional do Bem-Estar do Menor, com o objetivo de coordenar as entidades estaduais de proteção às crianças e aos adolescentes. Com o Decreto 49.165, de 29 de dezembro de 1967, que criou a Secretaria da Promoção Social do Estado de São Paulo, o Serviço Social de Menores foi totalmente transferido para essa Secretaria. Pouco mais de um ano depois, outro decreto fixou a estrutura da Secretaria da Promoção Social e criou a Coordenadoria dos Estabelecimentos Sociais do Estado (CESE).

Além de administrar unidades destinadas a crianças e adolescentes, a CESE atendia famílias carentes, mendigos, migrantes e alcoólatras, entre outros, o que acarretou uma sobrecarga na Coordenadoria e levou à criação em 1974, da Fundação Paulista de Promoção Social do Menor (Pró-Menor). A ela foram agrupadas todas as unidades de atendimento aos jovens e crianças. Entre essas unidades estava a Chácara do Belém, que desde 1910 atendia crianças carentes no mesmo endereço. Em 1976, a Secretaria de Promoção Social mudou o nome da Fundação Pró-Menor para Fundação Estadual do Bem-

Estar do Menor (Febem/SP), para se adaptar à política federal para a área do adolescente em situação de conflito com a lei. Foram, então, criadas novas unidades de internação na área do antigo Instituto Modelo de Menores para um número crescente de internos. E assim estava se formando o Complexo da Febem do Tatuapé (Fundação CASA, 2012).

A partir da CRFB de 1988 e do ECA de 1990, o modelo de encarceramento em massa passou a ser amplamente questionado. Dessa forma, o Estado buscou rever sua política voltada a crianças e adolescentes e a procurar alternativas pautadas no ECA. Ao buscar alternativas, o estado demonstra compromisso com a proteção dos direitos das crianças e adolescentes, reconhecendo-os como sujeitos de direitos e garantindo-lhes uma infância e adolescência saudáveis, livres de violência e exploração. Essas alternativas podem incluir investimentos em programas de assistência social, educação, saúde e cultura, que contribuam para o desenvolvimento pleno das crianças e adolescentes, bem como a criação de políticas públicas que promovam a inclusão social e a prevenção de situações de vulnerabilidade.

Além disso, é importante que o Estado promova a participação das crianças e adolescentes nas decisões que afetam suas vidas, garantindo que suas vozes sejam ouvidas e respeitadas em todas as esferas da sociedade. Entretanto, é fundamental que a revisão da política não seja apenas uma medida pontual, mas um compromisso contínuo com a proteção e promoção dos direitos da infância e adolescência. O Estado deve buscar constantemente aprimorar suas políticas e práticas, garantindo o melhor atendimento e proteção às crianças e adolescentes do país.

Para que essas alternativas sejam efetivas, é essencial que haja o envolvimento de diversos atores como órgãos públicos, sociedade civil, instituições de ensino e organizações não governamentais, trabalhando em conjunto para criar um ambiente seguro, saudável e propício ao desenvolvimento pleno das crianças e adolescentes, de acordo com os princípios estabelecidos pelo ECA.

4.1.2 Modelo atual de atuação da Fundação CASA

O atual modelo de funcionamento da Fundação CASA será apresentado na subseção seguinte, com a indicação de sua posição na estrutura do Governo do Estado de São Paulo, as estruturas institucionais que a compõem e sua proposta atual de atuação.

4.1.2.1 O início de uma nova era: a nova Fundação CASA

A desativação do Complexo do Tatuapé foi o marco das mudanças ocorridas na transformação da Febem/SP em Fundação CASA. Iniciado em 2005, o esvaziamento do Complexo do Tatuapé da antiga Febem e a demolição de suas unidades ocorreram de maneira gradativa, de modo a evitar que as unidades da instituição que recebiam adolescentes ficassem superlotadas. Na busca de acabar com o caos que prevalecia no Complexo do Tatuapé, a desativação do local veio acompanhada do processo de descentralização da Fundação CASA (Fundação CASA, 2012).

A partir de 2005, foram construídos 60 centros socioeducativos em todo estado de São Paulo, em 2006 com as bases do novo projeto de descentralização sendo implementadas, nasceu a Fundação CASA no lugar da antiga Febem. Dos centros citados, 53 tinham capacidade para 56 adolescentes cada – 40 em internação e 16 em internação provisória. Atualmente, existem 111 centros em todo o estado, para atender mais de 4.900 adolescentes.

Outrora, praticamente todo o atendimento a adolescentes em conflito com a lei do estado de São Paulo era centralizado nos grandes conjuntos da capital. O Complexo do Tatuapé era um deles e chegou a abrigar mais de 1.800 adolescentes em 18 unidades, uma ao lado da outra. Em 2005, 81,2% dos internos do estado de São Paul eram atendidos na capital e 18,8% no interior (AIO, 2023a; Fundação CASA, 2012).

Apostando na construção de pequenos centros, a Fundação CASA inverteu o quadro e, conforme dados disponibilizados em julho de 2023, 24,35% dos jovens estão na capital, 52,40% no interior, 15,44% na Grande São Paulo, 6,95 % no litoral e outros e os não informados somam 0,86%. Esses números são o reflexo das mudanças que ocorreram no atendimento socioeducativo no estado de São Paulo. Os maiores beneficiados com essas mudanças foram os adolescentes e seus familiares. Hoje, os jovens são atendidos próximos de suas residências e de suas famílias, o que facilita a ressocialização e a reinserção na comunidade (AIO, 2023a; Fundação CASA, 2012).

Dessa forma, com a desativação total do Complexo do Tatuapé, em outubro de 2007, a área que por décadas foi palco das políticas públicas para a prevenção e correção da criminalidade infantil e juvenil, foi transformada em um grande espaço de lazer: o Parque Estadual do Belém e a Fábrica de Cultura.

4.1.2.2 Secretaria da Justiça e Cidadania: guardiã da Fundação CASA

Órgão do Governo do Estado de São Paulo, a Secretaria da Justiça e Cidadania (SJC) além de ser responsável por manter as relações institucionais com o Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, dialoga com entidades ligadas à justiça, cidadania e direitos humanos. No estado a SJC, por meio da Fundação CASA, ordena a execução de medidas socioeducativas de internação, internação sanção, internação provisória e semiliberdade e, por meio das vinculadas, defende os direitos dos consumidores, disponibiliza acesso à medicina social e de criminologia e à Justiça e promoção da cidade (Secretaria da Justiça e Cidadania [SJC], 2023).

O trabalho da SJC tem como missão “promover os direitos humanos e fortalecer a cidadania, oferecendo suporte referencial à população, às ações estratégicas e aos programas do Governo do Estado de São Paulo”. Como visão, a SJC procura “aprimorar o desenvolvimento dos projetos e programas ligados à promoção dos direitos humanos e cidadania, promovendo o acesso à justiça igualitária como direito primordial do ser humano com fundamento no Programa Estadual de Direitos Humanos” (SJC, 2023).

Os objetivos da SJC qualificam-se da seguinte forma:

- No programa de reforma e construção de fóruns há permanente esforço para atender à demanda e construir novos edifícios ou reformar os existentes, garantindo aos cidadãos conforto e segurança. Anualmente são investidos, em média, R\$50 milhões de reais.
- Prestar colaboração técnica a entidades públicas do estado, favorecendo a implantação de princípios e normas relacionadas à Justiça, cidadania e direitos humanos.
- Atender e orientar, diretamente, os cidadãos, bem como articular a formação de núcleos de defesa da cidadania.
- Manter correspondência e intercâmbio com órgãos e entidades, públicos e privados, nacionais e internacionais, nos assuntos de interesse, para o adequado desempenho de suas atribuições.
- Colaborar com o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (Condepe).

- Conduzir os trabalhos da Comissão de Ex-Presos Políticos, criada com Lei Estadual n.º 10.726/2001, e efetuar o pagamento de indenizações como forma de reconhecimento da participação de cidadãos que tiveram a privação de seus direitos consagrados pela Declaração Universal dos Direitos do Homem (1948), na época da Ditadura Militar.
- Auxiliar na superação dos danos causados pela violência aos familiares de vítimas com óbito ou sobreviventes de modalidades criminosas e atuar na prevenção por meio de intervenções jurídicas, sociais e terapêuticas por intermédio do Centro de Referência e Apoio à Vítima.
- Auxiliar no combate ao tráfico de seres humanos, por meio da conscientização de agentes públicos e das possíveis vítimas, da desarticulação das redes de tráfico e da eliminação do preconceito que discrimina as vítimas e inibe denúncias.

A SJC possui quatro órgãos vinculados: Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente (Fundação CASA), Instituto de Medicina Social e de Criminologia de São Paulo (IMESC), Instituto de Pesos e Medidas do Estado de São Paulo (IPEM) e a Fundação Procon-SP.

4.1.2.3 A Fundação CASA

A Fundação CASA é uma entidade vinculada a SJC do Governo do Estado de São Paulo, que executa medidas socioeducativas em regime fechado para adolescentes com idades entre 12 e 21 anos incompletos. Se o adolescente cometeu ato infracional com 17 anos, 11 meses e 29 dias, sendo menor de idade com 18 anos incompletos, considerando que ele pode cumprir a medida socioeducativa por até três anos, o jovem pode ficar internado na Fundação CASA até os 21 anos incompletos. A partir de 2006, a instituição passou por um amplo processo de transformação calcado na descentralização e na constante capacitação de funcionários novos e antigos, com o objetivo de acabar com as rebeliões e mudar completamente o atendimento socioeducativo no estado de São Paulo.

De acordo com os dados da AIO (2023b), em 29 de maio de 2023, a instituição contava com 4.950 jovens em atendimento nos 111 centros socioeducativos localizados em

47 cidades do estado de São Paulo. A capacidade total é de 6.277 vagas, correspondendo assim, a 78,8 % da capacidade instalada.

O atendimento ocorre nas medidas socioeducativas de internação, internação sanção e semiliberdade, além dos programas de atendimento inicial e internação provisória. Em matéria de região de moradia e cumprimento de medida, idade e ato infracional, foram levantadas as seguintes informações sobre os 4.950 adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa na Instituição: 14 adolescentes com 12 anos, 62 com 13 anos, 231 com 14 anos, 596 com 15 anos, 1142 com 16 anos, 1726 com 17 anos, 978 com 18 anos, 169 com 19 anos e 20 com 20 anos. O público masculino é a maioria, representando 95,7% dos internados.

4.1.2.4 Atendimento aos adolescentes nos centros da Fundação CASA

I. Proteção Integral ao adolescente infrator

A Proteção Integral ao adolescente infrator é um conceito que está intrinsecamente relacionado com a ideia de que jovens que cometem atos infracionais devem ser tratados de acordo com os princípios de proteção e garantia de direitos, conforme estabelecido na CRFB, no ECA e no SINASE no Brasil e em outros instrumentos internacionais de proteção dos direitos da criança e do adolescente.

Sendo assim, a proteção integral ao adolescente infrator é garantida por meio da articulação de diversos instrumentos legais disponíveis no país, sendo os principais:

- ECA é a principal legislação brasileira que trata dos direitos e garantias das crianças e dos adolescentes, incluindo aqueles em conflito com a lei. Ele estabelece princípios fundamentais, direitos e deveres, medidas de proteção e socioeducativas, bem como a estrutura do sistema de garantia de direitos.
- CRFB assegura direitos fundamentais à infância e à juventude, estabelecendo a proteção especial do estado aos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas.
- SINASE é um conjunto de normas e princípios que orientam o atendimento aos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em todo o país. Ele foi

criado pela Lei nº 12.594/2012 e estabelece diretrizes para a execução das medidas, visando à ressocialização e reintegração social dos jovens.

A abordagem da proteção integral reconhece que os adolescentes, por estarem em fase de desenvolvimento, são mais suscetíveis a influências negativas e vulnerabilidades, o que pode levar ao envolvimento em atos infracionais. Portanto, em vez de aplicar medidas punitivas rígidas e exclusivamente repressivas o enfoque é voltado para ações socioeducativas, visando recuperação, reintegração social e redução da reincidência.

A abordagem de proteção integral busca, portanto, respeitar a condição peculiar de pessoa em desenvolvimento do adolescente, não apenas responsabilizando-o pelos atos cometidos, mas oferecendo oportunidades de mudança e de reintegração na sociedade. O objetivo é evitar a reincidência e promover uma abordagem mais humana e efetiva na abordagem dos jovens em conflito com a lei.

Desde o início das mudanças, a Fundação CASA também fez uma reformulação pedagógica voltada para melhorar o atendimento dos adolescentes. A proposta, efetivamente, foi somar os melhores esforços dos diferentes setores da sociedade para atingir o modelo ideal de reencaminhamento dos adolescentes à sociedade. Cumprindo integralmente o que está previsto no ECA e no Sinase, das 6h às 21h os adolescentes têm uma agenda multiprofissional que inclui atividades de escolarização formal, esporte, cultura, educação profissional, além do atendimento de psicólogos e assistentes sociais. Logo, quando chegam, os jovens passam por um diagnóstico polidimensional e são trabalhados de acordo com um PIA. O PIA permite que as reais demandas que o jovem e sua família têm nas áreas social, de saúde e pedagógica sejam focadas especificamente.

Com relação à capacitação dos servidores, buscando dar efetividade às diretrizes estabelecidas pelo ECA e à política de atendimento preconizada pelo Sinase, a Fundação CASA tem focado o investimento na formação de funcionários, orientando-se pelo atendimento individualizado aos jovens, respeito aos direitos humanos e pela abertura à sociedade.

A UNICASA tem como principal atribuição atender à demanda de capacitação, desenvolvimento, extensão e aperfeiçoamento profissional dos mais de 10 mil servidores e dos seus diversos parceiros, por meio dos programas de formação inicial, continuada e aperfeiçoamento de gestores, nas modalidades presencial e a distância.

Para assegurar o direito à escolarização dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em privação de liberdade, estabeleceu-se parceria entre a Fundação CASA e a Secretaria de Estado da Educação (SEE S. Paulo). Essa cooperação foi efetivada por meio de resoluções específicas elaboradas conjuntamente pelas duas instituições, que amparam legalmente o atendimento escolar no âmbito institucional garantindo a oferta de ensino básico a todos os adolescentes. As classes escolares instaladas nos centros pertencem administrativamente às escolas da rede pública estadual, denominadas vinculadoras.

A parceria estabelecida com a SEE S. Paulo prevê a formulação de políticas educacionais e mecanismos comuns de ação, além da contratação e pagamento de professores, emissão da documentação escolar, bem como supervisão e acompanhamento das ações pedagógicas nos centros da Fundação CASA, realizadas pela SEE S. Paulo por meio de suas diretorias de ensino e escolas vinculadas.

Foram firmadas parcerias com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), vinculado ao Ministério da Educação (MEC), com vistas à viabilizar participação dos alunos em privação de liberdade no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), Programa Universidade Para Todos (Prouni) e Sistema de Seleção Unificada (Sisu) de forma a ofertar possibilidades de acesso ao ensino superior, ampliando as possibilidades de novas escolhas (Fundação CASA, 2022a).

Os jovens que cumprem medida socioeducativa na Fundação CASA têm acesso à qualificação profissional básica, caracterizada por uma carga-horária mínima de 45 horas/aula. A oferta está constituída com uma estrutura e funcionamento totalmente pensado para que a formação básica em educação profissional possa ser vivenciada com qualidade e completude no tempo da medida socioeducativa de internação. Do ponto de vista metodológico, deve atender às necessidades formativas dos adolescentes, considerando suas idades, vivências e a defasagem idade-série. As atividades devem ser dinâmicas e com estratégias de participação dos alunos.

O Portfólio de áreas e cursos são cuidadosamente pensados considerando as orientações da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO). Proporcionando o primeiro contato com as profissões, para após a desinternação darem prosseguimento aos estudos na área escolhida conhecendo os

percursos necessários para tal. O principal objetivo é oportunizar que conheçam possibilidades formativas da realidade profissional e que percebam a necessidade e importância da elevação de escolaridade para a construção da carreira profissional, como uma das ferramentas para romper com o ciclo de desigualdade social. Toda ação é ofertada de forma indireta por meio da contratação de instituições para executar, na soma de saberes, o programa de formação da Fundação CASA (Fundação CASA, 2022a).

A Fundação CASA também promove e garante aos adolescentes o direito às práticas corporais (físicas, esportivas e recreativas), conforme preconizado na legislação brasileira. A partir do calendário esportivo anual, sugere a promoção de atividades internas, externas e de integração social. Os adolescentes na instituição têm acesso a arte e cultura, participam de oficinas artístico-culturais que têm duração trimestral e ocorrem duas vezes por semana com noventa minutos em cada encontro. As linguagens das oficinas são variadas e os adolescentes têm contato com elementos da arte e da cultura e aprendem algumas técnicas específicas para que possam produzir expressando algo de si (Fundação CASA, 2022a).

A evolução institucional da Fundação CASA foi reconhecida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) no Programa Justiça ao Jovem em 2011, que considerou o sistema socioeducativo de São Paulo o melhor do país. O Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), em seu relatório “Um Olhar mais Atento às Unidades de Internação e Semiliberdade para Adolescentes”, dados de 2014/2015, indicou São Paulo como o estado com mais centros socioeducativos em condições salubres, sendo 89%, enquanto a média do Sudeste, a maior no Brasil, foi de 77,8% (Conselho Nacional de Justiça [CNJ], 2012; Conselho Nacional do Ministério Público [CNMP], 2015).

II. O Conselho Gestor

De acordo com a Portaria Normativa nº 412/2022 da Fundação CASA, cada centro de atendimento deve ter um conselho gestor com a finalidade de garantir a gestão participativa entre responsáveis, adolescentes, sociedade civil, poder público, sistema de justiça, familiares ou responsáveis legais, como contribuição na execução do processo socioeducativo, planejamento e aperfeiçoamento do atendimento ao adolescente.

No âmbito da Instituição, o conselho gestor deve ser uma instância colegiada responsável por auxiliar na formulação, monitoramento e avaliação das políticas e diretrizes da instituição. É composto por representantes de diversos setores, como funcionários da fundação, membros da sociedade civil e adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, buscando promover a participação e a transparência nas decisões relacionadas ao sistema socioeducativo.

A existência do conselho gestor é importante para assegurar a participação democrática e a corresponsabilização de diversos atores na gestão das políticas socioeducativas, contribuindo para uma abordagem mais humanizada e eficiente na ressocialização dos jovens em conflito com a lei. Além disso, o conselho pode ser um espaço para que os adolescentes tenham voz ativa em relação às medidas que afetam suas vidas, promovendo a escuta e o protagonismo juvenil na construção de soluções para os desafios enfrentados pelo sistema socioeducativo.

III. Diminuição no atendimento

Em São Paulo, a Fundação CASA executa as medidas socioeducativas de internação e semiliberdade, assim como os programas de internação provisória (período de até 45 dias em que o adolescente aguarda a sentença do Poder Judiciário), atendimento inicial (atenção realizada logo após a apreensão) e internação sanção (período de até 90 dias de privação de liberdade por descumprimento de outra medida socioeducativa).

É possível afirmar que a Fundação CASA, como parte do sistema socioeducativo, executa o que o Poder Judiciário emana nas suas decisões, sendo necessário racionalizar os recursos existentes, sem perder a qualidade do atendimento socioeducativo no estado de São Paulo. A queda no atendimento está diretamente atrelada ao menor número de sentenças em medidas socioeducativas de regime fechado (internação e semiliberdade).

O sistema socioeducativo paulista é composto pela Fundação CASA, como executora das medidas em regime fechado; pelo Poder Judiciário, que decide toda a etapa do processo socioeducativo do(a) adolescente e fiscaliza o atendimento; pelo Ministério Público, responsável pela acusação e acompanhamento da execução medida; e pela

Defensoria Pública, que responde pela defesa do(a) adolescente, assim como também acompanha a execução da medida socioeducativa.

São Paulo registra queda no número de atendimentos no regime fechado desde 2014. Os principais fatores determinantes da queda populacional são: aplicação de medidas socioeducativas alternativas pelo Judiciário; redução dos índices de criminalidade; diminuição da população de jovens por causa do envelhecimento da população.

De maneira a ilustrar o processo de diminuição do atendimento, foram reunidas informações sobre a ocupação das vagas de regime fechado na Fundação CASA no período entre janeiro de 2019 até junho de 2023, disponibilizados pela AIO do Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente da Fundação CASA como descrito na Figura 1.

Figura 1

Média de vagas oferecidas na Fundação CASA de Jan/2019 a Jun/2023

Ano	Média de vagas ofertadas
2019	9344
2020	8890
2021	7947
2022	6530
2023	6344

Nota. Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados fornecidos via e-mail pela AIO.

Figura 2

Taxa Média de Ocupação de Vagas nas unidades da Fundação CASA de Jan/2019 a Jun/2023

Ano	Taxa Média de Ocupação (%)
2019	83,70
2020	60,01
2021	63,93
2022	72,36
2023	77,35

Nota. Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados fornecidos via e-mail pela AIO.

Considerando que para o ano de 2023 foram disponibilizadas informações parciais, a partir do ano de 2020 foi possível observar uma ocupação média nas unidades da

Fundação CASA no estado de São Paulo inferior a 80%. Mesmo que progressivamente essa taxa média de ocupação tenha aumentado, a partir do valor mais baixo observado em 2020, no último ano do grupo ela ainda está 10% inferior ao valor observado em 2019 e se relaciona a um valor médio de menos 3.000 vagas ofertadas globalmente.

4.2 CENTROS DA FUNDAÇÃO CASA NA REGIÃO DO ABCD PAULISTA

No Brasil, a população carcerária chega a mais de 830 mil adultos presos, segundo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2023), que se baseia em informações fornecidas pelas secretarias de segurança pública estaduais, pelas polícias civis militares e federal, entre outras fontes oficiais da Segurança Pública. No sistema socioeducativo nacional, o total de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio fechado no Brasil em 2022 foi de 11.671 do sexo masculino e 483 do sexo feminino. Houve uma redução de 3% em relação a 2021 com um total de 10.602 internações de adolescentes do sexo masculino e 428 do sexo feminino, em instituições dos 26 estados brasileiros e do Distrito Federal, sendo que cada estado tem seu estabelecimento com nome próprio como a Fundação CASA de São Paulo.

Como em todo o mundo, no Brasil, boa parte da população carcerária é esquecida pelos poderes públicos, pela família e pela sociedade. Uma vez que a pessoa passa pelo sistema, fica estigmatizada pelo resto da sua vida. Uma vez esquecida pelos governantes, familiares e excluída pela sociedade, o crime organizado a absorve novamente, uma realidade que precisa ser mudada. Se faz necessário mudar o olhar sobre eles, homens, mulheres, gays e lésbicas encarcerados, precisam ser vistos como pessoas comuns que erraram um dia e estão pagando pelo que fizeram, pois todos merecem uma oportunidade em suas vidas. Sendo assim, há necessidade de instituições sérias e eficazes que cuidem adequadamente dessa população, mostrando o trabalho que realizam para que a recuperação aconteça, e com isso reduzir a desigualdade social, alcançando paz, justiça, educação, saúde de qualidade e erradicação da pobreza.

Esta pesquisa analisa a população de jovens em conflito com a lei que cumprem medida socioeducativa na Fundação CASA da região metropolitana do Grande ABCD. Nessas cidades, a Fundação CASA tem sob sua responsabilidade sete centros socioeducativos: CASAs Diadema, Mauá, Santo André I, Santo André II, São Bernardo I,

São Bernardo II e Semiliberdade São Bernardo, salientando que o último não entrou no escopo deste trabalho. Durante o estudo analisou-se a efetividade do trabalho dessas instituições governamentais, por meio de dados das suas populações nos últimos cinco anos, os trabalhos realizados para ressocializar os indivíduos e o índice de reincidência, sendo que esse último propiciou uma noção mais abrangente sobre a recuperação dos jovens infratores.

4.2.1 Caracterização da população de adolescentes do ABCD Paulista

Esta seção apresenta a caracterização da população atendida dentro dos centros socioeducativos selecionados. Retomando a proposta do trabalho, de correlação do atendimento socioeducativo com o contexto das CIS, são apresentados alguns dados populacionais dos municípios do grande ABCD Paulista, de maneira a considerar o território como elemento abrangente de construção da análise, essas informações estão reunidas na Tabela 1.

Tabela 1

População total, de 10 a 14 anos, de 15 a 19 anos e de 10 a 19 anos dos municípios do Grande ABCD Paulista (2022/2021)

<i>Município</i>	<i>População Total *</i>	<i>População 10-14 anos**</i>		<i>População 15-19 anos**</i>		<i>População 10-19 anos**</i>	
		Total	%	Total	%	Total	%
Diadema	393.237	30.209	7,68	32.082	8,16	62.291	15,84
Mauá	418.261	31.668	7,57	33.584	8,03	65.252	15,60
Ribeirão Pires	115.559	7.489	6,48	7.749	6,71	15.238	13,19
Rio Grande da Serra	44.170	3.604	8,16	3.784	8,57	7.388	16,73
Santo André	748.919	42.471	5,67	43.710	5,84	86.181	11,51
São Bernardo do Campo	810.729	53.068	6,55	54.795	6,76	107.863	13,30
São Caetano do Sul	165.655	8.381	5,06	8.503	5,13	16.884	10,19

Nota. Fonte: Elaborada pelo autor. * Dados do ano de 2022 do Portal Cidades@ do IBGE, tendo como fonte o Censo de 2022. ** Dados estimados para o ano de 2021, retirados do ‘Estudo de estimativas populacionais por município, sexo e idade - 2000-2021’ disponível no Tabnet do DATASUS.

Observando a Tabela 1, destacam-se entre o conjunto dos municípios do grande ABCD, São Bernardo do Campo como município mais populoso, seguido por Santo André, ambos ultrapassando 700 mil habitantes, sendo os menos populosos Ribeirão Pires com população de mais de 100 mil habitantes e Rio Grande da Serra com menos de 45 mil habitantes.

Devido a indisponibilidade de acesso direto à informação da população dos municípios por faixa etária, pelo portal do Censo do ano de 2022, optou-se por utilizar a informação de população estimada por faixa etária, sexo e idade, no período de 2000 a 2021, disponível no portal Tabnet do DATASUS, selecionando-se os recortes de 10-14 anos e 15-19 anos, por corresponderem aos atendidos nos centros socioeducativos da Fundação CASA analisados. É necessário destacar, que a diferença de anos de referência dos dados e a distinção entre as fontes e métodos de elaboração das informações, corresponde a total aderência da correlação a realidade observada nos municípios estudados, porém espera-se que essa proporção sirva apenas como um referencial de contextualização da realidade dos municípios elencados na pesquisa.

Ao destacar-se o conjunto total do grupo, ou seja, a população de 10 a 19 anos em cada um dos municípios, Rio Grande da Serra se revela como o município com a maior proporção da população (16,73%) na faixa etária selecionada, sendo São Caetano do Sul (10,19%) e Santo André (11,51%) os municípios com a menor representação do agregado populacional do conjunto. O destaque nos subgrupos, desta divisão etária, indica a repetição do mesmo padrão com Rio Grande da Serra apresentando o maior percentual da população nas faixas etárias de 10 a 14 anos (8,16%) e 15 a 19 anos (8,57%), enquanto São Caetano do Sul (5,06% e 5,13% respectivamente) e Santo André (5,67% e 5,84%, respectivamente) com as menores proporções em ambas as faixas etárias.

Além da proporção de adolescentes em composição demográfica, os municípios encararam desafios ligados à dimensão territorial e populacional, a população de 10 a 14 anos de São Bernardo do Campo supera toda a população de Rio Grande da Serra. Considerando às características específicas de cada uma das cidades, como cultura, distribuição de ocupação, potencial de crescimento econômico e, além disso, deve-se observar o impacto da condição compartilhada de composição de uma região metropolitana, com proximidade geográfica e deslocamento constante da população entre

os diferentes territórios. Conforme dados que serão apresentados na próxima seção, os centros socioeducativos estudados recebem jovens infratores que possuem como origem diversos municípios do entorno, não apenas do ABCD Paulista, de maneira a reforçar a necessidade de um olhar mais integrado sobre este território.

4.2.2 Caracterização do atendimento realizado nos centros do ABCD Paulista

A seguir serão elucidados os dados associados ao atendimento dos adolescentes, de maneira a evidenciar no período estudado o perfil dos adolescentes atendidos e da estrutura disponibilizada pela Fundação CASA para a aplicação das medidas socioeducativas nos seis centros socioeducativos do ABCD Paulista, os dados foram disponibilizados pela AIO da Fundação CASA.

A apresentação das informações recolhidas, organizadas e expostas busca orientar, em um primeiro momento, o esforço de tornar mais visíveis as características que definem o grupo de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas nos centros selecionados.

A primeira informação a ser destacada é que em todas as seis unidades estudadas o total de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas é do sexo masculino. Feito o destaque, será apresentado o total de adolescentes atendidos nas unidades do ABCD Paulista, de maneira a delimitar quantitativamente o universo sobre o qual a presente pesquisa se debruça, sendo o número de referência para as análises das futuras informações.

Tabela 2

Número de adolescentes atendidos nas unidades do ABCD Paulista da Fundação CASA de Jan/2019 a Jun/2023

Centro de Atendimento	Ano Referência				
	2019	2020	2021	2022	2023
Casa Diadema	72	59	32	42	36
Casa Mauá	563	442	545	458	248
Casa Santo André I	64	57	44	42	42
Casa Santo André II	62	58	33	51	36

Casa São Bernardo I	49	38	24	31	20
Casa São Bernardo II	72	47	26	24	19
Total de Adolescentes Atendidos ABCD	882	701	704	648	401
Total de Adolescentes Atendidos Fundação CASA	24.017	17.807	15.593	15.189	9.915

Nota. Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados fornecidos via e-mail pela AIO.

É possível observar uma tendência de redução dos atendimentos em mais de 25% entre os anos de 2019 e 2022, não sendo possível confirmar se a tendência se reforça no ano de 2023, visto que os dados disponíveis correspondem apenas a metade do ano. A redução dos atendimentos fica ainda mais evidenciada na observação da CASA Mauá, em que houve uma redução em mais de 100 entre os anos de 2019 e 2022.

O Centro de Atendimento Casa Mauá, especificamente, concentra a maioria absoluta dos atendimentos das unidades do ABCD em todos os anos da análise, chegando a mais de 75% do total do grupo em 2021, enquanto a única outra unidade que passou dos 10% do total foi a Casa Santo André I, no cômputo do ano de 2023. Em relação a menor quantidade de atendimentos no período, observa-se as Casas São Bernardo I e II, na primeira entre 2019 e 2021 e na segunda a partir de 2022. A participação do volume de atendimentos nas unidades estudadas em relação ao total realizado em todas as unidades do estado de São Paulo é visivelmente baixa, mas mantém certa estabilidade no período, atingindo no máximo 4,5% do total em 2021 e no mínimo 3,6% no ano de 2019.

Na Tabela 3, são apresentados os dados sobre a taxa de ocupação média de vagas nas unidades, a observação sobre o número de atendimentos em queda fica novamente evidenciada.

Tabela 3

Taxa de ocupação média nas unidades do ABCD Paulista da Fundação CASA de Jan/2019 a Jun/2023

Centro de Atendimento	Ano Referência				
	2019	2020	2021	2022	2023
Casa Diadema	92%	56%	58%	65%	66%
Casa Mauá	77%	59%	72%	62%	68%
Casa Santo André I	91%	72%	78%	75%	78%
Casa Santo André II	89%	65%	75%	74%	69%

Casa São Bernardo I	77%	53%	58%	51%	47%
Casa São Bernardo II	79%	47%	47%	46%	48%

Nota. Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados fornecidos via e-mail pela AIO.

Com exceção da Casa Santo André I, em que a taxa de ocupação média é superior a 70%, em todas as outras unidades se observou a oscilação negativa da ocupação, a patamares inferiores a 70% no período. Destacam-se as unidades do município de São Bernardo do Campo, em que se observou a redução da ocupação a menos de 50% da capacidade no período, ressalvado o fato de que os dados de 2023 não compreendem todo o atendimento do ano.

De maneira geral, cabe destacar que, considerando os dados totais até 2022 ou os parciais de 2023, observa-se a redução da taxa média de ocupação em mais de 15% em todas as unidades no período.

Entre as características de composição do conjunto dos adolescentes, a Tabela 4 apresenta a informação relativa as faixas etárias dos atendidos em cada umas das unidades estudadas, que estão demonstradas em 3 agrupamentos: 12 a 14 anos, 15 a 17 anos e 18 ou mais anos.

Tabela 4

Faixa etária dos atendidos por unidade do ABCD Paulista da Fundação CASA de 2019 a Jun/2023

<i>Centro de Atendimento / Faixa Etária</i>	<i>2019</i>	<i>2020</i>	<i>2021</i>	<i>2022</i>	<i>2023</i>
Casa Diadema	72	59	32	42	36
12 a 14	7	7	4	3	1
15 a 17	52	38	25	34	30
18 ou +	13	14	3	5	5
Casa Mauá	563	442	545	458	248
12 a 14	48	31	49	59	23
15 a 17	501	400	475	388	207
18 ou +	14	11	21	11	18

Casa Santo André I	64	57	44	42	42
12 a 14	1			1	3
15 a 17	47	42	34	35	28
18 ou +	16	15	10	6	11
Casa Santo André II	62	58	33	51	36
15 a 17	39	33	26	27	23
18 ou +	23	25	7	24	13
Casa São Bernardo I	49	38	24	31	20
12 a 14	2	4	2	5	1
15 a 17	46	33	22	22	19
18 ou +	1	1		4	
Casa São Bernardo II	72	47	26	24	19
12 a 14	1	2	1	1	1
15 a 17	46	31	18	18	17
18 ou +	25	14	7	5	1
Total De Adolescentes Atendidos	882	701	704	648	401

Nota. Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados fornecidos via e-mail pela AIO.

Em todas as unidades apresentadas é possível observar a prevalência de adolescentes entre a faixa de 15 a 17 anos, em todos os anos da série histórica indicada, com alguma variação do peso relativo deste conjunto em cada um dos anos indicados e nos diferentes centros de atendimento. Na unidade Santo André II, em que não foi realizado o atendimento de adolescentes menores de 15 anos no período, a porcentagem de adolescentes na faixa de 15 a 17 anos se manteve relativamente estável com exceção do ano de 2021, quando chegou a quase 80% do total; nas Casas Santo André I, São Bernardo I e São Bernardo II o número de atendimentos de adolescentes de 12 a 14 anos se manteve

constantemente baixo, com destaque para o baixo atendimento na faixa de 18 ou mais anos na Casa São Bernardo I.

A análise dos centros de atendimento Diadema e Mauá demonstra comportamentos distintos entre os 2 grupos de faixas etárias de menor representação, enquanto em Diadema o conjunto de adolescentes com 18 ou mais anos foi o segundo maior conjunto em quase todos os anos, em Mauá o segundo maior grupo de atendimento foi para adolescentes de 12 a 14 anos, como descrito na Tabela 5.

Tabela 5

Faixa etária dos atendidos nas unidades do ABCD Paulista da Fundação CASA de Jan/2019 a Jun/2023

<i>Região do grande ABCD</i>	<i>2019</i>	<i>2020</i>	<i>2021</i>	<i>2022</i>	<i>2023</i>
12 a 14	59	44	56	69	29
15 a 17	731	577	600	524	324
18 ou +	92	80	48	55	48
Total de Adolescentes Atendidos	882	701	704	648	401

Nota. Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados fornecidos via e-mail pela AIO.

A análise geral do grupo demonstra, novamente, a forte predominância de atendidos na faixa entre 15 e 17 anos, com mais de 80% de adolescentes do total em todos os anos, seguido de maneira distante pelo conjunto de 18 ou mais anos em 2019, 2020 e 2023 e de 12 a 14 anos nos anos de 2021 e 2022, mesmo que ambos reunissem um número absoluto próximo de atendidos em todos os anos da análise. Os números das unidades do ABCD refletem os dados do perfil dos adolescentes da Fundação Casa de um modo geral, em que se observa uma participação que varia entre 76% e 80% do total de atendidos na faixa entre 15 a 17 anos de 2019 a 2023, com uma representação equilibrada dos outros dois conjuntos de faixas etárias. No atendimento geral o grupo de 18 ou mais anos é o segundo mais volumoso em todos os anos analisados.

A Tabela 6 apresenta dados relacionados a escolaridade do conjunto de adolescentes atendidos nas unidades do ABCD, é possível observar a distribuição dos mesmos em

relação aos níveis e etapas de ensino, comentados brevemente na sequência de sua exposição.

Tabela 6

Escolaridade dos atendidos por unidades do ABCD Paulista da Fundação CASA de Jan/2019 a Jun/2023

<i>Centro de Atendimento / Escolaridade</i>	<i>2019</i>	<i>2020</i>	<i>2021</i>	<i>2022</i>	<i>2023</i>
Casa Diadema	72	59	32	42	36
EF - Ciclo I	1	-	-	-	—
EF - Ciclo II	46	34	17	23	15
EM - Completo	1	-	-	-	-
Ensino Médio	24	25	15	19	21
Casa Mauá	563	442	545	458	248
EF - Ciclo I	18	16	17	14	7
EF - Ciclo II	278	217	278	194	112
EM - Completo	-	-	3	-	-
Ensino Médio	146	115	189	145	86
Não informado	121	94	58	105	43
Casa Santo André I	64	57	44	42	42
EF - Ciclo I	7	6	5	3	6
EF - Ciclo II	40	34	23	23	22
EM - Completo	1	-	2	-	-
Ensino Médio	12	17	14	16	13
Não informado	4	-	-	-	1
Casa Santo André II	62	58	33	51	36

EF - Ciclo II	26	32	18	26	22
EM - Completo	1	-	-	-	-
Ensino Médio	34	26	15	25	14
Não informado	1	-	-	-	-
Casa São Bernardo I	49	38	24	31	20
EF - Ciclo I	6	4	3	3	-
EF - Ciclo II	27	26	14	17	9
Ensino Médio	15	8	7	11	10
Não informado	1	-	-	-	1
Casa São Bernardo II	72	47	26	24	19
EF - Ciclo I	1	-	-	-	-
EF - Ciclo II	39	30	14	15	12
Ensino Médio	19	15	12	9	7
Não informado	13	2	-	-	-
Total De Adolescentes Atendidos	882	701	704	648	401

Nota. Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados fornecidos via e-mail pela AIO.

Os dados sobre escolaridade apresentam um comportamento relativamente equilibrado em relação ao agrupamento de maior incidência, nos diferentes anos de análise e centros de atendimento. A Tabela 7 mostra que o número de adolescentes com o Ciclo II do Ensino Fundamental completo prevalece em todas as unidades e em todos os anos, com exceção dos poucos casos em que o grupo de maior recorrência foi o de adolescentes com Ensino Médio, Casa Diadema em 2020, Casa Santo André II em 2019 e na Casa São Bernardo I em 2023.

Tabela 7

Escolaridade dos atendidos nas unidades do ABCD Paulista da Fundação CASA de 2019 a Jun/2023

Região do Grande ABCD (Consolidado)	2019	2020	2021	2022	2023
EF – Ciclo I	33	26	25	20	13
EF – Ciclo II	456	373	364	298	192
EM – Completo	3	-	5	-	-
Ensino Médio	250	206	252	225	151
Não informado	140	96	58	105	45
Total de Adolescentes Atendidos	882	701	704	648	401

Nota. Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados fornecidos via e-mail pela AIO.

A análise agregada dos dados de escolaridade releva, em um primeiro momento, a recorrência do comportamento nas unidades, predominando a formação até o Ensino Fundamental II, em tendência de queda proporcional (mesmo que acima dos 50% em todos os anos) e o conjunto de adolescentes com formação até o Ensino Médio, sendo o segundo mais representativo, com uma proporção em ascensão de 28% em 2019 e mais de 37% em 2023.

Um ponto de atenção em relação ao tema é a quantidade de adolescentes cuja informação sobre escolaridade não está disponível, influenciado principalmente pelo contingente da CASA Mauá, com o maior número de indivíduos no grupo. No cômputo geral o terceiro conjunto de maior representação são os “não informados” com um total que varia entre 8% e 15%, em um contingente que passa de 200 indivíduos em todos os anos, menos em 2023 que possui uma contagem até metade do ano.

Prosseguindo com o processo de caracterização da população de adolescentes atendidos nas unidades da Fundação CASA do ABCD Paulista, na Tabela 8 são apresentados os dados sobre a cor de pele dos atendidos, estruturados conforme as informações anteriores. Para construir a análise em relação à cor da pele foram classificados a partir da soma dos grupos de adolescentes de cor de pele parda e preta,

tendo em vista uma maior adesão aos tipos de análise envolvendo tal marcador pelas ciências sociais e humanas no Brasil.

Tabela 8

Cor da pele dos atendidos por unidades do ABCD Paulista da Fundação CASA de Jan/2019 a Jun/2023

<i>Centro de atendimento / Cor de pele</i>	2019	2020	2021	2022	2023
Casa Diadema	72	59	32	42	36
Branca	24	17	9	4	2
Indígena	10	12	3	2	-
Parda	27	20	16	26	23
Preta	11	10	4	10	11
Casa Mauá	563	442	545	458	248
Branca	170	121	123	110	82
Indígena	64	37	33	19	-
Parda	204	216	294	243	123
Preta	125	68	95	86	43
Casa Santo André I	64	57	44	42	42
Branca	27	16	14	12	11
Indígena	11	4	4	-	1
Parda	18	22	17	20	20
Preta	8	15	9	10	10
Casa Santo André II	62	58	33	51	36
Branca	20	15	7	17	16
Indígena		3	2	2	1
Parda	30	28	18	24	16

Preta	12	12	6	8	3
Casa São Bernardo I	49	38	24	31	20
Branca	14	11	4	7	4
Indígena	7	3	1	2	-
Parda	18	11	13	19	11
Preta	10	13	6	3	5
Casa São Bernardo II	72	47	26	24	19
Branca	18	18	8	6	4
Indígena	2	3	-	1	-
Parda	40	19	13	16	10
Preta	12	7	5	1	5
Total de Adolescentes Atendidos	882	701	704	648	401

Nota. Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados fornecidos via e-mail pela AIO.

Analisando a Tabela 9, em todos os centros de atendimento, o conjunto de adolescentes identificados como indígenas foi o grupo de menor representação, com no máximo 20% da representação do total de atendidos na Casa Diadema em 2020 (12 indivíduos). Adolescentes atendidos nos centros de atendimento são predominantemente da cor parda ou pardos e pretos somados, com exceção do ano de 2019 na Casa Santo André I quando indivíduos brancos representavam mais de 42% dos atendidos (27 indivíduos), superando a soma de pardos e pretos.

Considerando-se a média da porcentagem de atendidos da cor parda em cada uma das unidades no conjunto dos anos, chegou-se nos seguintes valores: 49,4% na Casa Diadema (sendo 63,8% em 2023), 48,3% na Casa Mauá, 40,1% na Casa Santo André I, 48,5% na Casa Santo André II, 47,2% na Casa São Bernardo I e 53% na Casa São Bernardo II. Quando esse esforço de cálculo da média entre os anos é feito para o conjunto de atendidos da cor parda e preta, os números ficam mais expressivos: 69,2% na Casa Diadema (chegando a 94,4% em 2023), 66,5% na Casa Mauá, 61,4% na Casa Santo André

I, 64,9% na Casa Santo André II, 70% na Casa São Bernardo I e 69,3% na Casa São Bernardo II.

Tabela 9

Cor da pele dos atendidos nas unidades do ABCD Paulista da Fundação CASA de Jan/2019 a Jun/2023

Região do Grande ABCD (Consolidado)	2019	2020	2021	2022	2023
Branca	273	198	165	156	119
Indígena	94	62	43	26	2
Parda	337	316	371	348	203
Preta	178	125	125	118	77
Total de Adolescentes Atendidos	882	701	704	648	401

Nota. Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados fornecidos via e-mail pela AIO.

No volume de atendidos em todas as unidades do ABCD somadas, se reforçam as percepções da análise desagregada por unidades, em que se pode visualizar o contingente total e proporcional de indivíduos indígenas do grupo como o menos representativo, apresentando uma tendência de diminuição de 10% para 0,5% do total. A população de adolescentes da cor parda é maioria em todos os anos observados, atingindo a proporção de mais de 53% em 2022 e se mantendo acima de 50% em 2023, a soma de pardos e pretos apresenta um valor médio de 66,6%.

Tais dados se aproximam dos valores encontrados na média do período no atendimento em todas as unidades da Fundação CASA de São Paulo, em que se identifica mais de 55% de pardos e mais de 70% dos indivíduos na soma de pardos e pretos.

Na Tabela 10 se observa a demonstração dos dados relativos ao município de residência dos atendidos nas unidades do ABCD Paulista da Fundação CASA. Esse critério tem um caráter relevante devido ao contexto da aplicação das medidas socioeducativas, à orientação do ECA em manter os adolescentes mais próximos do seu contexto familiar e comunitário durante o cumprimento da medida.

Tabela 10

Município de residência dos atendidos por unidades do ABCD Paulista da Fundação CASA de Jan/2019 a Jun/2023

Centro de Atendimento / Município de Residência	2019	2020	2021	2022	2023
Casa Diadema	72	59	32	42	36
Diadema	47	37	21	37	15
Mauá	1	1	1	-	-
Ribeirão Pires	1	-	-	-	-
Rio Grande da Serra	-	1	-	-	-
Santo André	-	1	-	-	-
São Bernardo doo Campo	3	-	1	-	-
São Paulo	19	19	9	5	21
Sem Informação	1	-	-	-	-
Casa Mauá	563	442	545	458	248
Cajamar	-	-	-	1	-
Carapicuíba	1	-	-	1	1
Cotia	1	-	-	-	-
Diadema	115	83	113	75	35
Fernandópolis	-	-	1	-	-
Ferraz de Vasconcelos	1	-	-	-	-
Francisco Morato	-	-	1	1	-
Guarulhos	2	-	-	-	-
Ilhabela	-	-	-	-	1
Itanhaém	-	-	2	1	-
Itaquaquecetuba	1	-	-	-	-
Itupeva	-	-	-	1	-

Mauá	67	75	75	66	30
Milagres	-	1	-	-	-
Miracatu	1	-	-	-	-
Mogi das Cruzes	1	2	-	-	-
Mongaguá	-	-	-	1	-
Paraibuna	-	-	1	-	-
Passira	-	1	-	-	-
Piracicaba	-	-	-	1	-
Quatro Barras	-	-	1	-	-
Registro	-	-	-	1	-
Ribeirão Pires	1	2	4	2	4
Rio Grande da Serra	7	4	4	-	3
Santo André	83	54	77	89	57
São Bernardo do Campo	148	102	136	101	66
São Caetano do Sul	4	4	13	6	5
São Paulo	78	58	75	82	33
Sem Informação	3	-	-	-	-
Sorocaba	-	1	-	-	-
Suzano	-	1	-	-	1
Taboão da Serra	1	1	-	1	1
Taguatinga	-	-	1	-	-
Sem Informação	48	53	41	28	11
Casa Santo André I	64	57	44	42	42
Campinas	1	-	-	-	-
Diadema	7	3	5	2	3

Ferraz de Vasconcelos	1	1	-	-	-
Mauá	10	7	8	2	4
Mogi das Cruzes	-	1	-	-	-
Registro	1	-	-	-	-
Ribeirão Pires	1	1	-	-	-
Rio Grande da Serra	-	1	-	1	-
Santo André	27	24	21	28	22
São Bernardo do Campo	4	6	2	-	3
São Caetano do Sul	-	-	-	2	-
São Paulo	11	13	7	7	10
Suzano	1	-	1	-	-
Casa Santo André II	62	58	33	51	36
Charqueada	1	-	-	-	-
Diadema	8	12	8	10	6
Ferraz de Vasconcelos	1	-	-	-	-
Mauá	5	7	8	8	6
Mogi Das Cruzes	-	1	-	-	-
Poá	-	1	-	-	-
Ribeirão Pires	1	-	-	-	-
Rio Grande Da Serra	3	1	1	1	1
Santo André	8	5	5	3	8
São Bernardo do Campo	15	9	4	16	3
São Caetano do Sul	-	-	-	1	2
São Paulo	20	19	6	11	9
Suzano	-	2	1	1	-

Taboão da Serra	-	1	-	-	-
Sem Informação	-	-	-	-	1
Casa São Bernardo I	49	38	24	31	20
Artur Nogueira	1	-	-	-	-
Diadema	6	6	1	2	-
Mauá	11	4	6	5	5
Ribeirão Pires	1	-	1	1	1
Rio Grande da Serra	-	2	-	1	-
Santo André	-	2	1	2	-
São Bernardo do Campo	24	19	9	13	9
São Caetano do Sul	-	1	1	-	-
São Paulo	6	4	5	7	4
Taboão da Serra	-	-	-	-	1
Casa São Bernardo II	72	47	26	24	19
Cabo de Santo Agostinho	-	-	-	1	-
Diadema	5	5	1	-	1
Ibiúna	-	1	-	-	
Mauá	23	15	6	6	3
Ribeirão Pires	1	-	-	2	-
Rio Grande da Serra	-	-	1	-	-
Santo André	2	2	1	-	-
São Bernardo do Campo	27	18	15	8	11
São Caetano do Sul	1	-	-	3	
São Paulo	11	5	2	4	4
Sem Informação	2	1	-	-	-

Total de Adolescentes Atendidos	882	701	704	648	401
--	------------	------------	------------	------------	------------

Nota. Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados fornecidos via e-mail pela AIO.

Considerando que o cenário mais próximo do ideal seria a prevalência de adolescentes atendidos oriundos do mesmo município do centro de atendimento, observa-se esse comportamento em apenas um conjunto das unidades estudadas. Na Casa Diadema a ocupação majoritária de adolescentes do município transita entre no mínimo 62,7% do total (2020) e chega a mais de 88% (2022), porém em 2023 a unidade apresenta uma maioria (58,3%) de adolescentes residentes em São Paulo. A Casa Santo André I apresenta em todos os anos, uma presença majoritária de atendimentos de residentes de Santo André, passando de 42% do total em todos os anos, chegando a 66,6% em 2022 e 52,3% em 2023. Em ambas as casas de São Bernardo do Campo se observa a prevalência de adolescentes que residem no próprio município em todos os anos, mesmo que ambas as casas apresentem certa diversidade de composição neste campo, em São Bernardo I os residentes do município só chegam a 50% em 2020, em São Bernardo II a marca dos 50% de adolescentes da cidade é apenas ultrapassada em 2021 e 2023.

A Casa Santo André II apresenta os dados mais dispersos do conjunto neste quesito e merece uma análise mais detalhada: em 2019 e 2020 atendia majoritariamente adolescentes de São Paulo (pouco mais de 32% do total em ambos os anos), em 2021 os municípios de origem da maioria dos adolescentes era Diadema e Mauá (24,2% de cada um), em 2022 a maioria era composta por indivíduos de São Bernardo do Campo (31,3%) e em 2023 o contingente mais expressivo de adolescentes atendidos era de São Paulo, chegando a um quarto do total. A Casa Mauá, por concentrar a maior parte dos atendimentos, possui a maior variedade de municípios de residência entre os adolescentes atendidos. São Bernardo do Campo se mantém como o município da maior parte dos indivíduos, mas em uma proporção entre 22% (2022) e 26,6% (2023), outros municípios que apresentam recorrência na unidade são Diadema, Mauá, Santo André e São Paulo.

O próximo critério a ser observado na Tabela 11, são os atos infracionais cometidos pelos atendidos nas unidades destacadas para análise, que permite observar a recorrência do atendimento de adolescentes que cometeram ações de maior ou menor potencial ofensivo e como eles estão distribuídos entre os diferentes centros de atendimento.

Tabela 11

Ato infracional cometido pelos atendidos por unidades do ABCD Paulista da Fundação CASA de Jan/2019 a Jun/2023

Centro de Atendimento / Ato Infracional	2019	2020	2021	2022	2023
Casa Diadema	72	59	32	42	36
Roubo qualificado	46	44	22	23	23
Tráfico de drogas	15	13	7	16	11
Roubo simples	6	1	-	1	-
Latrocínio - roubo qualificado pelo resultado morte	2	-	-	1	-
Furto qualificado	-	-	1	1	-
Extorsão	1	1	-	-	-
Roubo qualificado tentado	-	-	1	-	-
Extorsão mediante seqüestro	-	-	-	-	1
Lesão corporal dolosa	1	-	-	-	-
Homicídio doloso qualificado	1	-	-	-	-
Estupro qualificado	-	-	-	-	1
Homicídio doloso qualificado tentado	-	-	1	-	-
Casa Mauá	563	442	545	458	248
Roubo qualificado	310	229	272	272	129
Tráfico de drogas	206	189	217	113	76
Furto qualificado	2	2	12	5	1
Outros	1	-	11	7	3
Roubo simples	17	2	-	1	2
Ameaça	1	-	3	5	9
Roubo qualificado tentado	3	2	2	10	-
Estupro	1	2	3	5	4

Receptação	4	2	3	3	3
Descumprimento de medida judicial	7	1	1	4	2
Lesão corporal dolosa	4	4	2	1	1
Lesão corporal leve	-	-	5	5	1
Porte de arma de fogo	2	2	4	2	-
Furto	-	-	1	4	5
Homicídio doloso qualificado tentado	-	2	2	-	2
Roubo simples tentado	-	-	2	4	-
Homicídio doloso qualificado	-	1	1	2	-
Dano	-	-	-	3	1
Latrocínio - roubo qualificado pelo resultado morte tentado	2	-	1	1	-
Latrocínio - roubo qualificado pelo resultado morte	-	1	1	1	1
Homicídio simples	2	1		1	-
Lesão corporal dolosa qualificada	-	-	1	1	1
Estupro qualificado	-	-	-	3	-
Receptação qualificada	-	-	-	1	2
Comunicação falsa de crime ou de contravenção	-	-	-	-	2
Dirigir sem habilitação	-	-	-	1	1
Estelionato e outras fraudes qualificado tentado	-	-	-	-	1
Extorsão	-	-	1	-	-
Furto qualificado tentado	-	-	-	1	-
Tortura	-	-	-	1	-
Destruição, subtração ou ocultação de cadáver	1	-	-	-	-
Estelionato e outras fraudes	-	-	-	-	1

Sem informação	-	1	-	-	-
Rixa qualificada	-	1	-	-	-
Homicídio simples tentado	-	-	-	1	-
Casa Santo André I	64	57	44	42	42
Roubo qualificado	49	33	34	30	27
Tráfico de drogas	8	18	9	8	8
Latrocínio - roubo qualificado pelo resultado morte	3	2	1	-	-
Latrocínio - roubo qualificado pelo resultado morte tentado	-	-	-	1	2
Lesão corporal dolosa	-	1	-	-	1
Ameaça	-	-	-	-	2
Roubo qualificado tentado	1	-	-	-	1
Descumprimento de medida judicial	1	1	-	-	-
Porte de arma de fogo	1	1	-	-	-
Homicídio doloso qualificado	-	-	-	1	-
Furto	-	-	-	1	-
Roubo simples	1	-	-	-	-
Receptação	-	1	-	-	-
Furto qualificado tentado	-	-	-	-	1
Extorsão	-	-	-	1	-
Casa Santo André II	62	58	33	51	36
Roubo qualificado	35	33	21	27	20
Tráfico de drogas	17	16	9	18	11
Receptação	1	2	-	4	-
Furto qualificado	1	2	-	-	2

Roubo simples	4	1	-	-	
Homicídio doloso qualificado	-	1	1	-	1
Homicídio simples	-	-	1	1	1
Latrocínio - roubo qualificado pelo resultado morte	1	1	1	-	-
Ameaça	1	-	-	1	
Roubo qualificado tentado	1	-	-	-	1
Roubo simples tentado	-	1	-	-	-
Homicídio doloso qualificado tentado	1		-	-	-
Porte de arma de fogo	-	1	-	-	-
Casa São Bernardo I	49	38	24	31	20
Roubo qualificado	32	22	11	20	13
Tráfico de drogas	13	14	10	8	2
Homicídio doloso qualificado tentado	-	-	1	1	1
Roubo simples	2	-	-	-	-
Receptação	-	-	-	-	1
Lesão corporal dolosa	-	-	-	1	-
Homicídio doloso qualificado	-	-	-	-	1
Extorsão mediante seqüestro	1	-	-	-	-
Porte de arma de fogo	-	1	-	-	-
Roubo qualificado tentado	-	-	-	-	1
Furto qualificado	-	-	-	1	-
Furto	-	-	-	-	1
Latrocínio - roubo qualificado pelo resultado morte tentado	1	-	-	-	-
Homicídio simples tentado	-	1	-	-	-

Estupro	-	-	1	-	-
Latrocínio - roubo qualificado pelo resultado morte	-	-	1	-	-
Casa São Bernardo II	72	47	26	24	19
Roubo qualificado	32	27	13	16	16
Tráfico de drogas	24	16	11	7	3
Descumprimento de medida judicial	7	1	-	-	-
Roubo simples	4	1	-	-	-
Estupro	1	-	1	1	-
Latrocínio - Roubo qualificado pelo resultado morte	1	1	-	-	-
Lesão corporal dolosa	1	1	-	-	-
Receptação	1	-	1	-	-
Roubo qualificado tentado	1	-	-	-	-
Total de Adolescentes Atendidos	882	701	704	648	401

Nota. Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados fornecidos via e-mail pela AIO.

O roubo qualificado, seguido pelo tráfico de drogas, foram os dois atos infracionais mais praticados pelos adolescentes atendidos em todas as unidades do ABCD Paulista na Fundação CASA em todos os anos da análise, havendo apenas uma pequena variação em relação ao peso de sua composição em cada um dos centros de atendimento/anos de referência. Em todos os centros de atendimento, na série histórica, a soma de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas pelo cometimento de ambos os atos infracionais varia entre 77% e 100% do total, indicando a prevalência absoluta dessas origens para o encaminhamento ao atendimento nas unidades.

Um último elemento de caracterização nas unidades diz respeito às taxas de reincidência entre os adolescentes atendidos, as Tabelas 12 e 13 foram organizadas por períodos de análise para facilitar a compreensão.

Tabela 12

Reincidência dos adolescentes na internação da Fundação CASA segundo município de residência (Região do Grande ABCD) de 2019 a 2020

Município de Residência	2019			2020		
	1ª Entr	Reinc	% Reinc	1ª Entr	Reinc	% Reinc
Diadema	633	200	24,01	368	135	26,84
Mauá	367	115	23,86	230	112	32,75
Ribeirão Pires	1	11	91,67	22	-	0,00
Rio Grande da Serra	14	6	30,00	6	3	33,33
Santo André	439	342	43,79	332	177	34,77
São Bernardo do Campo	812	246	23,25	486	212	30,37
São Caetano do Sul	16	4	20,00	13	3	18,75
Média Região do Grande ABCD	2282	924	28,82	1457	642	30,59
Média Fundação CASA	6052	1804	22,97	3962	1394	26,03

Nota. Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados fornecidos via e-mail pela AIO.

Nas informações relativas ao ano de 2019, observa-se que para adolescentes da maioria dos municípios de origem a reincidência se mantém abaixo dos 30%. As exceções são Ribeirão Pires, que apresenta uma porcentagem muito alta mas com um baixo volume de ocorrências e Santo André com mais de 43%, que não possui um impacto tão direto na média da região do ABCD, pouco maior que a do estado de São Paulo como um todo.

No ano de 2020 foi possível observar aumento na porcentagem de reincidência em adolescentes de residência na maioria dos municípios. As exceções foram Ribeirão Pires, com 0 de reincidência no ano; Santo André, com redução de 9%; e São Caetano do Sul, com redução de menos de 2%, o que aumentou ligeiramente a média proporcional da região como um todo, que se manteve mais alto que a média da soma das unidades de todo o estado.

Tabela 13

Reincidência dos adolescentes na internação da Fundação CASA segundo município de residência (Região do Grande ABCD) de 2021 a 2023

Município de Residência	2021			2022			2023		
	1ª Entr	Reinc	% Reinc	1ª Entr	Reinc	% Reinc	1ª Entr	Reinc	% Reinc
Diadema	486	163	25,12	358	130	26,64	148	57	27,80
Mauá	218	111	33,74	193	57	22,80	75	20	21,05

Ribeirão Pires	34	-	0,00	10	-	0,00	8	-	0,00
Rio Grande da Serra	4	9	69,23	-	-	-	-	-	-
Santo André	460	196	29,88	383	249	39,40	244	108	30,68
São Bernardo do Campo	599	115	16,11	477	120	20,10	296	30	9,20
São Caetano do Sul	66	1	1,49	25	12	32,43	9	6	40,00
Média Região do Grande ABC	1867	595	24,17	1446	568	28,20	780	221	22,08
Média Fundação CASA	3765	1322	25,99	3571	1142	24,22	1893	568	23,08

Nota. Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados fornecidos via e-mail pela AIO.

Entre os anos de 2021 a 2023 se observa um movimento de redução ao percentual de reincidência, com um leve aumento na média da região em 2022 quando retornou a subir ligeiramente, o que não impediu que, até o meio do ano de 2023, o ABCD indicasse uma média de reincidência menor que a da Fundação CASA como um todo, mesmo que em apenas um ponto percentual. Entre os destaques possíveis no conjunto estão as quedas percentuais de reincidência dos adolescentes oriundos dos municípios de Mauá e São Bernardo do Campo.

Os dados reunidos para apresentação a partir desta sequência são relacionados à estrutura e serviços direcionados e disponíveis aos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas nas unidades selecionadas, a primeira das informações destacadas diz respeito aos servidores alocados em cada um dos centros de atendimento, com o detalhamento de seus cargos, descritos na Figura 3.

Figura 3

Servidores por cargos e unidades do ABCD Paulista da Fundação CASA de 2019 a 2022

Centro de Atendimento	Cargo Ocupado	2019	2020	2021	2022
Casa Diadema	Agente administrativo	1	1	1	-
	Agente de ap socioeducat	32	29	32	31
	Agente de apoio adm	1	1	-	-
	Agente de apoio oper	-	-	2	2
	Agente educacional	-	-	4	4
	Analista tecn	-	-	-	1
	Assistente social	-	-	4	3
	Auxiliar de enfermagem	-	-	2	2
	Coord de equipe	4	4	6	6
	Coord pedagogico	-	-	1	1
	Diretor de unidade II	1	1	1	1

	Encarregado administ III	-	-	1	1
	Encarregado tecnico	1	1	1	1
	Pedagogo	-	-	2	1
	Profiss educ fisica	-	-	2	2
	Psicologo	-	-	6	3
TOTAL		40	37	65	59
Casa Mauá	Agente de ap socioeducat	40	41	48	45
	Agente de apoio adm	2	3	3	2
	Agente de apoio oper	1	2	2	3
	Agente educacional	4	4	4	3
	Agente oper/lavadeiro	1	2	2	1
	Assistente social	4	4	5	4
	Auxiliar de enfermagem	4	4	4	4
	Coord de equipe	4	5	6	6
	Coord pedagogico	1	1	1	1
	Diretor de unidade II	1	1	1	1
	Encarregado administ III	1	1	1	1
	Encarregado tecnico	1	1	1	1
	Pedagogo	2	1	3	3
	Profiss educ fisica	2	2	2	1
	Psicologo	4	5	3	3
TOTAL		72	77	86	79
Casa Santo André I	Agente administrativo	-	1	3	1
	Agente de ap socioeducat	30	40	32	28
	Agente de apoio adm	3	2	-	1
	Agente de apoio oper	2	2	2	2
	Agente educacional	4	4	4	5
	Agente oper/lavadeiro	1	1	-	-
	Assistente social	3	3	2	3
	Auxiliar de enfermagem	2	2	3	2
	Coord de equipe	4	4	6	6
	Coord pedagogico	1	1	1	1
	Diretor de unidade II	1	1	1	1
	Encarregado administ III	1	1	1	1
	Encarregado de segur I	1	-	-	-
	Encarregado tecnico	1	1	1	1
	Pedagogo	2	2	2	2
Profiss educ fisica	2	2	2	2	
Psicologo	2	3	3	3	
TOTAL		60	70	63	59
Casa Santo André II	Agente administrativo	2	2	2	1
	Agente de ap socioeducat	33	36	34	31

	Agente de apoio adm	1	2	2	1
	Agente de apoio oper	2	2	2	2
	Agente educacional	4	4	4	4
	Assistente social	3	4	4	3
	Auxiliar de enfermagem	3	3	2	1
	Coord de equipe	4	5	6	6
	Coord pedagogico	1	1	1	1
	Diretor de unidade IV	1	1	1	1
	Encarregado administ III	1	1	1	1
	Encarregado tecnico	1	1	1	1
	Pedagogo	2	3	1	1
	Profiss educ fisica	1	2	2	1
	Psicologo	3	3	4	4
	TOTAL	62	70	67	59
CASA SAO BERNARDO I	Agente de ap socioeducat	32	31	23	23
	Agente de apoio adm		1	1	1
	Agente de apoio oper	1	1	1	1
	Agente educacional	4	4	3	3
	Agente tecn	1	1	1	1
	Assistente social	3	5	2	2
	Auxiliar de enfermagem	1	2	1	1
	Coord de equipe	4	4	6	6
	Coord pedagogico	1	1	1	1
	Diretor de unidade II	1	1	1	1
	Encarregado administ III	1	1	1	1
	Encarregado tecnico	1	1	1	1
	Pedagogo	2	3	2	2
	Profiss educ fisica	1	2	2	2
	Psicologo	3	3	2	3
	TOTAL	56	61	48	49
Casa São Bernardo II	Agente administrativo	1	1	1	1
	Agente de ap socioeducat	32	33	23	22
	Agente de apoio adm	1	-	-	-
	Agente de apoio oper	2	2	2	1
	Agente educacional	3	5	3	2
	Assistente social	4	4	4	3
	Auxiliar de enfermagem	2	2	1	1
	Coord de equipe	4	3	6	6
	Coord pedagogico	1	1	1	1
	Diretor de unidade II	1	1	1	1
	Encarregado administ III	1	1	1	1
	Encarregado de segur I	1	-	-	-

	Encarregado tecnico	1	1	1	1
	Pedagogo	2	2	2	2
	Profiss educ fisica	2	2	1	1
	Psicologo	3	3	3	2
	TOTAL	61	61	50	45

Nota. Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados fornecidos via e-mail pela AIO.

Em todos os anos, nas unidades de atendimento, se observou a prevalência de agentes de apoio socioeducativo como cargo de maior peso na composição das equipes, sendo ao menos 46% do total das equipes em todas as unidades e anos selecionados e chegando a ser até 80% do total da equipe da Casa Diadema no ano de 2019.

Ao ser analisada a composição da equipe, de cada um dos centros de atendimento durante os anos, se torna possível identificar elementos próprios da dinâmica em cada unidade. Na Casa Diadema se observa um esforço de diversificação da equipe durante os anos, saindo de 80% de agentes de apoio socioeducativo em 2019 para 52% em 2023, com a entrada de novos perfis como agentes de apoio operacional; assistentes sociais; pedagogos; auxiliares de enfermagem; e psicólogos, que estavam ausentes nos primeiros anos. Este fato provocou um aumento da equipe em mais de 45% no período, mesmo considerando a redução entre 2022 e 2023. Por todo o período, neste centro, o segundo perfil de maior recorrência foi o de coordenadores de equipe.

Na Casa Mauá foi possível observar o maior contingente de funcionários, associado ao maior volume de atendimentos na localidade, além disso se destaca a permanência dos quinze cargos de profissionais durante todos os anos da análise. Os mais presentes durante os anos, de maneira equilibrada, após o contingente majoritário de agentes de apoio socioeducativo foram os coordenadores de equipe; agentes educacionais; assistentes sociais; auxiliares de enfermagem e psicólogos. O contingente geral de servidores alocados no centro de atendimento teve pouca variação entre os anos inicial e final, com um incremento no ano de 2022, que se reduziu novamente no ano subsequente.

Entre as outras quatro unidades existem elementos que demonstram equilíbrio da distribuição dos cargos, com a recorrente prevalência de agentes de apoio socioeducativo, seguidos dos coordenadores de equipe e agentes educacionais, nos quatro anos destacados, valendo apenas algumas ressalvas em relação a situações pontuais nas unidades. Na Casa

Santo André I não foi possível observar a composição completa da equipe em nenhum dos anos da análise. Na Casa Santo André II foi possível identificar no ano de 2023 a alocação de apenas um servidor para diversas funções de atendimento direto, como pedagogo; profissional de educação física; e auxiliar de enfermagem, em um quadro geral de redução de funcionários a partir de 2020.

As Casas São Bernardo I e II apresentaram redução nos quadros de servidores, sendo os cargos de coordenador de equipe e aqueles que possuíam apenas um servidor alocado, os que não tiveram uma variação negativa entre os anos de 2019 e 2023 como um todo.

Um dos elementos do atendimento socioeducativo nas unidades é o oferecimento de diferentes cursos e oficinas específicas como parte da aplicação das medidas. Destaca-se na Tabela 14, as atividades de caráter educativo profissionalizante básico em cada uma das unidades, bem como a adesão dos adolescentes às atividades.

Tabela 14

Número de adolescentes que realizaram cursos de educação profissional básica na Fundação CASA nos centros de atendimento localizados no grande ABCD entre Jan/2019 e Jun/2023

Centro De Atendimento / Curso Básico Profissionalizante	2019	2020	2021	2022	2023
Casa Diadema			48	138	19
Conserto de Eletrodomésticos	-	-	-	10	-
Customização de Camisetas e Bonés	-	-	10	10	-
Demais Cursos	-	-	-	11	-
Empreendedorismo	-	-	10	14	-
Informática - Básica	-	-	13	14	-
Khan Academy	-	-	-	6	-
Logística - Rotinas Básicas	-	-	15	-	-
Minha Oportunidade	-	-	-	31	-
Operador de Caixa	-	-	-	13	-
Pequenos Reparos	-	-	-	10	-
Preparo de Pizza	-	-	-	-	8
Programação - Básica	-	-	-	8	-
Zeladoria de Condomínio	-	-	-	11	11
CASA Mauá				34	
Minha Oportunidade	-	-	-	34	-
Casa Santo André I	217	69	73	106	25
Atendente e os Direitos do Consumidor	-	-	8	-	-
Atendimento ao Cliente	-	15	-	12	-
Atendimento em Lanchonete	10	-	-	-	-
Controlador de Acesso	-	-	-	15	-
Criação de Roteiros para Histórias em Quadrinhos	-	15	-	-	-
Demais Cursos	-	-	8	-	-

Desenvolvimento de Habilidades Profissionais	14	-	-	-	-
Empreendedorismo	15	-	-	-	-
Estoque - Rotinas Básicas	14	-	-	11	15
Eventos - Noções Básicas de Organização	15	15	-	-	-
Garçom - Rotinas Básicas	10	-	-	10	-
Informática - Básica	16	16	31	8	-
Logística - Rotinas Básicas	15	8	-	-	-
Minha Oportunidade	-	-	-	32	-
Pequenos Reparos	-	-	-	10	10
Preparo de Lanches e Sucos	10	-	-	8	-
Preparo de Pizza	-	-	10	-	-
Rotinas Básicas de Escritório	26	-	-	-	-
Técnicas de Recreação	29	-	-	-	-
Telemarketing - Rotinas Básicas	14	-	16	-	-
Vendas	29	-	-	-	-
CASA SANTO ANDRÉ II	204	60	83	152	23
Atendente e os Direitos do Consumidor	-	-	-	17	-
Atendimento ao Cliente	-	13	-	-	-
Controlador de Acesso	-	-	-	16	-
Criação de Roteiros para Histórias em Quadrinhos	14	9	-	12	-
Customização de Camisetas e Bonés	14	-	-	-	-
Desenvolvimento de Habilidades Profissionais	15	-	16	-	-
Elétrica Residencial Básica	-	-	-	-	10
Empreendedorismo	13	8	15	14	-
Estoque - Rotinas Básicas	-	-	8	-	-
Eventos - Noções Básicas de Organização	12	15	-	-	-
Garçom - Rotinas Básicas	20	-	-	-	-
Informática - Básica	28	15	16	9	8
Jardinagem	-	-	-	-	5
Logística - Rotinas Básicas	14	-	18	-	-
Minha Oportunidade	-	-	-	44	-
Preparo de Hamburger	10	-	10	10	-
Preparo de Lanches e Sucos	-	-	-	11	-
Preparo de Pizza	-	-	-	11	-
Programação - Básica	-	-	-	8	-
Rotinas Básicas de Escritório	33	-	-	-	-
Técnicas de Recreação	17	-	-	-	-
Telemarketing - Rotinas Básicas	14	-	-	-	-
Casa São Bernardo I	126	59	71	86	16
Aproveitamento Integral dos Alimentos	-	-	-	7	-
Atendimento ao Cliente	-	7	8	1	-
Auxiliar de Segurança no Trabalho	-	-	-	8	-
Criação de Roteiros para Histórias em Quadrinhos	-	8	-	-	-
Customização de Camisetas e Bonés	19	-	-	-	-
Desenvolvimento de Habilidades Profissionais	21	-	-	-	-
Desenvolvimento Socioambiental	7	-	-	-	-
Empreendedorismo	-	-	8	-	-
Estoque - Rotinas Básicas	26	-	-	-	-
Eventos - Noções Básicas de Organização	6	9	-	-	-
Informática - Básica	29	16	32	6	-
Logística - Rotinas Básicas	11	8	-	-	-
Marketing - Rotinas Básicas	-	-	23	-	-

Minha Oportunidade	-	-	-	33	-
Operador de Caixa	-	-	-	-	9
Preparo de Hamburguer	-	-	-	9	-
Preparo de Lanches e Sucos	-	-	-	8	-
Preparo de Pizza	-	-	-	-	7
Rotinas Básicas de Adm. De Pessoal	7	-	-	-	-
Rotinas Básicas de Escritório	-	11	-	-	-
Telemarketing - Rotinas Básicas	-	-	-	7	-
Vendas	-	-	-	7	-
Casa São Bernardo II	165	78	67	104	22
Atendimento ao Cliente	-	16	-	-	-
Auxiliar de Segurança no Trabalho	-	-	-	12	-
Criação de Roteiros para Histórias em Quadrinhos	-	8	-	11	-
Customização de Camisetas e Bonés	12	-	-	7	-
Desenvolvimento de Habilidades Profissionais	36	-	8	-	-
Desenvolvimento Socioambiental	9	-	-	-	-
Elétrica Residencial Básica	-	-	-	-	8
Empreendedorismo	-	8	8	-	2
Estoque - Rotinas Básicas	12	-	9	-	-
Eventos - Noções Básicas de Organização	25	11	10	8	-
Informática - Básica	30	22	16	15	-
Logística - Rotinas Básicas	29	-	8	-	-
Mecânica Básica	-	-	-	-	2
Minha Oportunidade	-	-	-	34	-
Operador de Caixa	-	-	-	11	-
Rotinas Básicas de Adm. De Pessoal	12	-	-	-	-
Rotinas Básicas de Escritório	-	13	8	-	-
Vendas	-	-	-	6	10
Total De Adolescentes	712	266	342	620	105

Nota. Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados fornecidos via e-mail pela AIO.

A Casa Diadema apresentou um quadro de início de oferecimento de cursos básicos profissionalizantes em 2021, iniciando uma oferta de 4 cursos com adesão de quase 50 adolescentes; em 2022 os cursos ofertados passaram para 11, com 138 adolescentes; e em 2023 observa-se apenas 2 cursos com um contingente de apenas 19 adolescentes participantes. Mesmo com o maior volume de adolescentes atendidos, a Casa Mauá apresenta o pior cenário em relação à participação dos adolescentes nestes cursos, sendo 34 adolescentes no curso “Minha Oportunidade” no ano de 2022 apenas.

A Casa Santo André I passou de um conjunto de 217 adolescentes em mais de 10 oficinas oferecidas em 2019 para uma redução gradual em 2022 e certa elevação do número de atendidos e cursos ofertados, sendo 106 atendidos em 8 oficinas e, posteriormente, uma queda considerável em ambos os quesitos, com 2 cursos ofertados para apenas 25 adolescentes. Na Casa Santo André II percebe-se a mesma tendência de um cenário de

maior profusão de cursos e atendidos em 2019 com 12 cursos e 204 atendidos, uma queda nos anos seguintes e retomada no ano de 2022 com 10 cursos e 152 atendidos, seguida de nova queda em 2023 com apenas 3 cursos ofertados e a participação de 23 adolescentes.

As Casas São Bernardo I e II repetem o comportamento dos centros de atendimento de Santo André, com a diminuição dos cursos e número de adolescentes atendidos depois do ano de 2019, leve retomada em 2022 e posterior diminuição no ano de 2023.

Na Tabela 15, apresenta-se um conjunto menor de dados associados às demandas de saúde mental dos adolescentes atendidos nas unidades. De maneira geral, é possível apontar a ausência de dados de registro anteriores ao ano de 2021 e o baixíssimo número de demandas identificadas frente ao universo total de adolescentes atendidos nas unidades. Esses pontos podem indicar uma extrema subnotificação desses casos pelas equipes das unidades, seja por falta de profissionais ou de rotinas específicas que busquem endereçar essencialmente o tema.

Tabela 15

Demanda de saúde mental na Fundação CASA, segundo hipótese de saúde mental, por centros de atendimento localizados no grande ABCD entre Jan/2019 e Jun/2023

Demanda Hipótes de Saúde Mental	2019	2020	2021	2022	2023
Casa Diadema	0	0	8	3	11
Distúrbios de Conduta	-	-	1	1	2
Episódios Depressivos	-	-	-	1	1
Esquizofrenia	-	-	1	-	1
Não apresenta HD	-	-	5	-	5
Transtornos Ansiosos	-	-	1	-	1
Transtornos de Humor	-	-	-	1	1
Casa Mauá	0	0	0	2	2
Outro	-	-	-	2	2
Casa Santoandré I	0	0	0	4	1
Distúrbios de Conduta	-	-	-	1	-
Não apresenta HD	-	-	-	3	1
Casa Santo André II	0	0	0	10	3
Episódios Depressivos	-	-	-	1	1
Esquizofrenia	-	-	-	1	
Não apresenta HD	-	-	-	8	1
Outro	-	-	-	-	1
Casa São Bernardo I	0	0	1	5	1
Não apresenta HD	-	-	-	-	1

Transtornos Ansiosos	-	-	1	3	-
Transtornos de Humor	-	-	-	2	-
Casa São Bernardo II	0	0	0	10	2
Não apresenta HD	-	-	-	9	1
Outro	-	-	-	1	-
Transtorno Hiperkinético	-	-	-	-	1
Total De Adolescentes	0	0	9	34	20

Nota. Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados fornecidos via e-mail pela AIO.

4.3 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Esta sessão refer-se a apresentação estruturada dos resultados do questionário (APÊNDICE A), aplicado em um período de 15 dias durante o mês de outubro de 2023 e que foi respondido por 51 funcionários das 6 unidades da Fundação CASA do ABCD Paulista, objeto de estudo da presente dissertação. Foram enviadas 15 perguntas específicas e ao final um espaço para comentários adicionais aos respondentes, o que resultou em 816 respostas analisadas.

De acordo com os procedimentos apresentados, anteriormente, a estrutura do questionário foi montada e compartilhada via e-mail por meio da ferramenta Google Forms, em que as perguntas foram apresentadas de maneira aberta, o que possibilitou respostas livres em todos os campos. Cabe reforçar o caráter sigiloso e anônimo das respostas, de maneira a preservar os servidores que participaram da pesquisa. Foram feitas identificações numéricas dos respondentes, com base na ordem de envio das respostas e uma identificação geral de área de atuação, para facilitar o processo de apresentação e análise do conjunto de dados.

A possibilidade de respostas abertas e o perfil do conteúdo coletado tornaram impraticável o tratamento dos dados em agrupamentos ou extratos quantitativos, como feito na apresentação das informações sobre a caracterização dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas e seu atendimento, na seção anterior. Desta maneira, destaca-se que o conteúdo apresentado a seguir representa um extrato significativo do material coletado, a partir de uma análise considerando relevância, pertinência e coesão das respostas com cada um dos elementos do questionário e a proposta geral da pesquisa. Além disso, as respostas foram classificadas entre positivas, negativas e neutras, em relação à

crítica da atuação da Fundação CASA, para permitir a seleção de falas dos servidores e ilustrar o conjunto de respostas.

Quanto a caracterização do grupo respondente, ele se compôs de ampla diversidade de atores envolvidos no atendimento do grupo de adolescentes nas diferentes unidades da Fundação CASA no ABCD Paulista. Foram contemplados, entre as possibilidades de identificação: agentes administrativos, assistentes sociais, pedagogos, coordenadores pedagógicos e de equipes, agentes de apoio socioeducativo, diretores, encarregados técnicos e de segurança, professores de educação física, entre outros. Tal grau de diversidade contribui para a abrangência de percepções sobre as diferentes etapas e características do atendimento nas unidades, o que auxilia a construção de uma análise mais completa sobre a percepção do processo de aplicação das medidas socioeducativas e o desenvolvimento dos jovens em questão.

Os respondentes relataram que o papel dos servidores da Fundação CASA na execução das medidas socioeducativas varia de acordo com a área de atuação. Alguns atuam no setor administrativo, garantindo as necessidades básicas dos jovens como alimentação e vestimenta, além de zelar pelo funcionamento dos prédios e equipamentos. Outros atuam como assistentes sociais, psicólogos, coordenadores pedagógicos, diretores de centro, agentes de apoio socioeducativo, entre outros cargos, desempenhando funções de orientar, acompanhar, mediar, supervisionar, gerir equipes e garantir o cumprimento das diretrizes institucionais.

A descrição das atividades também foi, em geral, complementada por perspectivas dos servidores em relação ao conteúdo e objetivos da abordagem na aplicação das medidas “[...] dentro das minhas atribuições busco estreitar a barreira que de certa forma a criminalidade impõe a estes jovens com relação a qualquer autoridade, com muito diálogo e experiência de vida, buscando visar alternativas além do ilícito” (Relato de Discurso. Respondente “35”).

Na visão daqueles que trabalham diretamente com os adolescentes o objetivo é ressocializar os jovens e oferecer oportunidades para uma mudança de vida, sua atuação envolve interações com a família e a sociedade, além de seguir as normativas vigentes como o ECA e o SINASE “Meu papel compreende desenvolver competências cognitivas e sociais através das mais diversas ações, seja a de orientar o jovem ou a de ministrar

atividades. Enquanto coordenadora pedagógica procuro sensibilizar os profissionais das diferentes áreas de atuação para que façam o mesmo” (Relato de Discurso. Respondente “47”).

Outra informação de composição das características do grupo de servidores respondentes diz respeito às suas responsabilidades frente ao atendimento, foi possível recolher as descrições de suas atribuições, de acordo com os diferentes cargos ocupados. Neste conjunto de respostas os servidores apontam que a visão do trabalho na Fundação CASA é preparar os jovens para a reintegração social, com intervenções e sensibilizações para projetos futuros. Para isso, são estabelecidos contatos com a rede social e parcerias com instituições que ofereçam cursos, estágios, faculdades e oportunidades de emprego. De acordo com os respondentes, a abordagem valoriza os vínculos familiares, atitudes positivas e a ressignificação histórica do adolescente.

Tais perspectivas dialogam com os pressupostos indicados por Costa e Assis (2006, p. 76) ao apontar que as “medidas socioeducativas desempenham papel protetivo num projeto ético e coletivo de produção de sentidos renovadores aos adolescentes atendidos pelo sistema”. Também se alinha à sugestão de Vicente (1998) em relação à adoção de práticas que contraponham as adversidades enfrentadas na vida dos jovens estimulando seu potencial de desenvolvimento.

Para os servidores é importante ouvir e compreender cada trajetória, refletir e buscar novas alternativas lícitas após a desinternação. O objetivo é fazer com que o adolescente seja protagonista de sua própria história, com apoio da escola e parcerias. O destaque dentro do tema foi a recorrente afirmação sobre a responsabilidade pela garantia dos direitos dos adolescentes atendidos e respeitados, bem como, sobre o acolhimento adequado de cada um dos atendidos, respeitando suas individualidades.

A importância da reflexão sobre o contexto individual dos adolescentes que cometeram atos infracionais é destacada por Baquero, Lemos e Santos (2011, p.349) ao indicarem que “contextualizar a vida de jovens egressos de medidas socioeducativas é fundamental para a construção de hipóteses, com vistas a ajudar no alinhamento das políticas sociais para uma ação mais efetiva no campo da educação”.

Mas, segundo os depoimento dos respondentes, o trabalho enfrenta dificuldades, pois muitos jovens não têm apoio familiar e da sociedade, e muito menos dos entes

públicos (federal, estadual e municipal) para uma melhor execução das medidas socioeducativas. Nas respostas dos servidores se indica que para o trabalho é essencial conhecer a história de vida dos jovens, desenvolver empatia, fornecer recursos psicossociais e pedagógicos, cumprir a agenda multidisciplinar e articular-se com a rede socioassistencial. Além disso, são trabalhadas reflexões sobre condutas aceitas na sociedade, responsabilização dos atos, elevação da autoestima, preparação escolar e social, participação em programas de bolsas e busca por empregos.

A inclusão da família e o diálogo constante são importantes, assim como o uso do esporte para promover a reintegração social. No entanto, os servidores destacam que poucas ações são feitas no pós-internação, o que dificulta a recuperação devido à defasagem encontrada durante a internação “Cabe a equipe de referência que acompanha o jovem durante a MSE, direcionar ações e atividades pedagógicas visando o desenvolvimento e aprimoramento das habilidades e competências dos mesmos, buscando opções que proporcionem a estes jovens possibilidades de darem continuidade após o período de internação das ações iniciadas em todos os aspectos, social, psicológico, pedagógico, familiar e preferencialmente, condições de inserção no mercado de trabalho” (Relato de Discurso. Respondente “14”).

Com a 3ª pergunta do questionário se buscou levantar as responsabilidades dos servidores na recepção do adolescente em cumprimento de medida socioeducativa, onde foram apontadas as atribuições de garantir os direitos do adolescente como pessoa em desenvolvimento, atendendo-o de acordo com os princípios éticos profissionais e as diretrizes da Fundação. São eles: realizar um atendimento ao adolescente e à sua família, orientando sobre o Centro de Internação Provisória; refletir sobre e avaliar o histórico familiar, o cotidiano do adolescente e suas perspectivas futuras; desenvolver atividades e reflexões voltadas para empatia, cidadania e construção de metas e objetivos; estimular o protagonismo do adolescente e da família; garantir o cumprimento das diretrizes do atendimento da medida socioeducativa tanto para o adolescente quanto para seus familiares, bem como a atuação de todos os servidores.

O Respondente “15” relatou “Procurar atender o adolescente de maneira mais humana possível sem impor a rotina do medo e sim da confiança e estabelecer um canal de

comunicação bem claro e específico dos seus direitos e deveres como sócio educando e mais ainda como cidadão” (Relato de discurso. Respondente “15”)

Além disso, segundo os respondentes é importante acolher o adolescente e conhecer sua história para buscar um melhor caminho a seguir na medida socioeducativa, garantir que seus direitos sejam respeitados, atuar como tutor legal do jovem, garantir sua ressocialização, orientá-lo sobre as normas e rotinas do centro, proteger sua integridade física e mental, realizar encaminhamentos para saúde, verificar suas necessidades individuais e coletivas, promover o desenvolvimento de senso crítico, realizar o acompanhamento integral do acolhimento ao adolescente, entre outras responsabilidades relevantes para seu acompanhamento e progresso na medida socioeducativa.

Como descreve o Respondente “13” em relação a esse contexto “A minha responsabilidade desde sua entrada é proteger a integridade física e mental, acolhendo -o, explicando as normas e regras do Centro de Atendimento. Realizo também os devidos encaminhamentos para saúde, passando por vistoria, com as auxiliares e enfermeiras juntamente com os demais profissionais que são identificados como referência das áreas pedagógica, psicossocial, saúde, segurança e administrativo que providenciarão os pertences dos adolescentes. Neste processo socioeducativo cada profissional tem o seu papel” (Relato de Discurso. Respondente “13”).

Os procedimentos e responsabilidades dos servidores em relação à recepção dos adolescentes nas unidades estão intrinsicamente relacionados com o sucesso da aplicação da medida socioeducativa, pois, desde a entrada do adolescente na unidade é preciso que os objetivos socioeducativos estejam clarificados no entendimento do profissional. Essa postura permitirá a intervenção pautada na perspectiva de direitos, levando o adolescente e sua família à percepção de que eles são sujeitos no processo socioeducativo e a internação é mais uma etapa desse processo de quem cometeu ato infracional, e não o fim de perspectivas de socialização, escolarização e profissionalização.

Seguindo esse pensamento Freitas (2011, p.41) afirma que “A recepção do adolescente pode e deve superar as orientações técnicas sobre regras da unidade, podendo constituir-se no início de um trabalho emancipatório com vistas ao desenvolvimento integral”.

Quanto ao questionamento sobre o trabalho empregado para garantir uma abordagem multidisciplinar na execução da medida socioeducativa observou-se que os servidores relataram a importância de trabalhar em equipe e compartilhar informações entre os profissionais das diferentes áreas envolvidas, como serviço social, psicologia, saúde, pedagogia e segurança. A premissa do trabalho multi e interdisciplinar é destacada por Coscioni, Nascimento, Rosa e Koller (2020, p. 2) a partir da referência do SINASE, ao indicar que,

A equipe técnica deve ser multidisciplinar e detém a função de acolher e acompanhar os adolescentes e seus familiares. Sua atuação deve ter como base o conhecimento específico de determinada área de atuação profissional, tais como psicologia, serviço social, pedagogia etc. Os agentes socioeducativos detêm a função simultânea de preservar a integridade física dos adolescentes e dos funcionários, bem como desenvolver atividades de cunho pedagógico, até mesmo profissionalizantes.

Nas análises dos discursos notou-se que, segundo os envolvidos na aplicação das medidas, é fundamental ter reuniões de equipe e discutir os casos dos adolescentes buscando agregar conhecimento e promover um trabalho coeso, mas que a falta desta prática prejudica o trabalho cotidianamente. Chamam atenção de que é essencial manter uma comunicação constante entre os atores, incluindo familiares e o próprio adolescente, de forma a garantir uma abordagem integral e eficaz. As diversas áreas de atuação dentro das unidades foram bem citadas por alguns dos respondentes "Pregamos o respeito ao ser humano, a medida do jovem é dever de todos, parceria entre as áreas, respeito começando pelo educandos passando por, operacional, administração, psicólogo, assistente social, setor pedagógico, socieducadores e gestão" (Relato de Discurso. Respondente "21").

Em relação ao trabalho com as famílias dos adolescentes para promover sua reintegração social, se identificou na análise que há intenção de envolvê-las no processo de ressocialização do adolescente, oferecendo suporte e encaminhamentos necessários. O objetivo dessa ação é garantir que os adolescentes cumpram a medida socioeducativa próximo de suas residências para facilitar as visitas familiares.

Segundo os respondentes, nem sempre as famílias conseguem se envolver adequadamente, o que pode levar a reincidências infracionais. Além disso, relatam que a participação dos familiares é limitada e que os servidores tentam sensibilizá-los e acompanhá-los durante e após o cumprimento da medida socioeducativa. Para isso, durante

as visitas, a equipe aproveita para estabelecer parâmetros e discutir questões relacionadas ao adolescente.

Um dos servidores aponta com nitidez o cenário encontrado "A família deve participar do processo de ressocialização desde o ingresso do adolescente na instituição, o que é fundamental para sua reintegração pós cumprimento da medida. Algumas famílias são resistentes a participação no processo de ressocialização, principalmente quando o jovem já está na segunda ou terceira internação. Temos também algumas famílias que são envolvidas com atos infracionais e outras que já não participam do processo" (Relato de discurso. Respondente "24").

A valorização do papel da família na aplicação das medidas socioeducativas, salientada nas falas do corpo de respondentes da pesquisa, é destacada por Coscioni, Nascimento, Rosa e Koller (2020) como parte fundamental do processo de ressocialização, sendo o convívio familiar resguardado pelo SINASE, tendo as unidades e suas equipes a responsabilidade de promover ações que permitam esse contato. Os autores também destacam, diversas pesquisas que corroboram com o potencial positivo da aproximação dos adolescentes com suas famílias durante a internação.

De maneira complementar, Freitas (2011, p. 44) indica que,

A perspectiva de atendimento integral considera a família como alvo da intervenção, uma vez que são também partícipes no processo socioeducativo. A família, compreendida aqui a partir de todos os arranjos familiares na contemporaneidade, é fundamental na construção que se faz com o adolescente, visto que o meio familiar é, em geral, para onde o adolescente volta depois da internação e, portanto, carece também de intervenção.

No que tange ao suporte institucional para realização de suas funções, os servidores foram questionados quanto aos processos de capacitação e o incentivo para seu desenvolvimento e bem-estar. A grande maioria dos respondentes indicou os cursos de capacitação online disponibilizados pela fundação no portal Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) e pela UNICASA, como principais meios de desenvolvimento, com menção sobre ações de capacitação promovidas por parceiros e pela equipe gestora da instituição.

O Respondente "32" relata "Temos cursos online que até oferece certo suporte, mas não suficiente para um trabalho eficaz, falta infraestrutura e adequação a certas

particularidades dessa nova geração de menores infratores” (Relato de Discurso. Respondente “32”).

No entanto, alguns profissionais mencionam que o apoio do estado nesse sentido ainda é limitado e que precisam buscar conhecimento por conta própria. A experiência no trabalho com adolescentes e a busca por atualizações são mencionadas como formas de capacitação “[...] não temos muito apoio do estado, as vezes temos que nós mesmos buscar o conhecimento para lidar com jovens infratores” (Relato de Discurso. Respondente “19”).

Além disso, alguns profissionais reforçam que buscaram formação acadêmica nas áreas de Segurança, Psicologia e Serviço Social, o que contribuiu para lidar com os desafios do trabalho com adolescentes em conflito com a lei, mas não há suporte adequado de capacitação na Fundação CASA “Não há uma capacitação efetiva para isso por parte da fundação. Esse quesito ainda deixa muito a desejar” (Relato de Discurso. Respondente “51”).

Em relação a esse tema, o trabalho de Medeiros e Paiva (2021, pp. 37-38) enfatiza a especificidade do contexto de vida dos atendidos como elemento condicionante a uma necessidade constante de formação e desenvolvimento profissional dos servidores envolvidos, indicando que,

Tendo em vista os sentidos produzidos pelos adolescentes é fundamental investir em processos de qualificação profissional. Devemos focalizar em processos de formação em serviço que contribuam para superarmos práticas violentas que possam estar indevidamente naturalizadas, ao passo que consigamos fortalecer a construção de alternativas mais emancipatórias.

Além disso os autores também reforçam a necessária participação dos adolescentes no processo de formação e qualificação dos servidores envolvidos em seu atendimento, como destacado no trecho selecionado do citado trabalho “Indubitavelmente, a participação dos adolescentes é fundamental. É necessário que eles sejam ouvidos e que os sentidos que eles produzem a respeito destas experiências possam favorecer o processo de aperfeiçoamento das práticas realizadas e políticas a eles destinadas” (Medeiros & Paiva, 2021, p. 37-38).

As respostas em relação ao aspecto de desenvolvimento profissional e bem-estar foram expressivamente majoritárias no sentido da crítica, os servidores relataram que atualmente não há incentivo por parte da Fundação CASA para o desenvolvimento

profissional e bem-estar dos funcionários. Muitos mencionaram que a carga de trabalho está elevada e que não têm tempo para fazer os cursos de capacitação oferecidos pela instituição. Alguns disseram que o único incentivo vem do próprio compromisso profissional e da vontade de fazer a diferença na vida dos adolescentes.

O Respondente “44” expressa "Acredito que ainda estamos muito deficientes nesse quesito não temos muitos incentivos voltados para nossa saúde e bem-estar principalmente psicológico, mas ter uma gestão acessível que valoriza o ser humano, respeita suas limitações e suas condições diárias é de muita valia e posso dizer que nesse momento me encontro em um centro com esse tipo de gestão” (Relato de Discurso. Respondente “44”).

Tais falas são reforçadas em diferentes graus em inúmeras respostas, uma delas indica questões de caráter estrutural “Infelizmente no momento, estou sem incentivo, não que seja cuida de meus Gestores, mas o Sistema está com déficit de Servidores, a carga de trabalho no Setor Adm está elevadíssima, onde não consigo nem fazer os cursos de capacitação do UNICASA.” (Relato de Discurso. Respondente “1”).

Além disso, muitos mencionaram que encontrar jovens que passaram pelos centros e ouvir que tiveram sucesso após receberem oportunidades da Fundação CASA é um grande incentivo. No entanto, foi mencionado que falta reconhecimento e valorização profissional por parte da instituição, e alguns servidores afirmaram que não há um plano de carreira adequado “Infelizmente não vejo por parte da Fundação CASA incentivos para o desenvolvimento profissional e no bem-estar do servidor, nós servidores que buscamos incentivarmos uns aos outros no âmbito do bem-estar, trabalhando de uma forma leal e apoiando uns aos outros nos cumprimentos de suas tarefas” (Relato de Discurso. Respondente “35”).

Na avaliação comparativa entre o trabalho desenvolvido na Fundação CASA com outras instituições do Brasil, que também atendem jovens em medidas socioeducativas, os servidores apontaram que em São Paulo é realizado um trabalho de referência e excelência em relação a outros estados, mas que ainda há desafios a serem superados como a oferta de trabalho e cursos para os jovens após a saída da instituição “É o trabalho "menos ruim” [...]. Está longe de ser referência [...]. O péssimo preparo dos funcionários envolvidos, somado a falta de comprometimento, faz naufragar muitas boas iniciativas [...]. Mas no Brasil como um todo, é muito pior [...].” (Relato de Discurso. Respondente “17”).

Algumas críticas dos servidores ouvidos apontam questões que extrapolam o limite de sua atuação, como a seguinte “É o verdadeiro enxugar gelo, as práticas socioeducativas não funcionam, não porque não é realizado o trabalho, mas sim porque quando o jovem é reinserido na sociedade não tem mais um acompanhamento efetivo por parte das políticas públicas” (Relato de Discurso. Respondente “49”).

Além disso, os respondentes ressaltam de maneira recorrente a necessidade de melhorias na gestão de pessoas e na valorização dos servidores, de acordo com cada desempenho. No entanto, reconhecem que o estado de São Paulo se destaca na área de aplicação de medidas socioeducativas e que o trabalho realizado tem apresentado resultados promissores “Trabalho há 22 anos na Fundação CASA, acompanhei todo processo de descentralização e implantação do projeto Fundação CASA, hoje atendemos ao programa nacional de atendimento socioeducativo a contento, considero termos bons e bem definidos os processos de execução da medida, apenas temos de melhorar nas ferramentas de valorização aos bons servidores e punição a aqueles que não são, ainda deixamos a desejar na gestão de pessoas” (Relato de Discurso. Respondente “22”).

Algumas respostas, por fim, indicam uma visão geral mais pessimista, na análise da atuação em São Paulo e nos outros estados da Federação “A medida socioeducativa em São Paulo, é considerada referência, porém vem perdendo muito em qualidade e hoje em dia não podemos mais dizer que está integralmente condizente a Missão, Visão e Valores da instituição. Acredito que as demais instituições do Brasil, por não atender ao mesmo número de adolescentes de São Paulo e também não terem enfrentado as grandes ocorrências que a antiga Febem enfrentou ainda estão atrasadas no cumprimento da legislação prevista (SINASE) para a execução de medidas socioeducativas” (Relato de Discurso. Respondente “24”).

Os servidores também foram questionados quanto à sua avaliação em relação ao acesso dos adolescentes à serviços e atividades de saúde, educação, formação profissional, cultura e esporte, tendendo majoritariamente para a melhor avaliação, mas ressaltando um declínio em relação a outros períodos “Avalio que tem deixado bastante a desejar, a capacitação profissional não atende a expectativa dos adolescentes e tampouco proporcionará oportunidade para empregabilidade pós cumprimento da MSE, as atividades culturais por vezes infantilizadas, ao meu ver deveriam ofertar atividades que de alguma

forma despertassem nos jovens criticidade através do acesso à cultura inexistente na periferia. Quanto ao esporte avalio que também poderia ser melhor explorado” (Relato de Discurso. Respondente “24”).

O tom da crítica relativo ao conteúdo das oficinas se repete em alguns depoimentos, como “Analiso que tem deixado a desejar principalmente os cursos profissionalizantes, que tratam de assuntos que não fazem parte da realidade do jovem” (Relato de Discurso. Respondente “34”); além disso, algumas falas trouxeram comentários adicionais “Saúde, prejudica a ausência de médico psiquiátrico, há muita demanda em relação a saúde mental; atividades culturais, poderia haver oficinas mais atualizadas, bem como, ações de educação profissional.” (Relato de Discurso. Respondente “26”).

O conjunto de respondentes com avaliação positiva indicou a oferta de serviços para abarcar todos os direitos garantidos aos adolescentes, com reforço constante da importância das parcerias para provimento de todos os serviços necessários. Em relação a possibilidade de acesso que muitas vezes não existiria fora do contexto da internação, entre as críticas se destacam algumas falas que pontuam a falta de capacitação dos profissionais de atendimento e infraestrutura, sendo esse um destaque recorrente no recorte sobre suporte à saúde mental, mesmo que a grande maioria dos respondentes indique a existência de suporte interno e possibilidade de atendimento na rede externa, quando necessário.

Foi destacado como crucial que todos os envolvidos na socioeducação entendam a importância e o objetivo de cumprir a medida e que cada um faça a sua parte com conhecimento e dedicação. É importante lembrar que a defasagem é grande quando o jovem entra no sistema, o que dificulta a recuperação durante a medida socioeducativa “Neste aspecto os adolescentes têm acesso a todas as áreas citadas , pois contamos com parcerias estabelecidas , ensino formal ministrado por professores da rede de ensino, os adolescentes recebem o atendimento necessário as demandas de saúde, com atendimento de servidores da saúde dentro da instituição e atendimento externo para especialidades na rede de serviço e emergências médicas, além da atenção relacionada a saúde mental” (Relato de Discurso. Respondente “45”).

Os comentários sobre a estruturação da aplicação de medidas socioeducativas em um contexto de pleno acesso dos adolescentes internados às políticas e serviços sociais básicos garantidos pela CRFB e o ECA é fator fundamental para o desenvolvimento

adequado. Como apontado no trabalho de Pereira e Beretta (2020), que indicam o acesso à saúde, assistência social, educação, esporte, lazer e cultura como condições da possibilidade de ações efetivas e eficazes dentro das instituições de acolhimento, em seu contexto pedagógico, além da determinação dos marcos legais. A garantia de acesso à esses serviços, segundo os autores, está preconizada nas bases legais supracitadas com a instituição da figura do Sistema de Garantia de Direitos.

Em relação à avaliação dos respondentes quanto ao impacto das atividades desenvolvidas no âmbito socioeducativo, para ajudar os adolescentes a mudarem de vida foi apontado que a Fundação CASA trabalha por meio de ações e projetos. Alguns exemplos citados foram: atendimentos terapêuticos, acesso a medicamentos e cuidado da equipe técnica; a ressocialização envolve valorização, reconhecimento, aumento da autoestima, educação formal e profissional; os cursos profissionalizantes e inserção no mercado de trabalho são atividades que contribuem para afastar os jovens do crime, mas muitas vezes falta planejamento.

O Respondente ‘17’ relata que “A única atividade produtiva, que exige (muito pouco) dos jovens é o ensino formal [...]. Mas sua eficácia é pequeníssima, cerca de 30%. Isso, por conta de uma grade escolar mais efetiva e de professores despreparados que não são cobrados pela Coordenação Pedagógica, geralmente também despreparada e sem nenhum comprometimento” (Relato de Discurso. Respondente “17”).

Os servidores apontaram que a formação dos profissionais envolvidos e oportunidades de crescimento por meio do diálogo são importantes, que a mudança de vida está relacionada às más influências, falta de apoio familiar, problemas financeiros e falta de oportunidades oferecidas pelos poderes públicos e pela sociedade.

Além disso, indicaram que a vivência na fundação pode oferecer novos caminhos e trabalhar questões emocionais para estabelecer objetivos e as atividades esportivas, concursos, contato com profissionais e atendimento médico são importantes para ampliar experiências e estabelecer metas. O retorno escolar e incentivo para exames como o Enem também é destacado nos relatos dos servidores “As atividades não ajudam para a saída do crime, aqui na Fundação é apenas o começo da mudança, mas o que pega realmente é fora da internação, onde precisa-se de parcerias efetivas para realmente tirar esses jovens da vida do crime” (Relato de Discurso. Respondente “36”).

Em relação às críticas, foi possível identificar em algumas falas ponderações sobre a eficácia das intervenções que superam a rotina nas unidades, como apontado pelo Respondente 22 “Acredito que as atividades não auxiliam os adolescentes a mudarem de vida, vai depender do contexto em que ele está inserido, do compromisso do próprio adolescente e da equipe de referência, além das articulações que devem existir com a rede sócio assistencial pós internação. A eficácia irá depender do contexto e das articulações no decorrer do processo de internação” (Relato de Discurso. Respondente “22”).

As críticas tecidas pelos servidores nesse aspecto possuem uma forte correlação com as questões apontadas por Medeiros e Paiva (2021, p. 33), quando indicam que a aplicação das medidas socioeducativas se relacionam profundamente com o contexto de vida dos adolescentes, ao discutir os limites da sua atuação, indicando que,

A experiência de cumprir a medida socioeducativa soma-se às condições de vida pré-existentes à internação de tal forma a produzir sofrimento, insegurança, violência, bem como estigmatização no cotidiano dos adolescentes. A medida não inaugura essas experiências, mas pode reforçar essas condições que os recortes de classe social e aspecto étnicos, raciais e de território já colocavam em cena.

De maneira a superar essas questões, como apontado por um conjunto de respondentes, resgata-se o trabalho de Mauricio (2014), que aponta a ressocialização como ação motivada a ressocializar, passar valores culturais mais humanos e cidadãos aos adolescentes infratores por meio de um processo educativo, para que eles mudem seus pensamentos e, com base em tais valores culturais novos, durante suas ações ou ações sociais futuras, não mais ajam no sentido de cometer atos infracionais,

No aspecto dos cuidados com a saúde mental cabe destacar que um conjunto de servidores apontou de maneira bastante madura os desafios de trabalhar questões de saúde mental em um contexto de privação de liberdade, indicando a necessidade de adequação dos processos do sistema de justiça no encaminhamento destes jovens para atendimento na Fundação CASA, ao invés de um atendimento especializado.

Segundo os servidores, quando um jovem com problema de saúde mental é acolhido ele recebe acompanhamento da equipe de saúde, que inclui enfermeiros, auxiliares e psicólogos. O objetivo é atender suas demandas de saúde e promover seu bem-estar emocional. Além disso, o jovem tem acesso a atendimentos psicossociais, quando necessário encaminhamento para Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e atendimento

psiquiátrico “Ao meu ver esses adolescente não deveriam estar cumprindo medida de internação e sim uma outra medida. Pois muitas das vezes não sabem aonde estão, recebemos de forma muito profissional, porém não temos a especialização nessa enfermidades , onde encontramos muitos problemas e dificuldades” (Relato de Discurso. Respondente “50”).

A crítica sobre os limites indicados é recorrente em algumas falas, como no exemplo, “O adolescente com problema de saúde mental é tratado com dificuldade pois a instituição não é de saúde e os servidores não possuem manejo para lidar com as demandas que esses adolescentes apresentam. Muitas vezes merecem atenção redobrada pela equipe, encaminhamentos constantes ao PS psiquiátrico e tratamento medicamentoso.” (Relato de Discurso. Respondente “22”).

A fala dos servidores indica que há muito a melhorar, pois muitas vezes os profissionais envolvidos no atendimento diário não estão preparados para lidar com adolescentes com problemas de saúde mental. Muitos acreditam que esses jovens não deveriam ser enviados para a instituição e sim receber cuidados especializados fora dela “Esta é a pior parte que vivemos hoje, a Fundação não tem um programa específico para lidar com esse público que recebemos em grande quantidade, além do mais, os próprios funcionários não têm preparo para atuar com jovens psiquiátricos. Que a todo tempo buscamos a Rede, e por muitas vezes não seja eficaz o suficiente para suprir o cotidiano deste jovem” (Relato de Discurso. Respondente “34”).

A avaliação do grupo de respondentes sobre a relação entre os órgãos de governo (federal, estadual e municipal) e a sociedade no processo de ressocialização dos adolescentes demonstrou que o envolvimento de ambos é fraco e ineficaz. Algumas parcerias locais são mencionadas, mas elas tendem a ser instáveis e dependentes dos gestores e equipes dos centros de atendimento. Além disso, as empresas privadas não participam ativamente de programas para ajudar na ressocialização “A sociedade ainda precisa se envolver mais, e o governo precisa atuar na base da sociedade com mais investimentos, evitando assim os atos infracionais” (Relato de Discurso. Respondente “20”).

Os entrevistados afirmam que os governos, em todas as esferas, deveriam investir mais não somente nos que cometem atos infracionais, mas em todos os adolescentes,

oferecendo atividades de educação, esporte, trabalho e renda. Muitos acreditam que as políticas públicas ainda precisam avançar nessa área “Ainda existe a necessidade de parcerias, os governos deveriam investir não somente no adolescente autor de ato infracional, mas em todos os adolescentes, com desenvolvimento de atividades, voltadas a educação, esporte, trabalho e renda, uma vez que a rede de serviços ainda é carente de tais propostas” (Relato de Discurso. Respondente “4”).

De acordo com o Respondente “14” “A atuação pública em relação à socioeducação ainda é muito dependente das ações do Estado. Observa-se que apenas uma pequena parte dos municípios desenvolvem ações visando o acolhimento dos egressos das MSE e a continuidade do processo de evolução iniciado durante a internação.” (Relato de Discurso. Respondente “14”)

Quanto à avaliação dos servidores em relação aos desafios mais comuns para a execução das medidas socioeducativas foram elencados diversos pontos que merecem ser destacados:

- O desafio mais comum enfrentado na área de atuação da Fundação CASA na execução da medida socioeducativa inclui retorno do adolescente para a família - os adolescentes enfrentam dificuldades ao retornar para suas famílias, pois terão contato com todas as problemáticas que os levaram ao cumprimento da medida socioeducativa, segundo os servidores esse desafio pode ser superado por meio de apoio e acompanhamento da equipe.
- Gestão de pessoas - dificuldade no trato com alguns servidores que não compreendem a importância e a necessidade de sua atuação. Para superar esse desafio é feita uma sensibilização e incentivo para que os servidores façam cursos e se apropriem de seu papel.
- Falta de efetivo funcional - existe uma desproporção entre a quantidade de funcionários e a quantidade de adolescentes internados. Esse desafio pode ser superado por meio da contratação de mais profissionais.
- Saúde mental - atualmente, a saúde mental tem requerido muita atenção das áreas de atendimento, tanto internamente quanto externamente. Esse desafio pode ser superado por meio do trabalho em equipe e busca por parcerias.

- Relações interpessoais - as relações interpessoais podem ser desafiadoras, mas são superadas por meio do diálogo constante e do reforço do papel de cada um na medida socioeducativa.
- Absenteísmo de servidores – a ausência de servidores é um desafio enfrentado por meio de conversas e incentivo ao cumprimento do trabalho.
- Desmotivação dos colegas - o desafio de lidar com colegas desmotivados pode ser superado por meio de políticas motivacionais voltadas aos servidores.
- Falta de recursos financeiros - é um desafio que pode ser superado por meio de melhorias nos planos de cargos e salários, além de investimentos adequados.
- Reconhecimento social - o desafio do reconhecimento social sobre a importância do trabalho socioeducativo e dos potenciais resultados alcançados pode ser superado por meio de sensibilização.

O Respondente “40” descreve que “Os maiores desafios são o descontentamento da grande maioria dos funcionários com a Fundação, acarretando em um absentismo extremamente gritante. Onde sem mão de obra, não há ressocialização de verdade. Tentamos sem ferramentas fazer gestão de pessoas para tentar minimizar tantos danos que isso nos traz.” (Relato de Discurso. Respondente “40”).

Em relação às oportunidades de melhoria e inovação no trabalho da Fundação CASA as respostas apresentadas indicaram várias oportunidades em relação à ressocialização dos adolescentes. Alguns pontos mencionados incluem o reconhecimento e a valorização dos profissionais, a necessidade de investir em gestão de pessoas, a falta de políticas de valorização dos servidores, a importância de cursos técnicos e materiais de qualidade, a busca por parcerias com empresas privadas, entre outros “Como disse enquanto a instituição não valorizar a categoria de todos os setores, o trabalho de ressocialização não será significativo, como você consegue ser a diferença para esses jovens, sendo que você não é valorizado como profissional com atribuições tão importantes para sociedade” (Relato de Discurso. Respondente “32”).

Alguns respondentes ressaltaram os avanços realizados pela Fundação CASA, mas há quem afirme não perceber inovações “Avalio que ainda são insuficientes e não atingem de forma mais equitativa os servidores, trazendo certa desmotivação e descontentamento

dos servidores pela instituição se traduzindo em pouca motivação ao trabalho e certo descaso em contribuir com a instituição para cumprir sua missão” (Relato de Discurso. Respondente “45”).

O acompanhamento pós medida recebeu uma avaliação bastante crítica dos servidores respondentes do questionário, que é considerado precário e precisa ser aprimorado. A responsabilidade é atribuída a todos os envolvidos incluindo família, sociedade e governantes. Alguns sugerem que o acompanhamento seja realizado por um órgão específico formado pelos equipamentos regionais na mesma comunidade dos adolescentes assistidos.

A responsabilidade também é mencionada como sendo dos municípios, da rede de serviços, da família e da escola, ou seja, do sistema de garantia de direitos como um todo “O acompanhamento após medida as vezes é um pouco falho, mas esse trabalho não deveria ser só da instituição, afinal é dever também da sociedade, que muitas das vezes, só tem o olhar discriminador” (Relato de Discurso. Respondente “15”).

Há críticas quanto à falta de eficiência e à necessidade de investimento na responsabilização da família e da rede. Além disso, é destacada a importância da integração dos órgãos de garantias de direitos, políticas públicas eficazes e uma educação inclusiva nesse acompanhamento. No entanto, muitos afirmam que o acompanhamento não existe ou é falho. Além disso, é mencionado que a responsabilidade é do município, mas em algumas situações os jovens são esquecidos e acabam reincidindo.

Em resumo, o acompanhamento dos jovens após a medida socioeducativa é considerado problemático e a responsabilidade é atribuída a diferentes atores como família, sociedade, governantes e órgãos de garantia de direitos “Infelizmente muitos adolescentes que retornam ao convívio social não são devidamente acolhidos. Voltam para as bolhas das comunidades que vivem e são recepcionados pelas organizações criminosas que dominam as periferias. A responsabilidade pelo acompanhamento, para além dos diplomas legais e normativas, deve ser de todos, principalmente do poder público. É necessário integrar, cada vez mais, os entes governamentais e sociedade privada, no sentido de abordar e acolher estes jovens no pós medida. Enquanto a sociedade acreditar que estes jovens são problemas apenas da Fundação, teremos níveis de reincidência elevados, porque o tratamento dentro dos muros da Fundação Casa, por diversas vezes é de longe, muito melhor do que o

oferecido por políticas públicas ou pela falta delas.” (Relato de Discurso. Respondente “41”).

A proteção social dos adolescentes após a medida está correlacionada a serviços de políticas públicas municipais, que foram constantemente apontadas pelos servidores participantes da pesquisa como insuficientes ou negligentes na capacidade de atender suas necessidades, considerando sobretudo o contexto de terem cometido atos infracionais. Tal fato é preocupante, devido à essencialidade do atendimento pós-medida.

O processo socioeducativo não termina com a desinternação, tão importante quanto o trabalho desenvolvido durante o período em que o adolescente esteve internado é o trabalho que continuará sendo desenvolvido fora da unidade.

Quando o adolescente é desinternado com extinção de medida, torna-se praticamente impossível realizar o acompanhamento, mas a intervenção bem planejada e efetiva deve garantir que, ao sair, ele tenha condições de continuar o processo de ressocialização, ou seja, deve sair com a documentação pessoal exigida, perspectiva de trabalho, garantia de continuidade de escolarização, entre outros. (Freitas, 2011, p. 46-47)

Por fim, as respostas a uma pergunta aberta sobre possíveis opiniões não contempladas no questionário, nos comentários adicionais, os servidores descrevem como poderiam ajudar na ressocialização dos jovens e falam sobre o trabalho na fundação. Alguns funcionários acreditam que a terceirização de certas áreas, como a pedagógica e os serviços de limpeza, seria benéfica, no entanto, há setores que não podem ser terceirizados devido a questões constitucionais.

Alguns profissionais expressaram que trabalham com amor e dedicação, aprendendo com os adolescentes e suas famílias, realizando o trabalho da melhor forma possível “Conforme já citado, para que o trabalho seja otimizado faz-se necessário a capacitação do corpo funcional para o entendimento de seu papel enquanto socioeducador, aliado a compreensão do município no que se refere a responsabilidade para com estes adolescentes” (Relato de Discurso. Respondente “40”).

Além disso, sugerem a criação de um articulador de rede para facilitar o encaminhamento dos jovens após a desinternação. Outros funcionários comentaram sobre a importância de cumprir as leis relacionadas aos direitos dos adolescentes, além de enfatizar a necessidade de formação de redes e do engajamento dos servidores.

Alguns sentem gratificação ao ver um adolescente bem após o cumprimento da medida socioeducativa “O trabalho dentro da Fundação CASA é realizado de forma efetiva naquilo que é proposto a se realizar, cada área desenvolve um papel fundamental dentro da instituição, mas é desanimador não ser reconhecido pelo estado. Muitas vezes somos sucateados e esquecidos pelo governo não tendo nenhum incentivo e acabamos adoecendo e muitas vezes trabalhando descontentes, assim, deixando de realizar um trabalho de excelência dentro da instituição” (Relato de Discurso. Respondente “51”).

Outros colaboradores expressaram suas opiniões sobre a motivação e valorização dos servidores, destacando que um bom salário e reconhecimento são necessários para um trabalho de qualidade. No entanto, alguns preferiram não fazer comentários para evitar retaliações. Alguns depoimentos sugerem a necessidade de mudanças no sistema e no modelo de atuação, além de maior capacitação dos funcionários e compreensão de seus papéis. Além disso, alguns ressaltaram a importância dos responsáveis pelo sistema conhecerem melhor a prática para tomar decisões mais adequadas. No geral, há uma diversidade de opiniões sobre o trabalho na Fundação CASA, mas muitos profissionais expressam seu amor pelo que fazem e acreditam no poder de transformação dos adolescentes.

Alguns, no entanto, enfatizam a falta de reconhecimento e apoio do governo “O trabalho na Fundação CASA é gratificante, porém percebemos que quem toma as decisões e determina o "cumpra-se", raramente conhece a prática. Isso gera um retrabalho e se torna desgastante com o passar do tempo. Sugiro que essas equipes se apropriassem do cotidiano para entenderem e apoiarem os Centros e as DRMs em suas dificuldades e assim tomarem decisões mais condizentes com o todo indo além de suas próprias cadeiras” (Relato de Discurso. Respondente “47”).

Na Fundação CASA do ABCD Paulista – nos seis centros socioeducativos objeto de pesquisa desta dissertação - após a análise das 816 respostas do roteiro de entrevista enviado aos servidores, concluiu-se que os funcionários demonstram a importância de estabelecer vínculos familiares, promover atitudes positivas e ressignificar a história dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa na instituição. Eles destacam a responsabilidade de garantir os direitos dos jovens e oferecer oportunidades de educação, emprego e inserção social por parte da sociedade e do estado.

No entanto, enfrentam obstáculos como a falta de apoio da família que pode ajudar ou atrapalhar o processo socioeducativo, da sociedade e institucional por parte dos governantes, além de dificuldades na ressocialização dos jovens após a internação. Segundo os respondentes, é fundamental realizar ações no pós-internação para garantir a continuidade do processo de ressocialização. Esta ação, que deveria ser de responsabilidade dos municípios, uma vez que o adolescente volta para sua cidade de origem, não é realizada, o que dificulta a reinserção dos jovens no retorno para as suas comunidades.

Com base na opinião do corpo de servidores, para ter uma efetividade da medida socioeducativa é necessário conhecer a história de vida dos adolescentes, desenvolver empatia, fornecer recursos psicossociais e pedagógicos, cumprir a agenda multidisciplinar e articular-se com a rede socioassistencial para que saiam da vida do crime. É unânime nas respostas que eles têm o compromisso e devem garantir direitos, realizar atendimentos, desenvolver atividades de reflexão e estimular o protagonismo dos adolescentes. No entanto, observa-se a falta de reuniões de equipe e a necessidade de manter uma comunicação constante entre os setores e os familiares dos adolescentes, prejudicando o trabalho internamente.

O envolvimento das famílias também é um desafio, assim como o suporte institucional e o desenvolvimento profissional dos servidores. A oferta de serviços de saúde e bem-estar apresenta deficiências e os servidores reivindicam uma gestão acessível e valorização do ser humano no ambiente de trabalho.

Para os 51 servidores que responderam o questionário, de forma geral, a Fundação CASA é considerada referência em relação a outras instituições, mas ainda enfrenta desafios. Há a necessidade de melhorias na gestão de pessoas, valorização dos servidores e acesso dos adolescentes aos serviços e atividades sociais externas, o que facilitaria ainda mais a reinserção à sociedade. Para eles, a ressocialização envolve valorização, reconhecimento, educação formal e profissional, mas há falta de planejamento nesse aspecto.

Muitos relatos citaram os desafios no cuidado com a saúde mental dos adolescentes e no envolvimento fraco do governo e da sociedade na ressocialização. Durante as respostas, os profissionais expressaram diferentes opiniões sobre a motivação e valorização

no trabalho, ressaltando a importância do reconhecimento e apoio do governo na execução da medida socioeducativa no estado de São Paulo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa de mestrado buscou atingir, por meio dos métodos empregados, o resultado de apresentar o público de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas a partir de uma ótica menos estigmatizada e mais realista. Foram levados em consideração seus potenciais de reinserção e participação ativa na sociedade, principalmente no contexto de CIS como um espaço efetivo de integração e inclusão de todas as representações dentro da sociedade.

O atual cenário brasileiro revela uma carência de políticas efetivas na área da segurança pública com aumento crescente dos índices de criminalidade nos centros urbanos, exigindo da União, dos estados e municípios, assim como de outros atores não estatais, soluções que visem precipuamente o combate ao crime.

No contexto em questão, é importante notar que o desenvolvimento de CIS e, especificamente, a ressocialização de jovens infratores em instituições como a Fundação CASA são processos complexos e multifacetados que envolvem diversos atores e demandam o comprometimento de múltiplos recursos e esforços. Ambos os temas são relevantes para o desenvolvimento social e urbano e têm impactos significativos nas comunidades e na qualidade de vida das pessoas.

A pesquisa buscou contribuir para a reflexão crítica e proposta futura de práticas de ressocialização efetivas no contexto de desenvolvimento de CIS, de maneira a tornar possível uma sociedade mais inclusiva, equitativa e ambientalmente consciente.

Tanto a pesquisa bibliográfica quanto o trabalho de análise dos dados qualitativos confirmaram a percepção de que a ressocialização do jovem em conflito com a lei é um desafio complexo que envolve a participação do estado, da sociedade e da família. Cada um desses atores tem papel importante a desempenhar para garantir o sucesso do processo de reintegração e evitar a reincidência.

O estado deve fornecer um sistema socioeducativo eficiente e humanizado, com programas de ressocialização, acesso à educação, assistência psicossocial, cuidados de saúde e oportunidades de capacitação profissional. A sociedade deve criar um ambiente de inclusão e oportunidades para esses jovens, oferecendo aprendizado, formação profissional e emprego, além de combater o estigma e o preconceito. E a família, por sua vez, deve oferecer suporte emocional, orientação e um ambiente de convivência estável, ajudando o

jovem a aprender valores, responsabilidades e habilidades de convivência saudável com as pessoas de seu entorno e com a sociedade em geral.

A colaboração entre esses atores é elemento essencial, com comunicação e cooperação para identificar as necessidades do jovem e oferecer um suporte abrangente. A ressocialização eficaz requer esforços conjuntos para criar oportunidades e um ambiente propício ao desenvolvimento, permitindo que esses jovens superem seus desafios passados e construam um futuro melhor. Cada caso é único e requer uma abordagem individualizada, com foco na capacitação, desenvolvimento de habilidades, educação e suporte emocional adequado. E, nesse sentido, a colaboração efetiva entre o estado, a sociedade e a família oportunizam a ressocialização bem-sucedida desses jovens, proporcionando-lhes uma segunda chance de se tornarem cidadãos responsáveis e produtivos em suas comunidades.

Uma análise pragmática do cenário indica um senso comum sobre os adolescentes que cumprem medida socioeducativa como indesejados socialmente, porém não se pode dissociá-los e se deve considerar o valor prospectivo da infância e adolescência como portadoras de continuidade de determinado povo ou comunidade. A partir de crianças, adolescentes e jovens que a sociedade futura será constituída e a educação que eles têm acesso incidirá diretamente no resultado alcançado para esse futuro.

A partir da emergência contemporânea do conceito de CIS, a ressocialização de jovens em conflito com a lei nesses espaços requer acesso à educação e capacitação, oportunidades de emprego relacionadas à tecnologia e empreendedorismo, letramento digital, inclusão social, suporte à saúde mental, participação em atividades cívicas e comunitárias, políticas de prevenção de crimes e redução da vulnerabilidade juvenil. Esses esforços devem ser realizados por governos, comunidades, organizações e instituições para promover a reintegração e o futuro dos jovens.

A partir dessas considerações, a Fundação CASA pode contribuir para uma futura entrada do adolescente, mesmo ele ainda em cumprimento de medida socioeducativa, em uma cidade efetivamente inteligente e sustentável. A ressocialização de jovens em uma CIS começa na integração de princípios socioeducativos com as oportunidades oferecidas por uma cidade moderna, tecnológica e ecologicamente responsável. Isso inclui ações e investimentos em educação e capacitação tecnológica, programas de empreendedorismo, inclusão digital, acesso a empregos sustentáveis, abordagem multidisciplinar, bem-estar

mental, participação cidadã, prevenção e intervenção, redução do estigma e colaboração com a comunidade. Essas iniciativas podem proporcionar aos jovens em conflito com a lei as habilidades e ferramentas necessárias para uma reintegração bem-sucedida na sociedade e a não estigmatização.

Esta pesquisa apresentou a Fundação CASA, continuação da antiga Febem, atualmente responsável pelo atendimento a jovens infratores no estado de São Paulo. Se a Febem era criticada por más condições, punição excessiva e reincidência alta, a Fundação CASA foi criada para rever essas questões, focando na ressocialização, aprimorando as condições das unidades e oferecendo educação e formação profissional aos jovens. A instituição busca parcerias para fortalecer o apoio aos jovens, tanto durante a internação quanto depois da reintegração. Apesar dos esforços institucionais, ainda existem críticas por parte da sociedade e da classe política, além dos julgamentos em relação às condições precárias por parte dos servidores; denúncias de violência e abuso praticados por servidores e por adolescentes; oscilação da taxa de reincidência; e falta de oportunidades após a liberação, entre outras questões.

O trabalho desenvolvido buscou dar substância a essas críticas, por meio dos dados quantitativos e da exposição das falas dos servidores, indicando questões em torno do atendimento de saúde mental dos internos, valorização e desenvolvimento dos servidores envolvidos nas medidas socioeducativas, o acompanhamento pós-medida, entre outros. A Fundação CASA deve reconhecer essas críticas e buscar melhorias para garantir um ambiente adequado aos jovens em conflito com a lei e aos servidores no estado de São Paulo.

Além das críticas foi possível destacar, a partir da presente pesquisa, aspectos positivos da atuação da fundação, como a diminuição dos dados de reincidência e atendimento, em linhas gerais, a valorização do trabalho realizado no estado de São Paulo frente às organizações atuantes em outros entes federados e a garantia de acesso a serviços de políticas sociais básicas, como educação e saúde.

Especificamente, no que diz respeito ao processo pós-medida e ao pressuposto efetivo de ressocialização do conjunto de adolescentes com plenas condições de desenvolvimento, cabe salientar o papel essencial das políticas sociais em nível municipal

para acompanhamento e atendimento das necessidades específicas deste público, que é tipificado como prioritário no âmbito da Política Nacional de Assistência Social.

Conforme apresentado no início desta conclusão, o esforço conjunto do estado, sociedade e família condicionam a plena ressocialização desses jovens em suas comunidades e, neste sentido, a articulação das políticas municipais básicas de atendimento aos direitos desses cidadãos, prévia e posteriormente à aplicação das medidas socioeducativas, cumpre papel fundamental.

Se atenta, ainda, para uma tendência geral de comunicação negativa no recebimento das notícias veiculadas nos meios de comunicação em relação a esse grupo e a pouca presença de inserções positivas sobre a ressocialização dos jovens. Nesse sentido, pela falta de interesse da mídia, percebe-se a necessidade de uma comunicação propositiva que condicione uma validação desses adolescentes enquanto sujeitos de direitos, cidadãos e, sobretudo, potenciais contribuidores no desenvolvimento da sociedade, além de representarem potenciais agentes ativos das CIS em suas comunidades de origem.

O objetivo geral do presente trabalho foi alcançado apresentando-se o cenário de ressocialização dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação no âmbito da Fundação CASA em um período determinado, de 2019 a 2023, com recorte para os jovens atendidos nos centros socioeducativos da região do ABCD Paulista. Os objetivos específicos foram cumpridos e contribuíram para as reflexões e discussões apresentadas, geradas a partir de análises aprofundadas das estratégias de ressocialização e utilizando métodos qualitativos que incluíram revisão bibliográfica e entrevistas com profissionais de várias áreas da instituição escolhida.

Com relação aos artigos lidos, percebeu-se uma falta de conteúdo relacionada a execução da medida socioeducativa propriamente dita, na sua essência, tendo como três pilares a pedagogia, a saúde e a segurança, em conjunto com um trabalho eficiente e eficaz no cotidiano dos adolescentes. Na análise de artigos relacionados ao tema deste estudo, não foram encontrados trabalhos sobre a introdução das pessoas encarceradas no contexto de CIS. Vale uma reflexão quando se trata de adolescente autor de ato infracional, como sujeitos em formação que ainda sofrem com a estigmatização perante a sociedade, inserir esses jovens infratores no contexto de CIS pode colaborar com o atingimento das metas dos ODS, promovendo alternativas que os afastem do crime.

De início, o escopo do trabalho na aplicação do questionário abrangia adolescentes; familiares; e servidores, mas, após a primeira etapa de análise, o trabalho não foi aprovado para entrevistas com familiares e adolescentes. Na segunda tentativa, o parecer favorável à aplicação do roteiro de entrevista foi somente aos servidores e com sigilo absoluto na identificação dos respondentes. Na aplicação do roteiro de entrevista aos 258 servidores, esperava-se que ao menos 50% aderissem, mas somente 25% retornaram com as respostas. No entanto, destaca-se que mesmo com as dificuldades, se obteve uma boa adesão e as respostas foram bem completas e satisfatórias à investigação.

Os resultados deste estudo podem contribuir para as transformações necessárias a serem aplicadas na Fundação CASA e em outras instituições similares, além de alertar os tomadores de decisão sobre o panorama atual da ressocialização dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação. O presente trabalho pretende contribuir com a comunidade acadêmica ao sugerir o desenvolvimento de novas pesquisas científicas relacionadas ao tema, a partir das dificuldades relatadas na revisão bibliográfica, e com a sociedade, na formação de cidadãos de bem e indivíduos conscientes de seu papel no planeta.

Neste ensejo, de maneira a concluir os esforços alocados para a produção deste mestrado, se indica para possíveis futuras pesquisas e trabalhos orientados à discussão do tema, um conjunto de possibilidades de novas análises: o aprofundamento da análise da rede de políticas públicas municipais destinada ao público de adolescentes em conflito com a lei e sua articulação com as instituições de atendimento em meio fechado, de responsabilidade dos estados; análises direcionadas especificamente ao conteúdo das abordagens socioeducativas na rotina de atendimento aos adolescentes internados; estudos que associem a crítica e o comentário sobre a rotina de funcionamento dos equipamentos da Fundação CASA que os atendem e; por fim, que possam se debruçar sobre as questões comunicacionais e simbólicas que envolvem a visão da sociedade em relação ao trabalho da Fundação CASA, aos adolescentes em medidas socioeducativas de internação e os egressos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Assessoria de Inteligência Organizacional [AIO]. (2023). *Boletim estatístico diário da Fundação CASA - Junho*. <https://fundacaocasa.sp.gov.br/index.php/junho-2023/>
- Assessoria de Inteligência Organizacional [AIO]. (2023a). *Boletim estatístico diário da Fundação CASA - Julho*. <https://fundacaocasa.sp.gov.br/index.php/julho-2023/>
- Assessoria de Inteligência Organizacional [AIO]. (2023b). *Boletim estatístico diário da Fundação CASA - Maio*. <https://fundacaocasa.sp.gov.br/index.php/maio-2023/>
- Bandeira, M. (2006). *Atos infracionais e medidas socioeducativas: uma leitura dogmática, crítica e constitucional*. Editus.
- Baquero, R. V. A., Lemes, M. A., & Santos, E. M. (2011). Histórias de vida de jovens egressos de medidas socioeducativas: entre a margem e a superação. *Educação*, 34(3), 341-350. <http://educa.fcc.org.br/pdf/reveduc/v34n03/v34n03a1.pdf>
- Barros, J. D. A. (2009). A Revisão Bibliográfica—uma dimensão fundamental para o planejamento da pesquisa. *Instrumento: Revista de Estudo e Pesquisa em Educação*, 11(2). <https://periodicos.ufjf.br/index.php/revistainstrumento/article/view/18708/9826>
- Borba, J. P. D. (2021). *O papel do território no processo socioeducativo na Fundação CASA/SP*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Nove de Julho (Uninove)]. Repositório da Uninove. <https://bibliotecatede.uninove.br/bitstream/tede/2901/2/Jadir%20Pires%20de%20Borba.pdf>
- Celestino, S. (2011). *A formação do quadro profissional de serviço social no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro: resgate do pioneirismo profissional no poder judiciário*. [Dissertação de Mestrado, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)]. Repositório da UERJ. <https://www.bdtd.uerj.br:8443/bitstream/1/15959/1/Dissertacao%20Sabrina%20Celestino.pdf>
- Comissão Nacional de Ética em Pesquisa [CONEP]. (2021). *Ofício Circular nº 2/2021/CONEP/SECNS/MS*. https://conselho.saude.gov.br/images/Oficio_Circular_2_24fev2021.pdf

Constituição da República Federativa do Brasil [CRFB]. (1988).
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

Conselho Nacional de Justiça [CNJ]. (2012). *Panorama Nacional - A Execução das Medidas Socioeducativas de Internação Programa Justiça ao Jovem*.
https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2011/02/panorama_nacional_doj_web.pdf

Conselho Nacional do Ministério Público [CNMP]. (2015). *Um olhar mais atento nas unidades de internação e semiliberdade para adolescentes - Relatório da Resolução 67/2011*.
https://www.cnmp.mp.br/portal/images/Um_Olhar_mais_Atento_09.06_WEB.pdf

Cortese, T. T. P., Coutinho, S. V., Vasconcellos, M. da P., & Buckeridge, M. S. (2019). Tecnologias e sustentabilidade nas cidades. *Estudos Avançados*, 33(97), 137-150.
<https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2019.3397.008>

Coscioni, V., Nascimento, D. B. D., Rosa, E. M., & Koller, S. H. (2020). Interpersonal Relationships of Juvenile Offenders at Treatment Facilities. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 36, e3645. <https://doi.org/10.1590/0102.3772e3645>

Costa, C. R. B. S. F. & Assis, S.G. (2006). Fatores Protetivos a Adolescentes em conflito com a lei no contexto socioeducativo. *Psicologia & Sociedade*, 18 (3), 74-81.
<https://www.scielo.br/j/psoc/a/pLKXBPGnzmmHJdnYGf9Sgvf/?format=pdf&lang=pt>

Decreto-Lei n. 3.689, de 3 de outubro de 1941. Código de Processo Penal.
<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-3689-3-outubro-1941-322206-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=oferecimento%20da%20den%C3%BAncia.-,Art.,necess%C3%A1rio%2C%20o%20rol%20das%20testemunhas>

Dorsa, A. C. (2020). O papel da revisão da literatura na escrita de artigos científicos. *Interações (Campo Grande)*, 21 (4), 681-683.
<https://doi.org/10.20435/inter.v21i4.3203>

Fonseca, S. C. D. (2007). *Infância e disciplina: o instituto disciplinar do Tatuapé em São Paulo (1890-1927)*. Aos Quatro Ventos.

Fórum Brasileiro de Segurança Pública. (2023). *17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública*. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública. <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>

Francisco, J. C. & Martins, M. F. (2014). Adolescentes em privação de liberdade na Fundação Casa – Sorocaba/SP: ato infracional e processo educativo. *Série-Estudos - Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB*. 38, 183-201. <http://file:///C:/Users/crisa/Downloads/741-Texto%20do%20artigo-1542-1830-10-20141126.pdf>

Freitas, T. P. (2011). Serviço Social e medidas socioeducativas: o trabalho na perspectiva da garantia de direitos. *Serviço Social & Sociedade*, 105, 30-49. <https://doi.org/10.1590/S0101-66282011000100003>

Fundação CASA (2012). *Novos Tempos Antigos Sonhos - Fundação Casa: Escrevendo nova História* (2a. ed.) Central Business Comunicação e Editora Ltda.

Fundação CASA (2022). *E-book “Sistema Socioeducativo: o olhar para a Educação”*. <https://fundacaocasa.sp.gov.br/wp-content/uploads/2022/10/Ebook-Sistema-Socioeducativo-Um-olhar-para-a-Educacao-.pdf>

Fundação CASA (2022a). *Caderno técnico – Superintendência Pedagógica - Conceitos, diretrizes e procedimentos*. https://fundacaocasa.sp.gov.br/wp-content/uploads/2022/08/Caderno_Superintendencia_Pedagagica_2022.pdf

Giffinger, R. & Gudrun, H. (2010). Smarter Cities Ranking: An Effective Instrument for the Positioning of Cities? *ACE: Architecture, City and Environment*, 5(12), 7-25. http://www-cpsv.upc.es/ace/Articles_n10/Articles_pdf/ACE_12_SA_10.pdf

Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social* (6. ed.). Editora Atlas SA.

Hoffmann, L. A. (2020). *Medidas socioeducativas: uma busca da ressocialização do adolescente infrator*. [Trabalho de Conclusão de Curso, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)]. Repositório da PUCRS.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE]. (2023). Cidades e estados do Brasil. <https://cidades.ibge.gov.br/>

Kanter, R. M.; Litow, S. S. (2009). Informed and interconnected: A manifesto for smarter cities. *Harvard Business School General Management Unit Working Paper*, 09-141. http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1420236

Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. http://planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm.

Lei n. 12.594, de 18 de janeiro de 2012. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase). https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12594.htm

Lei nº13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/113709.htm#:~:text=Art.%201%C2%BA%20Esta%20Lei%20disp%C3%B5e,da%20personalidade%20da%20pessoa%20natural

Mauricio, C. E. (2014) *Ações Sociais de ressocialização na Fundação Casa em Regime de Semiliberdade: avanços e desafios*. [Dissertação de mestrado, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP)]. Repositório UNESP. <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/6d5798ca-f751-427c-9e79-902e7068926d/content>

Medeiros, A. X., & Paiva, F. S. D. (2021). La contradicción entre la protección y la violencia en la trayectoria de adolescentes en medida socioeducativa. *Estudios Interdisciplinarios em Psicologia*, 12(1), 18-39. <http://dx.doi.org/10.5433/2236-6407.2021v12n1suplp18>

Michelam, L. D., Cortese, T. T. P., Yigitcanlar, T., & Vils, L. (2020). O desenvolvimento urbano baseado no conhecimento como estratégia para promoção de cidades inteligentes e sustentáveis. *Revista De Gestão Ambiental E Sustentabilidade*, 9(1), e18740. <https://doi.org/10.5585/geas.v9i1.18740>

Moraes, E. S. (1994). *O Estatuto da Criança e do Adolescente e a participação da sociedade*. Cadernos Populares.

Moreira, W. (2004). Revisão de literatura e desenvolvimento científico:: conceitos e estratégias para confecção. *Ângulo*, 1(1).

[https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/19/o/Revisão de Literatura e desenvolvimento científico.pdf](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/19/o/Revisão_de_Literatura_e_desenvolvimento_cientifico.pdf)

Organização das Nações Unidas [ONU]. (2012). Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos. *State of the World's Cities Report 2012/2013: Prosperity of Cities. World Urban Forum Edition.* <https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/745habitat.pdf>

Organização das Nações Unidas [ONU]. (2017). *Habitat III: nova agenda urbana.* <https://habitat3.org/about>.

Organização das Nações Unidas [ONU]. (2015). *Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.* <https://nacoesunidas.org/wpcontent/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pdf>

Pádua, E. M. de (2011). A Revisão de Literatura como uma estratégia multidimensional de investigação: elementos para o ensino e a pesquisa. *Série Acadêmica*, (27), 53-65. [file:///C:/Users/crisa/Downloads/5653-Texto%20do%20Artigo-27868-26870-10-20220218%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/crisa/Downloads/5653-Texto%20do%20Artigo-27868-26870-10-20220218%20(1).pdf)

Pereira, L. A. Junior, & Beretta, R. C. D. S. (2020). A Educação em Saúde e o Trabalho com Adolescentes em Conflito com a Lei. *Revista Internacional Educon*, 1(1), e20011014-e20011014. <https://doi.org/10.47764/e20011014>

Santos, M. A. M. & Rodrigues, G. B (2010). A ressocialização do preso no Brasil e suas consequências para a sociedade. *E-civitas: Revista Científica do Departamento de Ciências Jurídicas, Políticas e Gerenciais do UNI-BH*, 3(1). <https://revistas.unibh.br/dcjpg/article/view/64/39>

Secretaria da Justiça e Cidadania [SJC] (2023). *Quem somos.* <https://justica.sp.gov.br/index.php/a-secretaria/154-2/>

Secretaria Nacional de Mobilidade e Desenvolvimento Regional e Urbano [SMDRU]. (2017). *Carta Brasileira para Cidades Inteligentes.* <https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/desenvolvimento-regional/projeto-andus/carta-brasileira-para-cidades-inteligentes>

Silva, A. (2003). *Trajetórias de jovens em conflito com a lei em cumprimento das medidas socioeducativas, em Belo Horizonte*. [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)]. Repositório da UFMG. <https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/FAEC-85YGUQ/1/1000000459.pdf>

Silva, L. A. Junior, & Leão, M. B. C. (2018). O software Atlas. ti como recurso para a análise de conteúdo: analisando a robótica no Ensino de Ciências em teses brasileiras. *Ciência & Educação*, 24(3), 715-728. doi: <https://doi.org/10.1590/1516-731320180030011>

Tecnologia da Informação a Serviço do SUS [DATASUS] (2021). *2000 a 2021 – Estimativas preliminares elaboradas pelo Ministério da Saúde/SVSA/DAENT/CGIAE*. <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?ibge/cnv/popsvsbr.def>

Vicente, C. (1998). Promoção de Resiliência. In Brasil – Ministério da Justiça. Departamento da Criança e do Adolescente. *Políticas Públicas e estratégias de atendimento socioeducativo ao adolescente em conflito com a lei* (Coleção Garantia de Direitos. Série Subsídios. Tomo II).

Volpi, M. (org.). (2008). *O adolescente e o ato infracional*. Editora Cortez.

Uhlein, T. Invisibilidade social e a questão da criminalidade entre os jovens brasileiros. *Seminário Intermunicipal de Pesquisa*, (15), 1-24. <https://conselheiros6.nute.ufsc.br/ebook/medias/pdf/Invisibilidade%20social%20e%20a%20quest%C3%A3o%20da%20criminalidade%20entre%20os%20jovens.pdf>

United Nations [UN] (2020). *The Sustainable Development Goals Report 2020*. <https://unstats.un.org/sdgs/report/2020/The-Sustainable-Development-Goals-Report-2020.pdf>

APÊNDICE A – ROTEIRO PARA ENTREVISTA

Roteiro de entrevista aos servidores da Fundação CASA

A seguir, apresento o roteiro de entrevista, que será aplicado aos servidores dos centros socioeducativos São Bernardo I e II, Santo André I e II, Mauá e Diadema, totalizando seis locais de atendimentos aos jovens em conflito com a lei, para entender como é realizado o trabalho da Fundação CASA para ressocializar os jovens atendidos pela instituição. Este questionário busca obter informações detalhadas sobre as práticas e abordagens utilizadas pela Fundação CASA no processo de recuperação dos adolescentes atendidos – de 12 a 21 anos incompletos. Durante a aplicação deste questionário, que será por meio do Google Forms, será garantido que as informações coletadas sejam tratadas com confidencialidade e que a participações dos profissionais da Fundação CASA sejam opcionais e voluntárias. Será garantido também que as respostas serão anônimas para que os servidores se expressem de forma mais livre e aberta. O pesquisador desta dissertação de mestrado também se compromete em seguir os todos os critérios da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) nº13.709/2018. Prazo de envio da resposta até o dia 15/10/2023.

1. Na sua área de atuação, como é o seu papel de servidor da Fundação CASA na execução da medida socioeducativa?
2. Como você trabalha para preparar os jovens para a reintegração social após o período de internação na Fundação CASA? Quais são as suas principais considerações nesse processo de preparação?
3. No seu campo de atuação, quais são as suas responsabilidades ao receber um adolescente em cumprimento de medida socioeducativa na Fundação CASA?
4. Como você trabalha em equipe para garantir uma abordagem multidisciplinar na execução da medida socioeducativa?
5. Como você trabalha com a família dos adolescentes para promover a reintegração social e o apoio necessário após o cumprimento da medida socioeducativa? Como é envolvimento da família no processo de ressocialização dos jovens dentro e fora da Fundação CASA?
6. Como você é capacitado para lidar com os desafios e peculiaridades do trabalho com adolescentes em conflito com a lei?

7. Como você é incentivado no seu desenvolvimento profissional e no bem-estar para que possa exercer suas funções de maneira eficiente e saudável?
8. Como você define o atual trabalho de ressocialização dos jovens atendidos pela Fundação CASA no Estado de São Paulo? Há no Brasil entidades que executam a medida socioeducativa, como você avalia estas instituições com relação a de São Paulo?
9. Como você analisa o acesso à educação formal, saúde, capacitação profissional, atividade cultural e esporte para os jovens atendidos na Fundação CASA?
10. Como as atividades e projetos desenvolvidos pela Fundação CASA ajudam os adolescentes a mudarem de vida? Como elas são eficazes ou não e quais são as atividades que mais colaboram para eles saírem da vida do crime?
11. Quando o jovem tem problema de saúde mental e vai para a Fundação CASA, como ele é tratado dentro da Instituição? Quais ações específicas para promover o bem-estar emocional dele?
12. Como você avalia o envolvimento da sociedade e dos governos (Federal, estadual e municipal) no processo de ressocialização dos jovens? Como são as parcerias com instituições ou organizações dos locais de origens desses jovens para apoiar a ressocialização?
13. Quais são os desafios mais comuns enfrentados na sua área de atuação na Fundação CASA na execução da medida socioeducativa, e como eles são superados?
14. Na sua opinião, como você avalia as oportunidades de melhoria ou inovação no trabalho da Fundação CASA em relação à ressocialização dos adolescentes?
15. Como você analisa o acompanhamento dos jovens após o término do cumprimento da medida socioeducativa? Na sua visão, de quem é esta responsabilidade?

Se desejar, sinta-se à vontade para fazer comentários adicionais sobre o seu trabalho na Fundação CASA e como pode ajudar ressocialização dos jovens.

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA PARTICIPAÇÃO EM PESQUISA HUMANA (TCLE)

Humana:

1. **Título do Trabalho Experimental:** REINSERÇÃO À SOCIEDADE DE JOVENS EM CUMPRIMENTO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS NA REGIÃO DO ABCD: FUNDAÇÃO CASA INVISÍVEL
2. **Objetivo:** o presente trabalho possui como principal objetivo analisar o processo de ressocialização dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação na Fundação CASA (Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente) de Diadema, Mauá, Santo André (dois centros) e São Bernardo (dois centros), no âmbito da Fundação CASA, especificamente dos atendidos da região do ABCD Paulista.
3. **Justificativa:** o projeto de pesquisa mostrará o perfil da população de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas na Fundação CASA, especificamente no ABCD Paulista, para discutir os potenciais sociais de sua efetiva inclusão, partindo da ideia de que esse é um grupo de jovens historicamente excluído, sofrendo de maneira significativa os efeitos da desigualdade no mundo.
4. **Procedimentos da Fase Experimental:** nesta pesquisa de mestrado, você será convidado(a) a responder um roteiro de entrevista sobre o retorno para a sociedade do adolescente internado na Fundação CASA no Grande ABCD Paulista, em São Paulo. A entrevista será realizada pelo Google Forms – sendo 15 perguntas, garantindo seu anonimato, e terá um tempo médio de uma hora para ser concluída. Antes de responder às perguntas, você terá acesso ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e deverá dar seu consentimento para participar do estudo.
5. **Desconforto ou Riscos Esperados:** Será enviado um questionário aos servidores da Fundação CASA para entender o trabalho de ressocialização dos jovens atendidos. As respostas serão anônimas, garantindo total liberdade de expressão. O questionário pode apresentar o risco de constrangimento de constrangimento, mas o respondente pode optar por não responder. Este pesquisador informa sobre as

limitações de confidencialidade e os riscos de violação de dados, que podem ser por conta das vulnerabilidades tecnológicas, erro humano, armazenamento inseguro, desenvolvimento de software inseguro, armazenamento em nuvem e falta de conhecimento em segurança.

6. **Medidas protetivas aos riscos:** as medidas protetivas aos riscos incluem a coleta de dados de forma anônima através do Google Forms, armazenamento temporário no Google Drive, e posterior transferência para um dispositivo local (HD Externo), com exclusão de todos os registros virtuais. As informações serão armazenadas no HD por dois anos e, em seguida, apagadas. Também como medida de proteção e minimizar o risco de violação de confidencialidade, os dados coletados pelo Google Forms são armazenados nos servidores da Google Drive, que são considerados seguros e estão sujeitos a padrões rigorosos de segurança e privacidade. O pesquisador compromete-se a seguir os critérios da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) nº13.709/2018.
7. **Benefícios da pesquisa:** a pesquisa mostrará os erros e os acertos durante a internação do adolescente na Fundação CASA e analisar a sua eficácia. Com isso, mostrará caminhos eficazes para execução da medida socioeducativa para uma melhora de vida dos adolescentes e um ambiente saudável de trabalho aos servidores. O respondente não terá benefícios diretos e/ou pessoais como participante desta pesquisa.
8. **Métodos Alternativos Existentes:** Não se aplica.
9. **Retirada do Consentimento:** Você poderá retirar seu consentimento caso decida não participar da pesquisa a qualquer tempo, sem nenhum prejuízo. Para isso, basta informar o pesquisador.
10. **Garantia do Sigilo:** O pesquisador se compromete manter em sigilo a sua identidade assim como dados ou informações que possibilitem a sua identificação a fim de garantir o anonimato, seguindo todos os critérios da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) nº13.709/2018.
11. **Formas de Ressarcimento das Despesas decorrentes da Participação na Pesquisa:** o respondente terá o direito de receber assistência (integral e imediata) por danos que poderão surgir, de forma gratuita, além de requerer indenização de

gastos, caso houver. Também fica assegurado o ressarcimento caso sua identidade e a confidencialidade de seus dados sejam expostos. Mas, o pesquisador desta dissertação de mestrado, se compromete em seguir os todos os critérios da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) nº13.709/2018.

12. **Local da Pesquisa:** A pesquisa será realizada na Fundação CASA (Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente), nos centros socioeducativos de Diadema, Mauá, Santo André (dois centros) e São Bernardo (dois centros).

CASA Diadema

Avenida Antônio Piranga, nº 1500 – Centro

Diadema / SP -CEP 09911-160

Telefone: (11) 4635-3922

CASA Mauá

Avenida Papa João XXIII, nº 3741 – Vila Noêmia

Mauá / SP CEP 09370-800

Telefone: (11) 3204-1603

CASA São Bernardo I e II – ambos no mesmo espaço

Rua Servidão Particular, nº 112 - Bairro Batistini

SÃO BERNARDO SP - CEP 09842-095

Telefones: (11) 3204-3710

CASA Santo André I e II – ambos no mesmo espaço

Avenida Dom Jorge Marcos de Oliveira, nº 193 - Vila Guiomar

Santo André SP - CEP 09090-480

Telefone: (11) 3204-7851

13. Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) é um colegiado interdisciplinar e independente, que deve existir nas instituições que realizam pesquisas envolvendo seres humanos no Brasil, criado para defender os interesses dos participantes de pesquisas em sua

integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento das pesquisas dentro dos padrões éticos (Normas e Diretrizes Regulamentadoras da Pesquisa envolvendo Seres Humanos – Res. CNS nº 466/12 e Res. CNS 510/2016). O Comitê de Ética é responsável pela avaliação e acompanhamento dos protocolos de pesquisa no que corresponde aos aspectos éticos.

Endereço do Comitê de Ética da Uninove: Rua. Vergueiro nº 235/249 – 12º andar – Liberdade – São Paulo – SP CEP. 01504-001. Telefone: 3385-9010. E-mail: comitedeetica@uninove.br

Horários de atendimento do Comitê de Ética: segunda-feira a sexta-feira – Das 11h30 às 13h00 e Das 15h30 às 19h00

14. **Nome completo e telefones dos pesquisadores (orientadora e aluno) para contato:** Profa. Dra. Tatiana Tucunduva P. Cortese (11) 98244-1406, Denilson Araujo de Oliveira (11)97282-6691

Eventuais intercorrências que vierem a surgir no decorrer da pesquisa poderão ser discutidas pelos meios próprios.

15. Consentimento pós-informação:

Após leitura e compreensão deste termo de informação e consentimento, entendo que minha participação é voluntária, e que posso sair a qualquer momento do estudo, sem prejuízo algum. Confirmando que recebi uma via deste termo de consentimento, e autorizo a realização do trabalho de pesquisa e a divulgação dos dados obtidos somente neste estudo no meio científico.

16. Eu, pesquisador responsável desta pesquisa, certifico que:

a) Esta pesquisa só terá início após a aprovação do(s) referido(s) Comitê(s) de Ética em Pesquisa o qual o projeto foi submetido.

b) Considerando que a ética em pesquisa implica o respeito pela dignidade humana e a proteção devida aos participantes das pesquisas científicas envolvendo seres humanos;

c) Este estudo tem mérito científico e a equipe de profissionais devidamente citados neste termo é treinada, capacitada e competente para executar os procedimentos descritos neste termo.

(X) aceito participar desta pesquisa.